

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DAS ADOLESCENTES QUE
ESTÃO SOB MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL EM BELO HORIZONTE**

Camila Repolez Salgado

Belo Horizonte
2010

Camila Repolez Salgado

**OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DAS ADOLESCENTES QUE
ESTÃO SOB MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL EM BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Ignez Costa Moreira

**BELO HORIZONTE
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S164p	<p>Salgado, Camila Repolez</p> <p>Os processos de subjetivação das adolescentes que estão sob medida protetiva de acolhimento institucional em Belo Horizonte / Camila Repolez Salgado. Belo Horizonte, 2010.</p> <p>108f.: il.</p> <p>Orientadora: Maria Ignez Costa Moreira Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.</p> <p>1. Processos Subjetivação. 2. Adolescente (Meninas). 3. Instituição (Psicologia). I. Moreira, Maria Ignez Costa. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p>CDU: 301.151</p>
-------	---

Este trabalho é dedicado
a todas as pessoas que
passaram ou passam parte de suas vidas
em uma Casa de acolhimento institucional,
sejam como educandas, sejam como educadoras,
em especial
às adolescentes e às educadoras
que conheci.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, à professora Maria Ignez, pela compreensão e generosidade, diante das minhas incertezas e dificuldades.

Ao professor João Leite e a professora Dorian Mônica Arpini, pela leitura atenta, pelas contribuições que certamente enriqueceram essa dissertação.

À Associação e a Casa-Lar pesquisada, por partilharem comigo os desafios da prática cotidiana e por terem me recebido tão bem.

À Vera Mota, pela amizade, companheirismo, troca de experiência, incentivo diário, que tornou esse caminho mais divertido e menos solitário.

Aos colegas de mestrado Cleber, Márcio e Aluizio pela troca de experiência.

À Mariana, Renata e Gabriela, pela disposição em me ajudar.

À Professora Adriana Penzim que me preparou para o mestrado quando eu ainda estava na graduação.

Aos colegas do Programa Mediação de Conflitos, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas do Programa de Proteção, pelas ricas discussões técnicas que tanto contribuíram para o meu aprendizado.

Aos colegas do DST/Aids de Contagem, em especial à Sâmia, pelo apoio e compreensão nos momentos finais dessa dissertação.

Ao meu pai, por nunca me deixar só!

À minha mãe, por se fazer presente em todos os momentos da minha vida!

Ao Israel, meu presente de Deus, eterno companheiro, com quem dividi os momentos de alegria e angustias.

Aos meus irmãos, avós, sobrinhas, tios, primos que compreenderam a minha distância e se fizeram presentes mesmo quando eu estava distante.

À Danívia, mais que uma cunhada, uma amiga, que tanto contribuiu para qualidade desta dissertação.

A Silvia, Kelson e Tia Celi, pelas conversas e incentivo.

A todos os amigos de quem estive distante.

A Deus, que tornou esse sonho possível.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida nos quais a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (Foucault, 1985, p. 13)

RESUMO

Esta dissertação se propõe a discutir os processos de subjetivação das adolescentes que viveram a experiência da medida protetiva de acolhimento institucional na cidade de Belo Horizonte. A medida protetiva de acolhimento institucional é uma determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), com o objetivo de proteger e resguardar todas as crianças e adolescentes de qualquer situação de violência ou violação de direitos nas relações intra-familiares. Considerando o contexto institucional proposto por esta medida protetiva buscou-se discutir, como cada uma das quatro adolescentes entrevistadas, subjetivam suas vivências no cenário institucional. A decisão por pesquisar adolescentes do sexo feminino presentes nas Casas de acolhimento se deve destas serem acolhidas em menor número do que os meninos. Este fato parece estar relacionado às posições ocupadas pelas adolescentes no espaço familiar. Recorremos à metodologia de estudo de caso, acrescida de entrevistas, observação e análise documental como instrumentos metodológicos para coleta dos dados. A coleta de dados foi realizada em uma Casa Lar, de natureza católica que atende crianças e adolescentes do sexo feminino com idade entre de sete e quatorze anos. Foram entrevistadas quatro adolescentes e cinco educadoras. A partir da discussão proposta por Michel Foucault (1979, 1985) sobre subjetividade e modos de subjetivação analisamos as entrevistas das adolescentes, das educadoras e alguns documentos disponibilizados pela instituição. Considerando a diversidade das análises apresentadas por outros estudos, as especificidades de cada Casa de acolhimento e a vivência singular de cada adolescente acolhida concluímos que não é possível generalizar as análises desta dissertação. Enfim apresentamos as histórias de vida das adolescentes acolhidas, suas possibilidades após o desligamento e a percepção das educadoras quanto ao acolhimento das adolescentes. A partir dessa análise é possível perceber os processos de subjetivação das adolescentes acolhidas, ou seja, o modo como cada adolescente transforma em singular uma medida que se pretende uniforme do ponto de vista jurídico.

Palavras chave: Medida protetiva de acolhimento institucional. Adolescentes. Processos de subjetivação.

ABSTRACT

This dissertation propounds a discussion about the subjective processes on the adolescents who lived a protective measures carried out by Belo Horizonte's institutional accommodation program. This protective measure of institutional accommodation is determined by the Estatuto da Criança e do Adolescente (Child and Adolescent's Statute, 1990), with the goal of protecting and sheltering all the children and adolescents from any violent situation or rights violation on the relations inside the family. Considering the institutional context propounded by this protective measure, it was discussed how each of the four interviewed adolescents subjects their experiences at the institutional scenery. The choice of studying female adolescents living at the Casas de acolhimento (accommodation houses) is due to the low number of girls in relation to that of boy. This fact seems to be related to the role the adolescents play at the familiar space. The methodology used is that of case study and interviews, observation and documental analysis were added as methodological instruments to data collection; such data collection was carried out at a Casa Lar (Home House), a catholic-oriented institution that takes care of female children and adolescents between 7 and 14 years old. Four adolescents and five educators were interviewed at this research. The interviews with the adolescents and the educators and some documents made available by the institution were analyzed from Michel Foucault's (1979, 1985) ideas on subjectivity and subjectivity ways. After studying the diversity of the analyses presented by other studies, the specificity of the Casa de acolhimento and the singular experience of each accommodated adolescent, we considered that it is not possible generalize this dissertation's analysis. That being said, it is presented the life history of the chosen adolescents, their possibilities after the program and the educators' perception on the accommodation of the adolescents. From this analysis it is possible to understand the chosen adolescents' subjectivity processes, in other words, the way that each adolescent transforms in singular a measure that intends to be uniform from the law's point of view.

Key-word: Protective measure of institutional accommodation. Adolescents. Subjectivity processes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Motivos Para o Acolhimento Institucional.....	25
Tabela 2: Adolescentes acolhidas.....	45
Tabela 3: Educadoras da Casa-Lar	48

LISTA DE ABREVIATURAS

CMDCA: CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONANDA: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FUNABEM: FUNDAÇÃO NACIONAL DE BEM-ESTAR DO MENOR

SAM: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AOS MENORES

SUS: SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 DO CÓDIGO DE MENORES AO ESTATUTO.....	15
1.1 O Código de Menores.....	15
1.2 Do menor a crianças e adolescentes.....	19
1.3 A medida protetiva de acolhimento institucional	21
1.4 A aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional.....	24
1.5 O estigma do acolhimento institucional	28
1.6 Família ideal ou instituição marginal? Discussões sobre a idealização da família e o constante demérito das instituições.....	30
1.7 Contextualizando o acolhimento institucional no Brasil e em Belo Horizonte.....	37
1.8 O <i>locus</i> da pesquisa: apresentação da Casa-Lar pesquisada.....	39
2. DISCUSSÃO METODOLÓGICA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	42
2.1 Procedimentos metodológicos	42
2.2 Apresentação das entrevistas das adolescentes e das educadoras	45
2.2.1 <i>Marjore</i>	49
2.2.2 <i>Isabela</i>	55
2.2.3 <i>Nicole</i>	61
2.2.4 <i>Débora</i>	66
3 O SINGULAR EM MEIO AO UNIFORME: OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DAS ADOLESCENTES ACOLHIDAS	75
3.1 A relação saber - poder.....	75
3.2 Processo de subjetivação.....	80
3.3 As práticas de liberdade e os limites da cultura.....	84
3.4 Pluralizando as “adolescentes acolhidas”.....	88
3.5 O processo de subjetivação no contexto de acolhimento institucional.....	90
3.6 A singularidade em contraponto à categoria universal de adolescentes abrigadas.....	93
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	104
APENDICES	107

INTRODUÇÃO

O interesse por estudar os processos de subjetivação das adolescentes acolhidas institucionalmente através de medida protetiva (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990) é fruto da trajetória iniciada nos primeiros períodos da graduação em psicologia (2003 a 2007). Ainda nos primeiros estágios curriculares, participei de uma pesquisa cujo objetivo era compreender as vivências sexuais e reprodutivas das adolescentes com trajetória de rua. Nesse período, conheci algumas Casas de Passagem para adolescentes do sexo feminino com trajetória de rua. Concomitante a essa pesquisa, estagiei na pesquisa intitulada “Levantamento Quantitativo das Entidades de Abrigo e das Crianças e Adolescentes Abrigados no Município de Belo Horizonte.” Durante essa pesquisa, pude conhecer várias Casas¹ de acolhimento, suas dificuldades e desafios. Como preenchíamos um questionário para cada criança e adolescente acolhido, inteirei-me um pouco mais do público atendido, os principais motivos para o acolhimento, a fragilidade dos vínculos familiares e a condição de acolhimento prolongado a que muitos estavam submetidos.

A partir dessas pesquisas, envolvi-me cada vez mais com a discussão da adolescência, especialmente a adolescência abrigada, e também com a política de proteção aos adolescentes em Belo Horizonte. Desse modo, ao fim da graduação, decidi continuar os estudos sobre esse tema no mestrado em Psicologia.

Se em um primeiro momento achávamos fundamental investigar o atravessamento das instâncias jurídicas, escolares e comunitárias, bem como as relações que as adolescentes estabeleciam com a medida protetiva, em especial com as educadoras, os dados nos mostraram que esse não deveria ser um problema para esta pesquisa.

Assim, esta dissertação se propõe a discutir os processos de subjetivação das adolescentes acolhidas. Esse objeto de estudo foi escolhido quando nos deparamos com um ambiente institucional – a Casa de acolhimento – atravessado por vivências tão singulares de uma mesma medida de proteção.

A medida de acolhimento institucional é proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e designa-se a resguardar e proteger crianças e adolescentes

¹ A palavra Casa será utilizada em maiúsculo sempre que se referir a uma instituição de acolhimento.

quando os vínculos familiares, por questões de violência ou outras violações de direitos, forem rompidos ou estiverem fragilizados, impossibilitando a convivência familiar.

De acordo com o ECA, o acolhimento institucional é uma medida excepcional, provisória e transitória, que deve ser aplicada somente quando todas as outras possibilidades de proteção tiverem sido esgotadas. A excepcionalidade da medida é uma questão discutida em inúmeras pesquisas sobre esse tema que, como esta dissertação, verificam que diferentemente do que é determinado pela lei, o acolhimento institucional por vezes é aplicado indistintamente. Desse modo, crianças e adolescentes são encaminhadas para as Casas de acolhimento e por lá permanecem por anos, o que em muitos casos leva ao rompimento das relações familiares, como veremos nesta dissertação.

A modalidade de acolhimento estudada nesta dissertação é a Casa Lar. A Casa Lar se diferencia das demais modalidades (os Abrigos Institucionais; as Famílias Acolhedoras e as Repúblicas.) por contar com um casal ou um educador residente, ou seja, um profissional de referência na Casa que passa os dias e noites na instituição e retorna para sua própria residência nas férias e nos dias de descanso. A Casa Lar destina-se ao acolhimento de crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos, especialmente grupos de irmãos ou crianças e adolescentes com uma perspectiva de acolhimento de médio e longo prazo. Optamos por estudar uma Casa Lar para meninas após constatarmos que as Casas destinadas ao acolhimento institucional específicas para adolescentes do sexo feminino são a minoria em Belo Horizonte.

Para a compreensão dos processos de subjetivação das adolescentes é preciso compreender sua história anterior ao acolhimento e os motivos que ocasionaram a medida protetiva de acolhimento institucional. A partir dessa compreensão, poderemos analisar a vivência da medida protetiva para cada adolescente e o percurso para o desligamento.

No levantamento de dados para esta dissertação adotamos uma abordagem qualitativa. De acordo com Becker (1999), os métodos qualitativos em pesquisas sociais são únicos para cada pesquisa, isto é, o pesquisador precisa adequar seu método a cada realidade pesquisada. Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos do estudo de caso como instrumento metodológico. Durante o mês de março de 2009, recorreremos à observação para conhecer e compreender melhor a Casa estudada. Nesse período, tivemos acesso a alguns documentos sobre a Casa e sobre as adolescentes. Em seguida

entrevistamos as adolescentes e as educadoras da Casa. Com esses dados em mãos, foi possível compreender os processos de subjetivação das adolescentes acolhidas.

A Casa Lar estudada destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes do sexo feminino com idade entre 8 e 14 anos. Durante a pesquisa, estavam acolhidos dois grupos de irmãs que tinham irmãos acolhidos em outras Casas da mesma entidade, mas que, devido aos critérios de sexo e idade, não puderam ficar na mesma Casa.

Nesta dissertação serão apresentadas as histórias de vida e os processos de subjetivação das adolescentes Marjore² (15 anos), Isabela (12 anos), Nicole (16 anos) e Débora (15 anos). As entrevistas das educadoras foram fundamentais para se compreender a medida protetiva das adolescentes, bem como as intervenções realizadas no sentido do retorno às famílias de origem ou substituta.

Durante as visitas à Casa, pude observar o cotidiano da medida de acolhimento institucional e o modo como as adolescentes e as educadoras se relacionavam. No período de realização da pesquisa, todas as adolescentes entrevistadas tiveram a medida protetiva cumprida e foram desligadas, sendo que uma foi adotada por uma família do próprio bairro onde se localiza a Casa, e as outras retornaram para as suas famílias de origem.

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta uma revisão histórica das modalidades de proteção em instituição para crianças e adolescentes, desde o Código de Menor (1927) até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). Com essa breve revisão histórica, pretendeu-se ressaltar como as mudanças das concepções de *menor*; *criança* e *adolescente* trouxeram também transformações na perspectiva de atendimento a esse público e nas intervenções com as famílias. Esse capítulo discute a crença na família como local de proteção e o olhar sob as instituições como espaço de segregação que impede o desenvolvimento das adolescentes. Nesse capítulo discutimos também o acolhimento institucional tal como é hoje, apresentando dados referentes a pesquisas realizadas no Brasil e especificamente em Belo Horizonte. Por fim, apresentamos a Casa Lar estudada nesta pesquisa.

No segundo capítulo descrevemos a história de vida de cada adolescente, considerando as vivências anteriores ao acolhimento na Casa estudada, o período de acolhimento e o desligamento de cada adolescente. A fala das educadoras bem como alguns documentos pesquisados nos auxiliaram numa melhor compreensão do processo

² Todos os nomes utilizados nessa entrevista são fictícios e foram escolhidos pelos sujeitos entrevistados.

vivido pelas adolescentes. Nesse capítulo procuramos apresentar os sentidos da Medida de Acolhimento Institucional para as adolescentes, o modo como se deu a inserção delas na medida de Acolhimento Institucional e quais os sentimentos e anseios que marcaram o seu primeiro contato com a Casa.

O terceiro capítulo recorre aos conceitos de saber, poder e subjetividade de Michel Foucault para analisar os processos de subjetivação das adolescentes acolhidas. Discutiremos também o conceito de juventudes tal como proposto por Dayrell (2003) para ressaltar as vivências singulares das adolescentes acolhidas. A partir das práticas de sujeição e de liberdade é possível analisar como cada adolescente retira de um espaço uniforme uma vivência singular. Analisamos as permanências e as transformações encontradas no acolhimento institucional tomando como base as instituições totais.

Para analisar os dados coletados e melhor compreender a lógica das relações entre as adolescentes e as educadoras, recorreremos à perspectiva do conceito de *poder*, proposto por Michel Foucault. O estudo do conceito de poder em Foucault é a escolha teórico-metodológica para analisar as relações cotidianas, para desvelar formas de poder, ditas ou não ditas, presentes na relação de proteção entre adultos e adolescentes.

Esta dissertação é concluída com a certeza de que o tema estudado não foi esgotado, mas que procurou evidenciar o impacto positivo que a medida de acolhimento institucional causou na vida das adolescentes entrevistadas, o que reafirma a complexidade dessa medida, no sentido de que ela é capaz de produzir efeitos tanto positivos quanto negativos. Tal complexidade certamente exige que outras pesquisas sejam realizadas.

Por fim, concluo esta introdução certa de que a pesquisa de campo realizada nesta dissertação revelou uma realidade plural, singular e impossível de ser generalizada.

1 - DO CÓDIGO DE MENORES (1927) AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA (1990): REFLEXÕES SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Este capítulo apresenta uma breve revisão histórica da legislação específica para os menores de 18 anos no último século. Discutir as mudanças legislativas é fundamental para compreender as ações políticas, o lugar destinado às crianças e aos adolescentes, as iniciativas governamentais e não governamentais dos serviços de atendimento. Para tanto iniciamos nossa discussão com o Código de Menores de 1927, pois essa foi a primeira lei brasileira destinada especificamente à população menor de 18 anos. Como veremos, a concepção de *menores* desse código determinou as instituições totais como uma política de atendimento para esse público.

O advento do ECA (1990), a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e o reordenamento na política de atendimento serão discutidos no segundo momento deste capítulo. Apresentaremos dados gerais sobre o atual modelo de acolhimento institucional para crianças e adolescentes no Brasil e em Belo Horizonte. Finalmente, apresentaremos a Casa Lar, onde realizamos a pesquisa, buscando evidenciar seu modo de funcionamento e a construção da pesquisa nesse espaço.

1.1 O Código de Menores

No último século, muitas mudanças ocorreram no que tange às leis destinadas às crianças e aos adolescentes brasileiros. Em 1927 foi promulgado o Código de Menores, conhecido como Código de Mello Matos. As discussões sobre a delinquência, a universalidade da escolarização, o controle do Estado sobre a família e o trabalho nortearam a elaboração do Código de Menores. Neste código, havia duas concepções da infância: consideravam-se *crianças* as que estavam nas famílias da elite e eram por elas protegidas, enquanto os filhos dos pobres eram os *menores*, considerados marginais ou delinquentes (MARCÍLIO, 2006). O termo *menor*³ tem um sentido pejorativo e refere-se à delinquência, desvalia.

³ O termo “menor”, será utilizado neste texto, resguardando o significado dessa terminologia no Código de Menores.

Em 1979 foram feitas algumas modificações no Código de 1927. A situação dos menores passou a ser pensada como *irregular* e suas famílias continuavam consideradas incompetentes para educá-los e protegê-los, o que justificava a internação dos mesmos em orfanatos e educandários.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o Código de Menores foi escrito numa perspectiva higienista. Costa (1983, p.35) considera que a política higienista começou a ser praticada no Brasil a partir do século XIX e “progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano”. A família passou a ocupar um lugar central como objeto da regulação higienista; era preciso normatizar as relações conjugais e entre pais e filhos para que se produzissem cidadãos saudáveis “física e moralmente” a fim de se instituir o Estado brasileiro.

Para Marcílio (2006), no final do século XIX, o desenvolvimento saudável da criança era fundamental, pois a criança era vista como o futuro membro de uma sociedade em transição do modelo agrário-escravocrata para o modelo urbano, do regime monárquico para o regime republicano. Dessa forma, as crianças doentes e abandonadas passavam a significar um possível cidadão sem força de trabalho, improdutivo, que iria gerar gastos para o Estado. Dizer que o Código de Menores tinha inspiração higienista significa que ele seguia uma ideologia guiada por princípios sanitários e educativos que pregavam o tratamento de crianças e jovens cujas condutas eram vistas como prejudiciais aos ideais da época. De acordo com Marcílio (2006), presumia-se que os menores tinham uma tendência natural ao crime, o que justificava a internação em uma instituição total com a finalidade de tratamento e recuperação.

As crianças e os adolescentes que não estavam com suas famílias ou viviam em situação de pobreza eram vistos como um problema a ser banido da sociedade. Segundo Miranda Jr. (2004), a perspectiva do código era educar e tratar crianças para o desenvolvimento de adultos moralmente saudáveis.

A proposta de internação movida pelo ideal higienista e assegurada pelo Código de Menores (1927) foi sendo promovida cada vez mais pelo Estado em parceria com instituições religiosas e filantrópicas. Em 1941, foi criado o SAM - Serviço de Atendimento aos Menores, pelo Governo Federal, durante o regime ditatorial de Getúlio Vargas, com a proposta de assistir os menores que, de acordo com o Estado, não podiam contar com seus pais ou responsáveis. O aspecto central da política proposta pelo SAM era o regime de internação. Ocorre que no final da década de 1940 a efetividade do SAM, qual seja fazer dos menores adultos aptos a viver em sociedade,

passa a ser questionada. As críticas se iniciaram após a divulgação de que os detentos do sistema penitenciário do país eram egressos dos internatos criados pelo SAM. Para Rizzini e Rizzini (2004), nesse momento houve uma tentativa de conhecer os problemas das instituições de atendimento ao menor. Concluiu-se que os problemas eram do público atendido, uma vez que os menores eram identificados como incapazes e agressivos, ou seja, refratários às propostas de tratamento.

Vale ressaltar que, segundo Rizzini e Rizzini (2004), com a criação do SAM, os internatos femininos se tornaram cada vez mais fechados, com a justificativa de que era necessário controlar com rigor a sexualidade feminina, bem como a natalidade, pois se acreditava que os filhos das jovens institucionalizadas também se tornariam crianças institucionalizadas. As famílias dos menores internados eram vistas de forma negativa.

Em 1964 foi criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - FUNABEM, no contexto da ditadura militar, quando o menor era visto como uma questão de segurança nacional. A FUNABEM surge após inúmeras denúncias e manifestações contrárias ao SAM e assume o compromisso de corrigir as falhas observadas. Ela tinha como objetivo implantar a política nacional do bem-estar do menor para prevenir e corrigir os motivos da delinquência (MIRANDA JR., 2004). Com a criação da FUNABEM, todas as entidades de atendimento ao menor do país passaram a ser subordinadas a esse novo órgão.

A FUNABEM buscava garantir a educação escolar e profissional das crianças e adolescentes, mas manteve o modelo de internação utilizado pelo SAM e “produziu um fracasso na abordagem educativa, sendo mais uma instituição ideológica de centralização e formação de recursos humanos que de educação e tratamento.” (MIRANDA Jr., 2004, p. 170)

Santos (2001) afirma que na década de 1970 o Brasil viveu um grande crescimento econômico em um curto período de tempo e, como consequência do processo de desenvolvimento, o país sofreu com altos índices de desigualdades sociais. As políticas sociais vigentes nesse período foram aquelas propostas pelos militares que governavam o país. No que se refere à infância brasileira, o governo militar investiu especialmente no que era conhecido como a “questão do menor”.

Nesse período, as ações governamentais destinadas à infância se dividiam em duas frentes: as políticas para as crianças eram fomentadas pelo Ministério da Educação e Saúde, e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) promovia as políticas sociais para as crianças pobres.

Mantendo essencialmente a proposta do antigo Código de Menores, de cuidar do menor, fruto de uma família pobre, considerada incapaz para educar seus filhos, foi promulgado em 1979 um novo Código de Menores, com alguns acréscimos em relação à primeira versão. Este novo código instituiu a categoria de *menor em situação irregular* (RIZZINI e RIZZINI, 2004) e era destinado somente a este público e não para toda e qualquer criança ou adolescente.

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal. (CÓDIGO DE MENORES, 1979, p. 1)

Como vimos acima, esse código considerava em situação irregular todos os menores de 18 anos pobres e que por algum motivo não podiam ou não deviam ficar sob responsabilidade dos pais. O código não distinguia os menores vítimas de maus tratos dos menores autores de infração penal. Diante da condição de situação irregular, costumeiramente os menores eram internados.

É nessa perspectiva que funcionavam as inúmeras instituições para atendimento dos menores. Altoé (1990) traz um retrato do que eram as instituições que abrigavam os menores na década de 1980. De acordo com os relatos da autora, as crianças e adolescentes internados, em sua maioria, tinham famílias em condição de pobreza. Esse era um dos principais motivos para internação, visto que a instituição oferecia educação, serviços de saúde e alimentação.

Os internos dos orfanatos e reformatórios da época eram vistos como menores a serem tratados para que se tornassem boas pessoas, o que justificava do ponto de vista do internato um regime bastante severo. O atendimento era *em massa*, termo utilizado pelos funcionários da instituição, para qualificar a proporção de 50 internos para cada funcionário. Os funcionários eram chamados de *tio* ou *tia* pelos internos. As crianças e

os adolescentes andavam em fila, com as mãos para trás e a cabeça baixa – esta prática, descrita por Altoé (1990), nos remete às prisões.

1.2 Do menor às crianças e adolescentes

De acordo com Santos (2001), durante a década de 1980 o Brasil passou por uma grave crise econômica e os movimentos sociais organizados em torno da bandeira da redemocratização do país ocuparam o cenário nacional. A caótica condição de vida da população infanto-juvenil que ocupava as ruas, fazendo delas seu local de moradia, bem como o crescente envolvimento de crianças e adolescentes em crimes e no uso de drogas mobilizou a sociedade civil para a organização do movimento de defesa dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, ambos criados em 1985, e a Pastoral do Menor, fundada em 1978 e mais tarde difundida pelo país, são algumas das entidades que tiveram papel fundamental para a mobilização social em prol de uma legislação específica que garantisse os direitos das crianças e dos adolescentes do nosso país.

O cenário de maus tratos e violência contra as crianças e os adolescentes mobilizou alguns grupos sociais interessados e muito inquietos com as práticas do Estado para com as crianças e adolescentes brasileiros. No contexto da redemocratização da sociedade brasileira e sob forte influência da Declaração Universal dos Direitos da Criança, uma nova legislação foi escrita e posteriormente sancionada (em julho de 1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Podemos entender, assim, que o ECA foi promulgado devido à mobilização social.

O ECA apresenta uma concepção sobre a infância distinta do Código de Menores. Nele, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem ser atendidos com prioridade absoluta. Além disso, o ECA rompe com a figura do *menor em situação irregular* para trazer a possibilidade da universalização dos direitos de crianças e adolescentes.

A promulgação do ECA, em 1990, ocorreu na Assembleia Nacional Constituinte, que dois anos antes, em 1988, promulgara a nova constituição brasileira, conhecida como *Constituição Cidadã*. Este clima contribuiu também para a

promulgação do ECA, dispositivo que ampliou as noções de direito e de cidadania para todas as crianças e adolescentes. Antes do ECA, o SUS - Sistema Único de Saúde já defendia a saúde como direito universal de cidadania.

O ECA exigiu a formulação de políticas públicas que assegurassem os direitos sociais das crianças e dos adolescentes. Em 12 de outubro de 1991, por meio da Lei nº 8.242, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Sua função, desde então, é elaborar as normas gerais da política nacional de garantia dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ECA prevê também a formação de Conselhos Tutelares em todos os municípios brasileiros. Os Conselhos Tutelares têm como função executar as ações necessárias para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, bem como auxiliar o Poder Executivo no planejamento dos projetos e programas de atendimento das crianças e adolescentes. Os estados e municípios passam a ser legalmente responsáveis na efetivação das políticas sociais para as crianças e os adolescentes.

Mais tarde foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para cada município do país, por meio da Lei n.º 11.123 de 22 de novembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 31.319 de 1992. Cabe destacar entre as funções do CMDCA as seguintes: estabelecer políticas públicas que garantam os direitos previstos pelo ECA; acompanhar as ações governamentais e não governamentais de atendimento às crianças e adolescentes; gerir os Conselhos Tutelares; articular ações que garantam proteção integral às crianças e aos adolescentes.

Muitas foram as mudanças e grandes os avanços alcançados após a sanção do ECA, que se diferenciou do Código de Menores, entre outras coisas, por afirmar a noção de direito da criança e do adolescente e entendê-los como sujeitos em desenvolvimento. Entre os direitos preconizados pelo ECA, encontram-se os da convivência familiar e comunitária; dessa forma, internatos como os estudados por Altoé (1990) não são mais permitidos.

Para uma melhor compreensão do tema discutido, é necessária uma breve diferenciação entre internato para menores e cumprimento da medida protetiva de acolhimento institucional. Os internatos anteriores ao ECA tinham a lógica da instituição total, levando à perda dos vínculos familiares e comunitários. Os internos passavam o período da infância e da adolescência dentro dos muros da instituição, sendo liberados ao completarem 18 anos.

Já o acolhimento institucional, previsto pelo ECA, é a sétima medida protetiva e visa retirar as crianças e os adolescentes da situação de violação de direitos vivida no espaço doméstico, mas buscando manter e fortalecer os vínculos familiares, seja com a família natural, com a família extensa (outros familiares, como por exemplo, avós e tios) ou com a família substituta (família adotiva). Essa medida prevê também a manutenção dos laços comunitários, ou seja, as crianças e os adolescentes acolhidos frequentam a escola, a unidade básica de saúde, participam de atividades de lazer em espaços comunitários. Essa medida é provisória e excepcional, por isso deve ser aplicada somente quando a convivência familiar expõe a criança e o adolescente a uma violação de direitos.

1.3 A Medida Protetiva de Acolhimento Institucional

O ECA prevê as medidas protetivas e socioeducativas. As medidas socioeducativas não são aplicadas às crianças e se destinam somente aos adolescentes autores de ato infracional. As medidas protetivas são o interesse maior desta pesquisa. Elas destinam-se às crianças e aos adolescentes que sofreram violação de seus direitos.

O ECA⁴ dispõe sobre as medidas legais de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros. As medidas de proteção devem ser aplicadas sempre que os direitos de crianças e adolescentes, estabelecidos pelo ECA, forem violados ou ameaçados. (Lei 8069/90, artigo 98). De acordo com o ECA, são oito as possibilidades de medidas protetivas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta. (Lei 8.069/90, artigo 101)

⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

Recentemente a Nova Lei de Adoção (Lei 12.010/09,⁵ artigo 101) reafirmou os princípios das medidas específicas de proteção previstas pelo ECA. Essa lei altera a nomenclatura de “abrigo em entidade” para “acolhimento institucional” e adiciona a “inclusão em programa de acolhimento familiar” às medidas específicas de proteção.

Podemos dizer que a medida protetiva de acolhimento institucional tem duas grandes funções: a retirada do poder familiar e a inserção da criança e do adolescente em uma instituição com o objetivo de protegê-los da situação de violência ou de violação dos seus direitos. O acolhimento institucional “é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. (BRASIL, Lei 8.069 de 1990, capítulo II, artigo 101).

Essa medida tem caráter excepcional, pois prevê o afastamento do convívio familiar e a perda temporária do poder familiar. Dessa forma, essa medida deve ser aplicada somente quando as outras possibilidades forem esgotadas e ainda assim a criança e o adolescente continuarem a ser alvos de violência no espaço doméstico ou não tiverem seus direitos garantidos pela família.

A provisoriedade da medida se dá porque o acolhimento institucional é uma alternativa provisória até que demais encaminhamentos possam ser feitos a fim de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. O caráter provisório da medida rompe com o paradigma vigente no antigo Código de Menores (1927), que preconizava a institucionalização das crianças e dos adolescentes até que estes completassem 18 anos.

A transitoriedade do acolhimento institucional objetiva evitar a institucionalização prolongada das crianças e adolescentes e exige que, no menor tempo possível, a rede de proteção busque alternativas para o retorno à convivência familiar daqueles que foram acolhidos institucionalmente e, na sua impossibilidade, a colocação em família substituta. Para Rizzini e Rizzini (2004, p.55) “...de acordo com a legislação, a criança (ou o adolescente) deve permanecer abrigada por no máximo três meses...”.

A Nova Lei de Adoção prevê inclusive que quando o convívio da criança ou do adolescente com a sua família natural não for mais possível, deve-se considerar a

⁵ A Lei 12.010, sancionada em 03 de agosto de 2009, também conhecida com Nova Lei de Adoção, “dispõe sobre adoção, altera as Leis n^{as} 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n^o 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1^o de maio de 1943; e dá outras providências”.

possibilidade de adoção por algum membro da família extensa, como, por exemplo, os avós e os tios. Quando a convivência com a família natural (pai e mãe) ou com a família extensa (parentes próximos) não for possível, a criança e/ou o adolescente serão encaminhados para a adoção, ou seja, para o convívio com uma família substituta.

Mas, apesar de o ECA considerar essa medida protetiva como transitória, provisória e excepcional, o prazo de três meses citado pela autora parece pouco explicitado e, na verdade, não cumprido, como comprovou a pesquisa IPEA/CONANDA de 2004, que constatou que o tempo médio de institucionalização por medida protetiva variava de dois a cinco anos para 32,9% dos abrigados. O que sugere que entre a intenção do ECA de evitar a institucionalização prolongada e a prática cotidiana existem alguns impasses, ou algumas contradições, que acabam por prolongar além do previsto a separação da criança e do adolescente de sua família ou da família substituta, trazendo um paradoxo quanto ao direito de convivência familiar.

Nesse sentido, a Nova Lei de Adoção (2009) prevê que as entidades de acolhimento institucional devem enviar um relatório semestral para a autoridade judicial informando as condições de adoção ou de retorno à família das crianças e dos adolescentes que estão sob a sua tutela.

Para a Cuneo (2007), promotora da infância e juventude do Rio de Janeiro, ainda hoje, faz parte do cotidiano de crianças e adolescentes acolhidos permanecer na instituição por um longo período, aguardando um parecer que pode definir sobre o seu retorno à família natural, a sua guarda para a família extensa ou o seu encaminhamento para a adoção. Mas também pode acontecer de essa espera ser longa demais e o adolescente aniversariar seus 18 anos na instituição, sem perspectiva de acolhimento familiar. Apesar de ter-se quase duas décadas da promulgação do ECA, ainda podemos encontrar instituições que ignoram o direito dos acolhidos à convivência familiar e comunitária.

Ainda para essa autora, a medida protetiva de acolhimento institucional, quando não garante o retorno dos acolhidos para o seio de uma família, “se transforma em instrumento de exclusão social, uma forma “avançada” de abuso e revitimização da criança.” (CUNEO, 2007, p. 24)

Outra permanência da política higienista que podemos observar é a institucionalização sendo utilizada antes de se esgotarem as outras possibilidades de medidas protetivas.

Contudo, o que se observa na prática é que este tipo de atendimento vem sendo utilizado de forma abusiva e indiscriminada. Muitos orfanatos foram desativados, mas continuam a prestar assistência asilar nos mesmos moldes do passado. (CUNEO, 2007, p. 7)

A Nova Lei de Adoção determina o prazo de dois anos como período máximo da medida protetiva de acolhimento institucional. Esta é exatamente uma tentativa de não revitimizar o acolhido, não violar novamente o seu direito ao convívio e desenvolvimento no ambiente familiar. Essa nova determinação exigirá das entidades novas posturas para garantia do convívio familiar, do retorno à família natural ou extensa ou da preparação para o acolhimento por uma família substituta. Dessa forma, as entidades, juntamente com os órgãos de garantia dos direitos, precisam agir imediatamente, buscando uma solução para aqueles que estão acolhidos há muitos anos. A Nova Lei de Adoção determina que o estudo de cada caso acompanhado de relatórios deve acontecer semestralmente, como tentativa de retornar o acolhido para a convivência familiar no menor espaço de tempo possível.

1.4 A Aplicação da Medida Protetiva de Acolhimento Institucional

Como dito anteriormente, o ECA rompe com a proposta de internação utilizada no período do Código de Menores. O acolhimento institucional é a medida protetiva que visa à proteção de crianças e adolescentes, quando todas as outras modalidades de proteção estão esgotadas ou não podem ser aplicadas no caso.

Com o objetivo de conhecer os principais motivos de aplicação da medida de acolhimento institucional para crianças e adolescentes brasileiros, recorreremos a uma pesquisa nacional – “Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC” –, realizada em 2003, pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a uma pesquisa regional – “Levantamento Quantitativo das Entidades de Abrigo e das Crianças e Adolescentes Abrigados no Município de Belo Horizonte” –, realizada em 2005, encomendada à PUC Minas - São Gabriel pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL), tendo como parceiros o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

TABELA 1
MOTIVOS PARA O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Motivo	Brasil*	Belo Horizonte**
Negligência grave dos pais/responsáveis. Abandono	19%	35%
Pobreza da família/carência material	24%	20%
Maus tratos/ violência doméstica	12%	20%
Alcoolismo/drogadicção dos pais	11%	15%
Encontrado em via pública sem os pais/responsáveis	7%	7%

* Dados pesquisados pelo IPEA (2003)

**Dados pesquisados no Levantamento Quantitativo das Entidades de Abrigo e das Crianças e Adolescentes Abridados no Município de Belo Horizonte (2005)

Apesar de a pobreza familiar ser a segunda principal causa de acolhimento institucional em Belo Horizonte e no Brasil, este motivo não é legalmente amparado. A pobreza pode potencializar situações de negligência, especialmente quando as famílias não estão incluídas em programas sociais de renda mínima, tais como o bolsa-família. Esse dado nos leva a pensar que crianças e adolescentes com vínculos familiares estão sendo acolhidos em instituição devido à pobreza material da família, o que sugere a permanência de práticas que eram pautadas pelo Código de Menores.

A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

Parágrafo único – Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio. (BRASIL, Lei 8.069 de 1990, capítulo III, artigo 23)

Como visto, estamos diante de um impasse entre o que é previsto na legislação e o que acontece na prática cotidiana, principalmente quando consideramos que são os próprios órgãos de garantia de direitos que encaminham para o acolhimento institucional crianças e adolescente cujas famílias estão em condição de pobreza. A pobreza familiar torna-se, então, empecilho para o direito à convivência familiar. Para a Promotoria de Justiça do Rio de Janeiro, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes pobres é uma questão cultural, “que enxerga o abrigamento como solução para a pobreza”. (PEIXOTO E CARNEIRO, 2009, p. 444).

O abrigamento por motivo de pobreza nos remete à política higienista preconizada pelo Código de Menores de 1927, que entendia como menores os filhos de

pobres, ou aqueles que desestabilizavam as normas sociais. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), durante os séculos XIX e XX, filhos de pobres eram internados e nomeados de desvalidos, abandonados, órfãos e inúmeras outras denominações que acompanhavam as construções ideológicas da época. Altoé (1990) e Rizzini e Rizzini (2004) afirmam que a maioria das crianças e adolescentes asiladas até o final da década de 1980 tinha família, porém estas estavam em situação de pobreza.

Para Rizzini e Rizzini (2004, p.14), o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco “tem suas raízes facilmente identificáveis no passado, sobretudo no que se refere à mentalidade e à renitência de certas práticas institucionais”. Sutton (2004), oficial de projetos do UNICEF no Brasil, considera que “o abrigo acaba sendo entendido como muro que isola e não como um teto que protege.” (Rizzini e Rizzini, 2004, p.10).

Cuneo (2007) e Peixoto e Carneiro (2009), ambas promotoras de justiça do Rio de Janeiro, apresentam seu olhar técnico diante da realidade do acolhimento institucional de crianças e adolescentes brasileiros. Para as autoras, apesar de todas as mudanças legislativas e sociais, principalmente com o advento do ECA, a prática de institucionalização ainda perdura, pois é produto de um longo processo histórico. “A concepção de que as instituições asilares se constituem na melhor solução para os casos de abandono ou de risco” (PEIXOTO e CARNEIRO, 2009, p. 443), é para as autoras fruto de um processo histórico, no qual, as crianças eram costumeiramente abandonadas nas ruas, deixadas à sorte, ainda recém-nascidas. A história nos mostra que a institucionalização é uma prática antiga utilizada com mais frequência e preferência acima de qualquer alternativa para a solução do abandono de crianças e de adolescentes (CUNEO, 2007).

Rizzini e Rizzini (2004) asseguram que com a aprovação do ECA a institucionalização de crianças e adolescentes diminuiu, porém existe no Brasil uma cultura de internação que precisa ser modificada. Para que isso aconteça, as autoras apontam a necessidade de políticas públicas para enfrentarem a pobreza, que impede as famílias de exercerem as suas funções de cuidado, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. As autoras observam ainda que a violência urbana, o tráfico de drogas e a trajetória de vida nas ruas são possivelmente causas do acolhimento institucional.

Peixoto e Carneiro (2009, p. 444) afirmam que a prática de abrigamento aponta para um descuido do Estado, da sociedade civil e das famílias quanto à garantia dos

direitos das crianças e adolescentes. As autoras asseguram que a escassez de políticas públicas voltadas para esse público estimula a conservação das instituições asilares, que, “no lugar de proteger, ainda mais prejudicam aqueles direitos, tal como na Idade Média”. Para essas autoras, o acolhimento institucional

...só revitimiza a criança, tendo em vista que, além da dor do afastamento de sua família, uma vez abrigada, para ela se inicia um círculo vicioso, que a leva do abandono da família, passando pelo esgarçamento dos laços afetivos outrora existentes, culminando, muitas vezes, com a permanência, por tempo indefinido, na instituição. (PEIXOTO E CARNEIRO, 2009, p. 444)

Diante da violência contra a criança e o adolescente, as autoridades encontram no acolhimento institucional uma medida imediata para cessação da violência. Mas após o acolhimento institucional, as crianças e adolescentes não encontram a mesma agilidade para solução do motivo da aplicação da medida que possibilita o retorno da convivência familiar.

Os dados colhidos para esta dissertação nos permitem pensar em uma mudança no serviço de acolhimento institucional. Das quatro adolescentes entrevistadas, duas estavam acolhidas na Casa por pelo menos seis anos, o que em uma primeira análise reforça a crítica de Peixoto e Carneiro (2009). Mas, o que observamos ao final desta pesquisa é que todas as quatro adolescentes entrevistadas retornaram para a convivência familiar, seja com a família natural, com a extensa ou com a substituta. Este dado aponta para um cuidado do serviço de acolhimento em resgatar os vínculos familiares, mesmo quando já se mostravam inexistentes; aponta também para um zelo das relações familiares das adolescentes desde o primeiro momento do acolhimento, permitindo assim a não fragilização dos vínculos familiares e garantindo o retorno das adolescentes para sua família. Partindo da concepção de que a família é o lugar por excelência para as adolescentes, as educadoras da Casa recorreram à adoção como uma alternativa para manutenção dos vínculos familiares.

Considerando os inúmeros casos de abrigamento prolongado, a Nova Lei de Adoção (2009), como já foi dito, foi promulgada com o objetivo de diminuir substancialmente o período de acolhimento institucional. Entendemos então que a Nova Lei de Adoção visa garantir a provisoriedade e excepcionalidade da medida de acolhimento institucional. A proposta da Nova Lei de Adoção é diminuir o tempo de permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, procurando

agilizar a adoção dessas crianças tanto por membros da família extensa quanto pelas famílias substitutas, esgotadas as possibilidades de retorno à família de origem. No entanto, cabe aqui um questionamento: seria o acolhimento institucional uma sentença de retirada permanente da criança e do adolescente da família de origem? Após 20 anos de promulgação do ECA, como poderemos avaliar a eficácia da medida de acolhimento institucional como meio de propiciar a reorganização da família de origem e a volta das crianças e dos adolescentes ao seu convívio?

Se o índice de retorno, ou de casos que podemos chamar de bem-sucedidos, mostrou-se insuficiente nesses anos, busca-se outra saída para se evitar a permanência de crianças e adolescentes nas “Casas Abrigo”, o que resultaria na cristalização do processo de institucionalização. Por outro lado, a desconfiança em relação à possibilidade de as famílias de origem cumprirem o seu papel permanece do Código de Menores à Nova Lei de Adoção.

Feita esta breve discussão sobre a passagem do Código de Menores de 1927 para o ECA (1990) e a Nova Lei de Adoção de 2009, passaremos a discutir a medida protetiva de acolhimento institucional destinada aos adolescentes.

1.5 O estigma do acolhimento institucional

Apesar das grandes mudanças no serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, a literatura nos mostra que o público acolhido ainda é alvo de preconceito da sociedade, por estarem em uma Casa Lar.

Para Arpini (2003), mesmo quando são acolhidos pela medida protetiva, os adolescentes são vistos como marginais pela comunidade. A autora nomeia esse preconceito de preconceito instituído, ou seja, aquele preconceito sofrido a partir de um imaginário constituído, no caso, pensar esses adolescentes como pessoas que carregam algum problema em suas histórias de vida. De acordo com a autora, a sociedade age com preconceito diante dos adolescentes acolhidos e não considera a própria responsabilidade pela violação de direitos sofrida pelos adolescentes.

Ser visto como um adolescente que vive em uma instituição de abrigo é ainda um forte estigma social e, sobretudo, uma marca muito forte que eles passam a carregar, pois as pessoas, via de regra, julgam que uma criança ou

adolescente institucionalizado carrega algum problema em sua “bagagem”. (ARPINI, 2003, p. 72)

Se não bastasse a situação de violência sofrida, que culminou no acolhimento institucional do adolescente, ele ainda é socialmente excluído e responsabilizado por sua condição de *adolescente em acolhimento institucional*.

As “crianças institucionalizadas por longo período de tempo trazem em si internalizadas as marcas da estigmatização” (CUNEO, 2007, p.16). A autora afirma que a sociedade discrimina a população infanto-juvenil abrigada e essas crianças e adolescentes legitimam a discriminação sofrida. “Em função da identidade construída no espaço institucional essas crianças são reconhecidas e (pré) julgadas por seus pares” (CUNEO, 2007, p. 16).

Arpini (2003) acrescenta que a instituição “reproduz a acusação social e acaba, então, culpando as crianças e os adolescentes pela natureza da família destes.” (ARPINI, 2003, p. 73). O adolescente convive no espaço institucional com frequentes críticas e desqualificações feitas pela equipe de funcionários sobre a sua família de origem. A violação de direitos sofrida no espaço doméstico não é esquecida pelo adolescente, pois esse é o motivo que o levou à separação da família, no entanto, os funcionários habitualmente falam disso com pouco cuidado diante dos adolescentes. Para Arpini (2003), a instituição exige dos adolescentes um desapego dos familiares, desconsiderando que se de um lado a família é agente da violência, por outro ela é também objeto de afeto dos adolescentes.

Já o vínculo com as instituições responsáveis pela garantia de direitos dos adolescentes, tal como o Conselho Tutelar, marca esses sujeitos diante da sociedade como aqueles *sujeitos de risco*, sujeitos que não são desejados (ARPINI, 2003). Adolescentes que passaram uma experiência de acolhimento institucional são tidos como problemáticos. Este estigma aponta para o esquecimento da violação de direitos sofrida pelos adolescentes e os coloca como potenciais ameaçadores de direitos dos outros, ou seja, voltamos à dimensão de *menor*.

Ser criança ou adolescente de alguma instituição já significa, por isso mesmo, ser um problema. Por outro lado, essa situação é negada no momento em que se espera que eles sejam exemplares nas suas ações, atitudes e comportamentos. (ARPINI, 2003, p. 73)

Deste modo, se por um lado os adolescentes acolhidos são um problema social e estão em situação de desvantagem diante da sociedade, por carregarem a marca da institucionalização, por outro lado eles precisam o tempo todo provar que são capazes, que não são *marginais* e que têm potencialidades para se desenvolverem como todos os outros adolescentes.

Coelho (2007) nos alerta para a armadilha cotidiana de revitimizar as crianças e adolescentes que foram vítimas e por isso estão nos abrigos. É preciso considerá-los como sujeitos de escolhas, de desejos, de vontades, como cidadãos.

1.6 Família ideal ou instituição marginal? Discussões sobre a idealização da família e o constante demérito das instituições

Após 20 anos da sanção do ECA, a medida protetiva de acolhimento institucional é objeto de constantes discussões sobre a qualidade e a eficácia do atendimento às crianças e aos adolescentes brasileiros, que por terem tido seus direitos violados e estarem em situação de risco pessoal e social não estão sob custódia dos seus pais.

Como dito anteriormente, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida de proteção diante da violação de direitos no espaço familiar. Essa medida levanta a discussão sobre o quanto a convivência familiar é, em alguns casos, realmente protetiva ou violadora de direitos, e também o quanto o acolhimento institucional como medida de proteção pode ser mais uma forma de violência. Como tratamos de vidas e de sujeitos em desenvolvimento, devemos sempre considerar caso a caso. Para melhor compreender essa discussão, tomemos os argumentos de algumas autoras.

Arpini (2003) afirma que é possível perceber, a partir do discurso dos adolescentes em situação de risco⁶, a presença das instituições de acolhimento em suas histórias de vida, seja a partir de suas vivências, seja a partir do imaginário de cada um, que é composto pelo receio constante de ir para um abrigo. A autora afirma também que, para esses adolescentes, a instituição não os marca somente de forma negativa.

⁶ No texto *Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescente*, a autora não define o que nomeia como situação de risco.

Muitas vezes, os abrigos são tidos para os adolescentes como menos traumáticos do que suas vivências familiares, principalmente para aqueles que viveram situações de extrema violência e abandono. Nesses casos, o abrigo é um local de apoio e reestruturação da vida.

De acordo com a autora, os abrigos que são vivenciados como lugar de reestruturação são aqueles que romperam com os ideais fundantes do Código de Menores (1979) e se estruturaram tal como previsto no ECA. Porém, Arpini (2003) ressalva que as violências vividas nas instituições totais podem se repetir nos novos espaços de proteção para crianças e adolescentes. A autora também salienta a importância de rompermos com o preconceito que temos das instituições de acolhimento. A proposta é repensarmos a visão que temos, tanto dos abrigos como um lugar ruim para as crianças e adolescentes, quanto da família como um lugar de proteção. Arpini (2003) afirma que, assim como o abrigo pode ser um espaço de proteção, a família pode ser de violação dos direitos dos seus filhos, e considera que, se pensarmos o abrigo tal como proposto pelo ECA, é possível admiti-lo como local de proteção.

O direito à convivência familiar se apresenta no ECA como um direito fundamental. A partir disso Cuneo (2007) assegura que o abrigamento de crianças e adolescentes, apesar de objetivar a garantia dos direitos fundamentais, viola o direito à convivência familiar, que para a promotora de justiça “inscreve-se na categoria de princípio constitucional enquanto valor fundante da dignidade da pessoa humana”. (CUNEO, 2007, p. 14).

Para Arpini (2003) apesar das instituições de acolhimento terem caído no descrédito, elas ainda são a melhor alternativa para algumas crianças e adolescentes que estão em situação de violação de seus direitos: “...é preciso repensar a relação que a sociedade construiu com as instituições e as famílias...” (ARPINI, 2003, p. 72).

Cuneo (2007) contrapõe os argumentos de Arpini (2003) quando aborda a discussão do desenvolvimento infantil no espaço institucional e afirma:

O espaço institucional não é o meio natural para o favorecimento do desenvolvimento integral da criança, a qual passa a ser cuidada por pessoas que até então não conhecia e cujos referenciais, muitas vezes, encontram-se dissociados de seu contexto social e familiar. (CUNEO 2007, p. 12)

Para essa autora, a institucionalização de pessoas que estão em plena fase de desenvolvimento gera prejuízos “evidentes e inevitáveis”, visto que o público institucionalizado não encontra no espaço institucional vínculos afetivos e a estimulação necessária para o seu desenvolvimento.

Coelho (2007) traz uma consideração importante para a discussão sobre a dificuldade do estabelecimento de vínculos afetivos entre os adultos de referência (educadores) e as crianças e os adolescentes acolhidos. A autora ressalta que os educadores, em especial os novatos, se envolvem afetivamente com os acolhidos e, quando as crianças e adolescentes são desligados, eles sofrem com a quebra de vínculo. Para Coelho (2007), depois de algumas experiências como essas, os educadores tendem a se tornar mais distantes afetivamente, evitando novo sofrimento gerado pelo desligamento institucional do adolescente.

Arpini (2003) ressalta que as instituições ainda não avançaram no que tange aos afetos dos internos e até mesmo dos educadores. Segundo a autora, a dificuldade de se lidar com as relações afetivas dos adolescentes acolhidos leva ao endurecimento afetivo no espaço institucional. Os educadores preferem não falar do sofrimento vivido pelos internos, das violações sofridas no ambiente doméstico, das rupturas com a família. Para a autora, a condição transitória da medida torna os vínculos entre os adolescentes e os educadores breves e superficiais, exatamente no momento em que os adolescentes precisam construir vínculos duradouros, de confiança, para que eles possam falar e elaborar suas incertezas e sofrimentos em que a condição de desamparo e ruptura com a família os coloca.

A superficialidade dos vínculos estabelecidos entre educadores e acolhidos, que vai na contramão da importância dos vínculos afetivos para o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, é um ponto de convergência entre a discussão feita por Arpini (2003) e Cuneo (2007).

Cuneo (2007) discute o quão fundamental são os laços afetivos para o desenvolvimento humano, em especial para pessoas ainda tão jovens. Nesse sentido a autora aponta o ambiente familiar como o mais favorável para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Por melhor que seja a instituição, por mais que haja uma atmosfera de ambiência familiar artificialmente criada, somente uma relação familiar propicia um sentimento de intimidade, cumplicidade e um convívio mais afetivo, personalizado e individualizado. (CUNEO, 2007, p. 12)

Para essa autora, o espaço institucional não proporciona aos acolhidos a atenção individualizada que encontram na família, o que impossibilita o desenvolvimento de suas potencialidades biopsicossociais. “A dinâmica institucional aprisiona a criança e não a protege da angústia de, mais tarde, enfrentar o mundo externo, que se lhe afigura misterioso e desconhecido” (CUNEO, 2007, p. 12). Esta autora afirma ainda que a realidade das instituições hoje assinala que cabe ao acolhido se ajustar ao espaço institucional, ficando em segundo plano “suas necessidade individuais por carinho, conforto e estimulação” (CUNEO, 2007, p. 15).

Os dados colhidos nesta pesquisa apontam para uma direção distinta da assinalada por Cuneo (2007). Como veremos nas análises das entrevistas, se para Isabela o acolhimento institucional a distanciou do convívio com sua família, para Marjore o acolhimento institucional foi de fato protetivo, diante da situação de violência sofrida no espaço doméstico. Apesar das diferentes visões das adolescentes quanto à proteção no espaço da Casa, elas concordam que o acolhimento institucional oferece possibilidades educacionais e de inserção no mercado de trabalho, que não teriam em suas casas.

Arpini (2003) e Coelho (2007) questionam, então, como possibilitar vínculos de afeto no espaço institucional, atravessado pelas normas jurídicas, pela transitoriedade e pelas mudanças ocorridas a partir de imposições externas, como, por exemplo, determinação judicial.

Esta dissertação corrobora as considerações de Arpini (2003), que discute se a medida protetiva de acolhimento institucional tem potencialidades para ser um local seguro, de proteção, no qual crianças e adolescentes possam viver e se desenvolver, tendo referenciais positivos e vínculos possibilitadores de confiança. Porém, no imaginário social, tal possibilidade não se coloca, e a instituição é sempre vista como um lugar ruim por definição. A autora nos convida a pensar que a família é uma instituição idealizada, como aquela que provê os seus membros de afeto e proteção, motivo pelo qual é tão difícil entendê-la como uma instituição que também pode ser violenta.

As famílias, em alguns casos, perdem o poder familiar pela negligência praticada contra as crianças e os adolescentes. A negligência é entendida, segundo Coelho (2007), como a ausência de cuidados dos pais para com seus filhos no que tange às necessidades básicas de alimentação, saúde, educação e supervisão para prevenir riscos encontrados

no cotidiano dos filhos. Ocorre que esse conceito possibilita diferentes interpretações, deixando às famílias pobres a possibilidade iminente de ficar sem seus filhos. O acolhimento institucional das crianças e dos adolescentes se torna então uma possibilidade de proteção, mas também uma forma de punir as famílias. “Nada mais se cria nesse espaço além de culpabilização, punição e domesticação” (COELHO, 2007, p. 106). De acordo com Coelho (2007), no momento do acolhimento das crianças e dos adolescentes, há uma desapropriação dos seus direitos, bem como os da família, o que fica evidente na perda de convivência familiar. Diferente das afirmações de Coelho (2007), esta pesquisa dá indícios de que a medida protetiva de acolhimento institucional pode ser de fato protetiva, mediadora dos laços familiares e garantia dos direitos básicos das adolescentes.

Coelho (2007) e Arpini (2003) alertam para o cuidado de não olhar para os adolescentes abrigados, suas famílias, seus costumes e seu cotidiano a partir dos referenciais dos modelos hegemônicos de família que povoam o nosso imaginário. É preciso compreender como eles organizam sua vida, como estabelecem seus vínculos, para então avaliar se existe de fato uma violação de direitos ou apenas uma forma diferente de se viver em família.

Quando uma criança ou um adolescente são encaminhados para uma Casa de acolhimento institucional, entendemos que essa medida foi tomada para a garantia de um direito que não estava assegurado por sua família. Mas devemos ressaltar que essa é a compreensão do Juizado da Infância e Juventude e dos demais atores envolvidos, que podem ter sugerido a medida. Coelho (2007) afirma ainda que “...o judiciário define o que será do futuro da vida da criança a partir de suas próprias concepções de violência e bem-estar infantil.” (COELHO, 2007, p. 94). De acordo com essa autora, muitas crianças e adolescentes abrigados não entendem a razão de estarem institucionalizados, pois não concebem suas famílias como violentas. Para essas crianças e adolescentes, a violência está exatamente na sua retirada do convívio familiar, como dito pela adolescente Isabela, entrevistada nesta pesquisa.

Sempre que uma nova criança ou adolescente é recebida na Casa, ela é vista como membro de uma família incapaz de garantir seus direitos. Para Coelho (2007), no espaço institucional há uma constante desvalorização das famílias dos acolhidos. A desvalorização da família natural do adolescente parece ser uma permanência das práticas anteriores ao ECA. No espaço institucional, os adolescentes que estão acolhidos

vivenciam a constante desvalorização de sua família de origem, que é tida como a responsável por todo o sofrimento vivido pelo adolescente.

Concomitante a esse movimento de desvalorização da família de origem, cabe à instituição acolhedora buscar a rede de assistência visando ao restabelecimento dos vínculos familiares e, sempre que possível, possibilitar o retorno do adolescente para a sua família de origem.

Para Arpini (2003) as instituições de acolhimento precisam romper com o modelo de família que utilizam para guiar suas metodologias e projetos.

Se não abandonarmos esse modelo, o que podemos pensar em termos de identidade para essas crianças e adolescentes é muito negativo, pois, se não têm na família a acolhida desejada, e lhes resta apenas uma instituição que não acredita em outra forma satisfatória de se tornarem sujeitos, nós realmente ficamos sem saída e as portas se fecham, sobretudo porque a imagem das instituições é semelhante à imagem que se tem da própria população que a frequenta, ou seja, uma imagem carente, abandonada, fracassada, desqualificada. (ARPINI, 2003, p.74)

É preciso romper com a visão predominante que se tem da medida protetiva de acolhimento institucional, como aquela que antes de tudo já é uma tentativa fracassada. O acolhimento institucional pode possibilitar à família e à criança ou ao adolescente uma nova reorganização da vida, dos laços e vínculos familiares. Não podemos perder de vista que a família também tem seus direitos violados. Coelho (2007) ressalta que “...hoje, os abrigos também camuflam a omissão do Estado...” (COELHO, 2007, p. 98). Neste momento, retomamos a discussão sobre a precariedade das políticas destinadas às famílias. Entendemos então que o investimento e cuidado com as famílias, em especial as família pobres, devem ser anteriores e preventivos à aplicação da medida de acolhimento institucional.

É terrificante admitir que crianças institucionalizadas por longa data, e que se sabe não são poucas, têm ainda sua infância escamoteada por um falso e perverso sistema de proteção que se retroalimenta por intermédio da concentração de renda, do desemprego, da falta de investimento na educação e da ausência de uma política eficaz de apoio e promoção das famílias das camadas populares. Um sistema que muitas vezes parece ter apenas uma porta de entrada, sem nenhuma de saída, não pode ser considerado honestamente protetivo. (CUNEO, 2007, p. 25)

Cuneo (2007) provoca a discussão sobre a negligência do Estado quanto à escassez e pouca efetividade das políticas públicas voltadas para as famílias pobres, que têm como sintoma o frequente abrigo de crianças e adolescentes. “Não soa

temerário afirmar que famílias abandonadas geralmente contam histórias de seus próprios abandonos” (CUNEO, 2007, p. 16). Nessa perspectiva, a discussão sobre a ineficácia dos abrigos, que mantêm por muitos anos crianças e adolescentes institucionalizados, precisa ser amplamente repensada, visto que é fruto de toda uma estrutura social fracassada.

Para pensarmos o acolhimento institucional, seus desafios e dificuldades, é preciso refletir primeiro sobre as condições ofertadas para o desenvolvimento socioeconômico das famílias pobres, pois, diante da miséria e da fome tão recorrentes nas famílias brasileiras, a institucionalização dos filhos é a garantia do direito à alimentação.

O contexto estudado nesta pesquisa aponta para a multiplicidade de olhares e vivências sobre as famílias, a medida protetiva, os vínculos afetivos vivenciados no espaço da medida protetiva.

Esses diferentes pontos de vista expostos nas discussões sobre o acolhimento institucional nos mostram o quanto as práticas exercidas nesse espaço são multiformes, complexas, o que dificulta a avaliação sobre a qualidade e o alcance do atendimento prestado às crianças e aos adolescentes, e, por isso, impossibilita ao pesquisador fazer generalizações.

Ao analisarmos os dados coletados na instituição pesquisada, veremos o quanto aquele espaço é repleto de contradições, de modo que poderemos encontrar exemplos que darão visibilidade à posição de Arpini (2003) e de Cuneo (2007). Devemos considerar também que nesta pesquisa estudamos somente uma Casa de uma Associação, portanto, sabemos que em outras Casas a realidade pode ser muito distinta da que encontramos.

1.7 Contextualizando o acolhimento institucional no Brasil e em Belo Horizonte

Com o objetivo de selecionar a Casa a ser pesquisada, tomamos como base os resultados de duas pesquisas, uma nacional e outra local (realizada em Belo Horizonte), sobre as unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

No Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada⁷ (Rede SAC), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2004, foram pesquisadas 626 instituições, das quais 589 desenvolviam programa de abrigamento e atendiam 20 mil crianças e adolescentes. Dessas instituições, 49% estão na região Sudeste, sendo que Minas Gerais participa com 7% das instituições.

Essa pesquisa apresenta alguns dados importantes para esta dissertação:

- 65% das instituições são de natureza não governamental;
- 67% são de natureza religiosa, dentre estas, 62% são católicas;
- 58% das instituições analisadas abrigam até 25 crianças e adolescentes cada uma;
- 62% das entidades de abrigo atendem a crianças e adolescentes de ambos os sexos, 13% atendem somente a crianças e adolescentes do sexo feminino e 25% a crianças e adolescentes somente do sexo masculino;
- 58% das crianças e adolescentes são do sexo masculino;
- 42% são do sexo feminino;
- 63% são negros, 35% brancos, 1% indígenas, 1% amarelos;⁸
- 87% dos abrigados têm família;
- 58% mantêm os vínculos familiares;
- 58% têm entre sete e quinze anos de idade;
- 55% têm permanência nos abrigos entre sete meses e cinco anos.

Em 2005 participei como pesquisadora do Levantamento Quantitativo das Entidades de Abrigo e das Crianças e Adolescentes Abrigados no Município de Belo Horizonte.⁹ Foram pesquisadas 33 entidades mantenedoras responsáveis por 75 unidades de abrigo. Vale ressaltar que em uma unidade não havia no momento da pesquisa nenhuma criança ou adolescente abrigado. Dessa forma, em 74 unidades estavam abrigados 804 crianças e adolescentes. Essa pesquisa apontou que:

- 50% das instituições pesquisadas são de natureza não governamental;
- 69% dos abrigos têm orientação religiosa, sendo 36% de natureza católica;

⁷ A Rede SAC, compõe as ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

⁸ A pesquisa do IPEA seguiu os padrões do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - para classificação da cor das crianças e adolescentes.

⁹ Pesquisa encomendada à PUC Minas - São Gabriel pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL), tendo como parceiros o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

- têm-se em média 10 abrigados por entidade;
- 46% dos abrigos atendem a crianças de ambos os sexos, 22% dos abrigos atendem somente a crianças e adolescentes do sexo feminino, e 32% atendem somente a crianças e adolescentes do sexo masculino;
- 59% das crianças e adolescentes são do sexo masculino;
- 41% são do sexo feminino;
- de acordo com os responsáveis¹⁰ pelas crianças e adolescentes acolhidos, 37% são pardos claros, 24% brancos, 20% negros, 18% pardos escuros e 0,5% indígenas;
- 68% das mães e 44% dos pais são conhecidos e estão vivos;
- 56% dos pais/mães nunca visitaram os filhos.
- 43% das crianças e adolescentes pesquisados têm entre 7 e 12 anos e 38% do total estão acolhidos por um período entre 1 ano e 3 anos e 11 meses.¹¹

As pesquisas mostram que, acatando a determinação do ECA, as instituições têm se organizado para atender a pequenos grupos. Considerando a média nacional de 25 acolhidos por Casa, podemos considerar que as instituições de Belo Horizonte estão possibilitando um acolhimento ainda mais individualizado, pois a média nessa cidade é de 10 acolhidos por Casa, ou seja, menos da metade da média nacional.

A pesquisa nacional e a pesquisa regional nos apresentam dados muito similares sobre as instituições e sobre o público atendido. As instituições de Belo Horizonte seguem o padrão nacional, ou seja, são em sua maioria instituições não governamentais, de natureza religiosa e orientadas pelos preceitos católicos. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), as instituições asilares cristãs que atendem a crianças e adolescentes são uma constante que permeia a história do Brasil até os dias de hoje.

O público atendido por essas instituições, tanto em Belo Horizonte como em todo o Brasil, é composto em sua maioria por meninos, com idade entre 7 e 12 anos, cujos pais estão vivos, mas somente metade desses meninos mantêm os vínculos familiares. O tempo médio de acolhimento aponta para a situação de abrigamento prolongado, ou seja, mais de um ano ininterrupto na instituição.

¹⁰ Essa pesquisa não seguiu a classificação de cor utilizada pelo IBGE.

¹¹ Esses dados são referentes ao tempo de abrigamento na instituição pesquisada, não considerando se os acolhidos passaram por outras unidades de acolhimento institucional.

O tempo de permanência da criança na instituição é proporcional ao enfraquecimento dos vínculos familiares e o é inversamente em relação ao fortalecimento dos elos institucionais, os quais vão se sedimentando com o tempo. O abrigo passa a ser o principal referencial dessas crianças, ocasionando graves prejuízos para o seu desenvolvimento. (CUNEO, 2007, p. 21)

Os dados reforçam a afirmativa de Cuneo (2007), pois mostram que, apesar da existência das famílias, o tempo prolongado de acolhimento concorre para a fragilização dos vínculos familiares e dificulta ainda mais o retorno das crianças e dos adolescentes à convivência com sua família natural.

1.8 O *locus* da pesquisa: apresentação da Casa Lar pesquisada

A escolha da Casa na qual a pesquisa foi realizada foi feita a partir do *Levantamento Quantitativo das Entidades de Abrigo e das Crianças e Adolescentes Abrigados no Município de Belo Horizonte* (2005). Dentre as 74 unidades catalogadas, nove tinham o perfil que atendia aos objetivos desta pesquisa, ou seja, Casas que atendiam adolescentes do sexo feminino. Mas, no espaço de quatro anos entre a conclusão da referida pesquisa e o levantamento de dados para a realização desta dissertação, algumas dessas Casas já haviam sido fechadas, outras tinham mudado de endereço e de número de telefone, o que impossibilitou a sua localização. Quando fizemos o contato com a primeira entidade selecionada, a equipe responsável comunicou-nos que ela seria fechada e, por isso, não poderia atender à demanda desta pesquisa. Dentre as entidades restantes, optamos por realizar a pesquisa em uma Casa que acolhe crianças e adolescentes do sexo feminino, embora esta não atendesse somente a adolescentes, mas também a crianças do sexo feminino. Ainda assim, ela foi escolhida para a coleta de dados, uma vez que se dispôs a receber a pesquisa e também pelo fato de a cidade de Belo Horizonte contar com poucas Casas de acolhimento somente para adolescentes do sexo feminino.

O número de meninas adolescentes acolhidas institucionalmente é menor do que o de meninos. Este fato parece estar relacionado à posição que as meninas ocupam no espaço familiar, muitas vezes responsáveis pelo serviço doméstico em substituição às suas mães. É também significativo o número de adolescentes pobres que já se tornaram

mães e constituíram suas próprias famílias, como demonstrou a pesquisa realizada por Moreira e Stengel (2003). O fato de haver um número menor de adolescentes do sexo feminino abrigadas por medidas protetivas provoca suspeita de que muitas vezes as violências que elas sofrem em suas famílias pode ser pouco considerada, ou naturalizada como própria da posição de gênero das adolescentes. Embora esse aspecto tenha sido percebido no decorrer da pesquisa, não foi explorado, por não se constituir o objeto principal desta pesquisa.

A única Casa que encontramos com o perfil procurado estava sendo fechada, por isso não foi possível desenvolver este estudo lá. Dentre as opções restantes, decidimos estudar uma Casa que acolhe somente meninas, mas que não é exclusiva para adolescentes. A Casa estudada não se opôs em momento algum à pesquisa e à presença da pesquisadora, ao contrário, fomos muito bem recebidas.

A modalidade de acolhimento institucional estudada nesta pesquisa é a Casa Lar. De acordo com o documento *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*, publicado em 2009, o acolhimento institucional na Casa Lar se caracteriza por acontecer em unidades residenciais, que atendem a até 10 crianças e adolescentes. Nesse documento, havia a previsão da presença de um casal ou de uma pessoa que trabalhasse como educador/cuidador residente, mas que tivesse domicílio próprio para o descanso semanal e as férias.

A proposta da modalidade Casa Lar é oferecer um atendimento individualizado e personalizado, rompendo com a tradição dos orfanatos ocupados por centenas de crianças e jovens cuja arquitetura revelava a impessoalidade, com enormes corredores cheios de quartos e com os internos uniformizados.

Como veremos, a diminuição do número de acolhidos por unidade de atendimento, o espaço físico da Casa, o caráter provisório e excepcional da medida protetiva de acolhimento institucional, o fato de essa medida não acarretar em privação de liberdade, favorecendo que as crianças e os adolescentes continuem a frequentar a escola, espaços de lazer e cultura, e demais equipamentos sociais são elementos que contribuem para o sucesso do desligamento da adolescente.

A Casa pesquisada atende a crianças e adolescentes do sexo feminino com idade entre 8 e 14 anos e sua capacidade de atendimento é para 12 pessoas. Ela pertence a uma entidade de natureza católica que congrega oito Casas para crianças, adolescentes todas estruturadas no modelo de uma Casa Lar. A entidade tem também uma República para acolhimento de alguns jovens.

De acordo com o documento interno da entidade, a Casa só recebe a criança ou o adolescente encaminhado pelo Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude, conforme previsto pelo ECA. As meninas acolhidas em outras unidades da entidade podem trocar de Casa quando autorizadas pela direção, cabendo à entidade notificar essa mudança ao Juizado da Infância e Juventude no prazo de 48 horas.

Como já salientamos na apresentação desta dissertação, o objetivo central aqui é analisar a vivência singular da medida protetiva para cada adolescente e o percurso para o desligamento. As histórias das adolescentes mostram que, embora tenham vivido um longo período de acolhimento institucional, contrariando as determinações do ECA, todas elas foram desligadas e inseridas no convívio familiar, tanto pelo retorno à família de origem, quanto pela inclusão em família substituta.

2. DISCUSSÃO METODOLÓGICA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

2.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada nos moldes qualitativos, feita, portanto sem a intenção de produzir generalização dos dados, mas sim o aprofundamento da análise dos dados obtidos a partir da “articulação da teoria com os dados sobre o caso particular, o estudo qualitativo intenciona construir um modelo de análise que possa ser utilizado em outros casos semelhantes, com poder explicativo e operativo” (AMAS, 1995, p. 114).

Para efetivação dessa dissertação, utilizamos, então, os seguintes instrumentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental das leis, normas e orientações sobre a medida de acolhimento institucional. Para a composição do estudo de caso foram realizadas, ainda, visitas de observação em uma Casa Lar e entrevistas com as adolescentes acolhidas e as educadoras da instituição.

A pesquisa bibliográfica teve como finalidade conhecer a literatura científica existente sobre o tema pesquisado. Observamos que em todo o país estudos sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes têm sido realizados e, de modo geral, apontam para diferentes resultados, o que reafirma a multiplicidade das realidades das Casas de acolhimento institucional em todo o Brasil.

Para melhor compreender o nosso objeto de estudo, recorreremos especialmente ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), à Nova Lei de Adoção (2009) e às Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009).

A fim de alcançar o objetivo proposto por essa pesquisa, recorreremos ao estudo de caso, tal como proposto por Becker (1999). O método de estudo de caso utiliza a observação, a entrevista e a análise documental para melhor compreender o objeto estudado.

Durante o mês de março de 2009, visitamos a Casa de duas a três vezes por semana, em diferentes horários. As visitas foram relatadas no diário de pesquisa e a partir delas e dos objetivos da pesquisa, formulamos dois roteiros de entrevista, um dirigido para as adolescentes e outra para as educadoras (cf. Apêndice A e B). Durante as visitas, observamos muitas discussões de caso entre as educadoras. Essas discussões

aconteciam de modo informal, várias vezes ao dia, e nelas foi possível perceber a compreensão que as educadoras têm sobre cada adolescente.

Os dados documentais foram coletados nos arquivos da Casa, a partir da autorização de uma técnica da Casa.

Após algumas visitas de observação, quando as educadoras e as adolescentes já estavam mais familiarizadas com a minha presença e participação em algumas atividades, como almoço, lanche, conversas e brincadeiras, iniciei as entrevistas. “A entrevista de pesquisa é uma relação social que se inicia com um tempo de legitimação que, se malsucedido, é seguido por resistências” (MACHADO, 2002, p. 45). As entrevistas foram realizadas tendo como norte alguns temas que deveriam ser abordados.

Entrevistamos todas as quatro adolescentes que estavam na Casa no período da coleta de dados. Das seis educadoras da Casa, foram entrevistadas cinco, somente uma educadora não foi entrevistada porque estava de férias nesse período. As entrevistas foram realizadas na Casa, com exceção da entrevista de uma das educadoras, que aconteceu em um equipamento da rede responsável pela inserção das adolescentes no trabalho protegido.

Apesar da percepção de que as educadoras e as adolescentes já estavam mais à vontade com a minha presença, o momento da formalização da autorização para a entrevista juntamente com a solicitação para gravação geraram incômodo em algumas entrevistadas. Sobretudo nos primeiros minutos das entrevistas, algumas educadoras, alteravam o tom de voz e se preocupavam em falar corretamente o português. As adolescentes demonstravam tristeza e por vezes choravam ao falar sobre as famílias de origem. Vale ressaltar que o termo de consentimento livre e esclarecido destinado às adolescentes foi assinado por elas e pelo profissional responsável pela Casa.

De acordo com Machado (2002, p. 35) a “entrevista de pesquisa é definida como uma interação verbal que permite a obtenção do discurso de sujeitos determinados sócio-historicamente”. Para essa autora, cabe ao entrevistador conduzir a entrevista, mas com a cautela de interferir pouco no discurso do entrevistado. Machado (2002) ressalta também a proximidade entre a entrevista clínica e a entrevista de pesquisa e observa que em ambos os casos os entrevistados podem apresentar resistência.

Diante da observação e das entrevistas, optamos por concentrar a nossa análise em alguns momentos que avaliamos ser mais relevantes na fala das entrevistadas. Se, inicialmente no projeto desta pesquisa, achávamos fundamental investigar o

atravessamento das instâncias jurídicas, escolares e comunitárias, os dados nos mostraram que esse não era o problema emergente no contexto pesquisado, o que levou a reelaboração do problema da pesquisa.

Os pesquisadores frequentemente descobrem que o problema que eles se dispuseram a estudar não é tão importante quanto algum outro problema, ou só pode ser estudado no contexto de um outro problema que não haviam previsto estudar. (BECKER, 1999, p. 124)

O problema central desta pesquisa passou a ser então compreender, a partir da história das adolescentes, o que a medida protetiva de acolhimento institucional significa para elas. A partir dessa compreensão foi possível analisar a vivência da medida protetiva para cada adolescente e o percurso para o desligamento institucional.

Após a realização e a transcrição das entrevistas, optamos por analisar os dados a partir de algumas categorias que se apresentaram como fundamentais nas falas das entrevistadas. A trajetória de vida da adolescente anterior ao acolhimento na Casa pesquisada é a primeira categoria de análise. A vivência da medida protetiva de acolhimento institucional é a segunda. A terceira categoria analisada é o desligamento da adolescente. O desligamento não era uma categoria *a priori*, a primeira proposta era analisar o projeto de vida que as adolescentes construía para o momento em que não estivessem mais sob a medida protetiva de acolhimento institucional, mas diante do desligamento de todas as adolescentes entrevistadas durante a realização da pesquisa, decidimos analisá-lo.

Durante esse processo, percebemos que as meninas pareciam imaginar que tudo o que seria dito na entrevista seria relatado para as educadoras e, assim, elas não falavam dos assuntos proibidos, tais como sexo, namorados. Em contrapartida, as adolescentes usavam as entrevistas em alguma medida para *dar um recado* para as educadoras. Isabela, por exemplo, aproveitou para dizer que a Casa não era o seu lugar, que não tinha motivos para estar ali. Nicole usou o espaço da entrevista para reafirmar sua diferença em relação às outras adolescentes, dizendo do seu bom comportamento, que se concretizava por não participar das conversas que aconteciam no quarto à noite. Débora responsabilizou as educadoras por não saber sobre a sua história.

Já para as educadoras, as entrevistas se transformaram em um momento de refletir sobre sua prática cotidiana. Durante as entrevistas as educadoras reafirmaram seu papel e sua importância na Casa.

2.2 Apresentação das entrevistas das adolescentes e das educadoras

Com o objetivo de compreender os processos de subjetivação das adolescentes a partir da experiência de acolhimento institucional, organizamos a descrição dos dados em três eixos de análises, que serão expostos a seguir:

1. A história de vida anterior ao acolhimento na Casa estudada;
2. As vivências no período do acolhimento institucional;
3. O desligamento.

As falas das educadoras são de significativa importância para a compreensão do objetivo proposto, por tanto, serão apresentadas concomitante a fala das adolescentes.

A Tabela 2 apresenta dados gerais e fundamentais para a compreensão dos sujeitos estudados por essa pesquisa.

TABELA 2
Adolescentes acolhidas¹²

Nome	Idade	Tempo de acolhimento na casa pesquisada	Escolaridade	Religião
Nicole	16 anos	9 anos	1º Ensino Médio	Evangélica e Católica
Débora	15 anos	5 anos	6º Ensino Fundamental	Não tem religião
Marjore	15 anos	2 anos	1º Ensino Médio	Católica
Isabela	12 anos	1 ano e 2 meses	6º Ensino Fundamental	Evangélica e Católica

Vale ressaltar que todas as adolescentes nasceram após a promulgação do ECA, quando estava sendo instaurado um novo entendimento social sobre a criança e o adolescente como sujeitos em desenvolvimento que deveriam ter seus direitos resguardados prioritariamente. Além disso, o ECA considera como adolescentes as pessoas entre 12 anos e 18 anos completos, desse modo apenas Marjore chegou à casa na adolescência (aos 13 anos), enquanto todas as outras foram acolhidas na Casa pesquisada ainda na fase da infância: Nicole aos 7 anos, Débora aos 6 anos e Isabela aos 10 anos e 10 meses.

¹² Todos os nomes citados na Tabela 1 são fictícios.

As seis funcionárias são divididas entre uma mãe social¹³, uma auxiliar de serviços gerais, uma técnica social e três educadoras. Optamos por nos referir a todas como educadoras, pois a distinção dos cargos facilita na identificação da funcionária, quebrando assim o compromisso do sigilo feito no momento anterior à coleta de dados.

A auxiliar de serviços gerais trabalha de segunda a sexta durante o dia. Ela é responsável pela limpeza da Casa, pelas roupas das meninas e pelas refeições.

Uma das educadoras trabalhava durante a semana, era responsável por tudo o que envolvia a educação e a saúde das meninas. Era ela que comparecia às reuniões de pais na escola, ajudava as meninas nas tarefas escolares e procurava vagas nas escolas. Essa educadora também levava as meninas nas consultas médicas, odontológicas, psicológicas entre outras. Dessa forma, ela precisava conhecer bem a história das meninas, o possível histórico de doenças e tratamentos realizados.

As outras duas educadoras trabalhavam nos finais de semana e se dedicavam às atividades recreativas das meninas. Elas também cuidavam dos cabelos das meninas, se preocupavam com a organização dos armários e sempre que necessário auxiliavam nas atividades escolares.

A técnica social trabalhava 40 horas semanais, divididas de segunda a sexta. Ela era a principal responsável pelo contato com a rede de atenção às crianças e aos adolescentes acolhidos, ou seja, ela elaborava os relatórios, discutia os casos no Juizado da Infância e Juventude e na Promotoria da Infância e Juventude. A técnica se dedicava ativamente aos contatos com os familiares das acolhidas a fim de garantir a continuidade dos vínculos familiares e o futuro desligamento das meninas da medida protetiva.

A mãe social era quem passava mais tempo com as meninas. Ela iniciava sua jornada de trabalho no final da tarde de domingo e permanecia na Casa até a manhã de sábado, quando ia para sua casa descansar e encontrar sua família. “Não, eu tenho minhas coisas lá, é a mesma coisa é de num ter. Ah, eu moro mais é aqui. Eu moro aqui e lá em casa eu sou hóspede... eu chego no sábado, durmo e no domingo eu tô voltando de novo” (mãe social).

¹³ A mãe social é a funcionária que permanece na Casa da tarde de domingo à manhã de sábado, ou seja, ela além de passar o dia na Casa também dorme na instituição para cuidar das meninas. De acordo com os ordenamentos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte referentes à proteção especial de crianças e adolescentes, a expressão vigente é educador/educadora. Entretanto, a entidade estudada ainda mantém essa expressão e a função de mãe social, mas somente na Casa pesquisada.

A mãe social cuida da Casa e da rotina das meninas e à noite fica sozinha com as meninas. É um consenso entre as adolescentes e as educadoras que a mãe social vive uma sobrecarga de trabalho, mas, por outro lado, as meninas se opõem à proposta de todas as educadoras trabalharem no sistema de 12 por 36 horas, afirmando que ficariam sem referência na Casa.

Para as adolescentes, a mãe social enfrenta o mesmo sofrimento que elas: a ausência da família no cotidiano.

Por que assim é muito ruim ficar sem ver a família. Eu que num... Eu... que fico 100 anos sem vê a família, já me dói, imagina você. Que você... Você não conhece bem sua família. E você não vê sua família. Você nem conhece sua família, você conhece mais a gente que a sua família. (Nicole, 16 anos)

Para a mãe social, essa jornada de trabalho, a exigência afetiva e emocional que seu cargo exige e a distância da família são o desafio do seu trabalho. Ela gostaria de trabalhar na jornada de 12 por 36, mas a entidade exige a sua presença como a principal referência para as meninas.

Durante a entrevista conversamos um pouco sobre como é a profissão de mãe: “É, é diferente daqui, né. Porque aqui eu sou mãe do coração, lá eu sou mãe de sangue, entendeu? Lá, mãe é amor, amor ao sangue e aqui é amor ao trabalho” (mãe social). Observamos que ela se apresentava muito segura em saber seu papel como mãe educadora e como mãe do seu filho. Ela disse que o ideal é não se misturar à história e ao sofrimento de cada criança e adolescente acolhida.

Algumas informações sobre as educadoras podem ser vistas na Tabela 3. Como pode ser observado, o tempo médio de acolhimento das adolescentes é significativamente superior ao período de contratação das educadoras. Esse dado é fundamental para a compreensão dos vínculos afetivos e de confiança que, conforme as *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009), são fundamentais para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes acolhidos.

TABELA 3
Educadoras da Casa-Lar¹⁴

Nome	Idade	Tempo de trabalho	Escolaridade	Religião	Estado Civil	Quantos Filhos
Érica	53 anos	2 anos	4º Ensino Fundamental	Católica	Casada	3 filhos e 1 filha
Bruna	31 anos	2 anos	Ensino Médio Completo	Católica	Solteira	Não tem filhos
Julia	24 anos	8 meses	Superior Incompleto	Católica	Solteira	Não tem filhos
Juliana	47 anos	1 ano e 6 meses	Superior Completo	Espírita	Solteira	Não tem filhos
Maria	35 anos	2 anos e 3 meses	Superior Incompleto	Católica	Casada	1 filha

A função *educador social* exige dessas funcionárias a habilidade de educar as crianças e as adolescentes acolhidas que chegam à Casa com um histórico de abandono, violência doméstica, negligência, entre outras violações de direitos. Durante as visitas pude observar que o trabalho exige das educadoras um forte envolvimento emocional, um distanciamento de suas próprias famílias devido ao grande período de tempo que se dedicam ao trabalho, além da baixa remuneração. Todos esses fatores parecem contribuir para que as educadoras permaneçam por um curto período de tempo trabalhando na Casa, o que leva à rotatividade dos funcionários. Assim, observamos que as adolescentes, em especial as que estão em abrigo prolongado, convivem com as rupturas dos vínculos com as educadoras. Como veremos a seguir o envolvimento afetivo entre as educadoras e as adolescentes contribui para o sucesso no desligamento da adolescente na medida de proteção.

Como exposto na Tabela 3, entre as cinco educadoras entrevistadas, somente duas são mães. Em suas falas, observamos as especificidades e diferenças entre educar seus filhos e os filhos dos outros.

Não, na minha casa, quando meus filhos faziam alguma coisa, eu pegava uma vara, batia, botava lá de joelho lá, entendeu? Eu posso fazer isso com uma menina dessas? Se eu fizer isso com uma menina dessa, amanhã eu tô presa, entendeu? ... Aqui é difícil! (Érica, 53 anos)

¹⁴ Todos os nomes citados na Tabela 3 são fictícios.

A partir da fala de Érica podemos observar que as leis e normas que regulam a medida protetiva e as disciplinas dirigidas às adolescentes regulam também a prática do educador, determinando os limites da intervenção e das práticas educativas.

Diante da impossibilidade de aplicar nas meninas a educação que deu para seus filhos, Érica relatou que utilizava essencialmente o diálogo. A educadora contou que as brigas entre as meninas eram muito comuns e que quando ocasionavam agressões físicas ou verbais a medida tomada era: “Eu faço uma roda de conversa, sento com elas e converso com elas. Faço um diálogo com elas... aí depois eu relato para a técnica e as outras meninas da equipe. Aí a técnica vai e convoca uma reunião” (Érica, 53 anos).

2.2.1 Marjore

Na data da entrevista, Marjore tinha 15 anos e estava acolhida na Casa há dois anos. Antes de chegar à Casa, Marjore morava com sua mãe e seus irmãos em Belo Horizonte.

A história de vida anterior ao acolhimento na Casa estudada

Marjore é a mais velha de quatro irmãos. Quando nasceu sua mãe tinha 14 anos. Marjore não conhecia seu pai ou qualquer familiar paterno. Devido ao alcoolismo da mãe e das constantes brigas entre elas, que quase sempre resultavam em agressão, Marjore passou mais de um ano da sua infância acolhida em outra Casa. De acordo com o relato da adolescente, observamos que o álcool condicionou a relação que ela estabeleceu com sua mãe:

E não vou abaixar pra ela e ela não ia abaixar pra mim. Porque no papel de abaixar, eu não abaixava. Quando ela tava toda... sem beber, aí eu abaixava pra ela, porque ela é minha mãe, mas quando ela estava bêbada, não.
(Marjore, 15 anos)

A adolescente contou que certo dia sua mãe estava alcoolizada e elas começaram a discutir. A discussão se agravou até que sua mãe a agrediu, e Marjore decidiu ligar para sua tia pedindo ajuda.

Minha mãe tinha bebido. E minha mãe foi e me bateu. Me deu um tapa na cara. Meu nariz começou a sangrar... me machucou. Aí eu liguei pra minha tia nesse momento e informei tudo pra ela. Ela me perguntou o que tinha acontecido. E eu contei tudo pra ela. Aí minha tia falou que ia ligar pro namorado da filha dela, que é... Ele é policial. E que ela ia pedir pra alguém ir lá pra ver o que tava acontecendo. (Marjore, 15 anos)

O policial solicitou ao Conselho Tutelar que visitasse a família. O Conselho Tutelar falou da possibilidade de encaminhá-la para o acolhimento institucional. Marjore já havia sido acolhida anteriormente e aceitou imediatamente a proposta, pois avaliou que não era mais possível seu convívio com a mãe. Podemos observar que nesse momento a adolescente ocupou o lugar de agente de denúncia contra a violação dos seus direitos.

Como apresentado na Tabela 1 - *Motivos Para o Acolhimento Institucional*, exposto na página 25 dessa dissertação, o alcoolismo/drogadicção dos pais está entre as cinco principais causas para o acolhimento institucional. Como vimos acima, o alcoolismo foi fator preponderante para o acolhimento de Marjore e como veremos a seguir, de Débora também.

As vivências no período do acolhimento institucional

Para Marjore, ter sido retirada da convivência com sua família significou proteção; neste sentido ela se lembra de sua chegada à Casa como um momento de acolhimento e compreensão das adolescentes e das educadoras em relação aos seus sentimentos.

Foi muito bom! Eu cheguei. Eu tava assustada... porque aqui é muito longe, é superlonge, superisolado. Aí a Maria me tratou superbem. A educadora, ela chegou e falou comigo que não precisava chorar, que eu ia viver bem aqui. Aí as meninas vieram conversar comigo pra me ajudar a parar de chorar. Aí depois eu fiz amizade com elas e já acostumei. (Marjore, 15 anos)

Marjore e mais dois irmãos, de sete e oito anos, foram acolhidos pela mesma entidade, porém em Casas diferentes. A entidade possibilitou que Marjore fosse acolhida na mesma Casa em que os irmãos, mas ela se negou, então ela os encontrava nos espaços de convivência da entidade.

A adolescente contou que sua irmã também poderia ter sido acolhida, mas que ela não aceitou essa possibilidade, pois preferiu continuar morando com a sua mãe. Para Marjore essa não foi a melhor escolha da sua irmã.

Mora com minha mãe não morava com minha mãe. Aí minha mãe deixou minha casa e foi morar na casa da minha tia. Porque minha mãe ficou... Tipo lelé da cabeça, ficou... internada no... Raul Soares. Começou tomar remédio. Aí ela começou a beber com os remédios, começou a misturar remédio forte com bebida. Aí ela foi internada de novo. Aí minha irmã ficou morando com minha vizinha. Aí depois minha mãe saiu do Raul Soares, foi morar com minha tia. Aí no carnaval ela foi lá... lá pro Pindorama e ficou lá de uma vez.... (Marjore, 15 anos)

De acordo com o relato de Marjore, a sua mãe não conseguiu se organizar para cuidar da única filha que ficou com ela. Marjore sabia da desorganização da sua mãe e da dificuldade dela de cuidar de si mesma e dos filhos. A adolescente disse para a irmã que ela “vai sofrer muito, porque minha mãe te deixa de lado”. (Marjore, 15 anos). Durante toda a entrevista, Marjore nos mostrou que sabia das dificuldades de sua mãe em assumir a responsabilidade pelos filhos. Por esse motivo a adolescente entendia a Casa como local de proteção e prevenção diante da iminência de uma violência ainda mais grave que poderia acontecer se ela permanecesse sob a guarda da mãe. Ela comparou a sua vida com a vida da irmã que ficou em casa:

Eu acho que eu fiquei melhor, porque aqui eu posso estudar, adquirir coisas que vai ser bom pra mim no futuro e depois aproveitar pra arrumar um emprego, um curso, alguma coisa assim. Agora ela não! Tem que ta sempre dependendo deles lá, e eles jogam na cara dela, e ela sofrendo do jeito que ela está sofrendo. Mas esta foi a escolha de vida dela. (Marjore, 15 anos)

Para a educadora Juliana, Marjore era muito intolerante com sua família e não se preocupava com sua mãe e seus irmãos, especialmente os que estão acolhidos. Segundo Juliana, era fundamental trabalhar com Marjore o sentido e a importância das relações familiares; principalmente por ela ser a irmã mais velha, as educadoras consideravam que ela precisava se responsabilizar pelo cuidado dos irmãos. Já Marjore compreendia que se conseguisse aproveitar todas as oportunidades educativas ofertadas pela medida, estaria se preparando para cuidar dos irmãos no futuro.

Assim como os vínculos familiares poderiam se fragilizar durante a medida protetiva, os novos vínculos construídos no espaço institucional também eram instáveis. Os laços eram feitos e desfeitos, as adolescentes passaram a conviver com vínculos transitórios e, por isso, muitas se tornavam frágeis.

Ah, sei lá, eu não gosto de me apegar muito às pessoas, porque eu fico com aquilo na cabeça. Eu me apego muito, a pessoa vai embora e vou ficar com ela na mente. Por isso é melhor eu ficar pensando nas pessoas que já estão aqui e quem elas são de verdade. (Marjore, 15 anos)

Durante as visitas pude observar que as crianças foram mais afetivas logo no primeiro encontro, já as adolescentes foram aceitando a minha aproximação com o tempo. A história de vida delas fez com que elas aprendessem a não se envolver imediatamente com uma pessoa. A transitoriedade dos vínculos no acolhimento institucional se reflete no modo como as adolescentes passaram a se relacionar com as pessoas ao seu redor: “Ah... pra mim, no começo era difícil, mas agora é normal. Chega menino, sai menino e continua a mesma coisa. Igual às meninas que tive apego e que eu gostei foram duas. Aí elas saíram. Pra mim o resto é normal” (Marjore, 15 anos).

Quando a adolescente chega à Casa os vínculos familiares ficam mais fragilizados e, no ambiente da Casa, considerando a rotatividade das acolhidas e das educadoras, a construção de um novo vínculo de afeto e proteção com as educadoras e as companheiras de acolhimento se torna cada vez mais difícil. Para as educadoras, esse é mais um motivo para trabalhar as relações familiares, minimizando a fragilização dos laços familiares.

Apesar da dificuldade de convivência entre Marjore e sua mãe, elas mantiveram contato, pois sua mãe por vezes a visitava e ligava para a Casa. Entretanto, Marjore considerava a tia materna como referência familiar de proteção, cuidado e amor.

É a pessoa que eu mais amo na minha vida, assim, é minha tia. Porque ela que me criou desde, de pequena, não minha mãe. Se eu te falar que eu tenho um sentimento maior por ela, do que pela minha mãe, você tem que acreditar.... (Marjore, 15 anos)

Marjore visitava a tia nos finais de semana, mas em uma dessas visitas a adolescente se desentendeu com seu tio e por isso ficou alguns meses sem visitá-los. As visitas foram retomadas quando sua tia passou a comparecer na Casa e assinar o termo de responsabilidade. Quando perguntei para a adolescente sobre o que pensava do desentendimento que teve com seus familiares, ela disse: “Ah... Não sei. Apesar de tudo que eu ouvi, apesar de tudo que eles falaram... família é família. Não mudou meu sentimento! Nada mudou apesar de tudo isso, eu quero continuar indo pra lá” (Marjore, 15 anos).

Considerando o forte vínculo que Marjore tinha com sua tia, podemos pensar que um trabalho com a família extensa poderia ter evitado o acolhimento institucional. Ou seja, a adolescente poderia ter sido acolhida na casa da sua tia e não institucionalizada imediatamente após a denúncia no Conselho Tutelar.

A expressão *família extensa* passou a ser utilizada na Nova Lei de Adoção (2009) e se refere aos familiares, tios, avós, irmãos, com os quais a criança ou o adolescente mantêm vínculo de afeto. Estas pessoas podem reivindicar a adoção das crianças e dos adolescentes. Dessa forma, a nova Lei de Adoção traz um importante acréscimo ao ECA. Sabemos, através dos estudos sobre a história da família no Brasil, que a família extensa sempre foi uma possibilidade de acolhimento e cuidado para as crianças e adolescentes na ausência por morte ou pela impossibilidade de os pais assumirem os seus filhos.

O desligamento

Marjore fazia planos de sair da Casa antes de completar 18 anos.

Num sei, sabe, eu to tirando a oportunidade de outras meninas que estão... Tão mais necessitadas de ir pro abrigo e eu aqui. Já to muito tempo aqui, eu acho que se eu sair agora já vou estar satisfeita, o tempo que eu fiquei aqui já foi bom demais. (Marjore, 15 anos)

Ao falar da medida de acolhimento institucional, Marjore se referia a oportunidade, ou seja, para ela a Casa foi um local de proteção e organização da vida, especialmente para as pessoas que como ela não podiam contar com seus familiares.

Bruna, uma educadora, contou que Marjore é muito envolvida com as tarefas da escola e demonstra interesse em todas as possibilidades de curso e trabalho que lhe são oferecidas. “E eu acho que no futuro vai acontecer é isso mesmo, sabe? Acho que ela vai sim ter um emprego, acho que vai batalhar sim pela vida, sabe?” (Bruna, 31 anos)

Marjore qualificava como positivo o tempo em que estava na Casa se preparando para uma vida um pouco mais autônoma. As considerações de Marjore corroboram a afirmação de Cuneo (2007):

Cuidados médicos, odontológicos, de higiene, inserção e acompanhamento escolares e estímulo educacional são alguns dos fatores que, conjugados, concorrem positivamente para o desenvolvimento infantil da criança institucionalizada por longo período de tempo, segundo parte dos entrevistados. Este aspecto refere-se ao fato de considerarem os respondentes que o abrigo oferece cursos em convênio com a Prefeitura, atividades recreativas, acompanhamento escolar, dentre outros fatores a que as crianças ali abrigadas não teriam condições de ter acesso se estivessem em seu núcleo familiar. (CUNEO, 2007, p. 16)

Por considerar a medida protetiva uma possibilidade de organização da vida, Marjore se preocupava em aproveitar o máximo possível esse momento para facilitar a sua vida após o desligamento.

Eu já estou pensando, como que eu vou sair daqui, pra onde que vou? Aí sabe, pra adquirir mais conhecimento, pra mim... Pra me trazer privilégios... Pra mim... Minha fase é de aprendizado. (Marjore, 15 anos)

A adolescente sonhava em conseguir um bom emprego, alugar uma casa e morar com seus irmãos, pois como irmã mais velha se sentia responsável pelos irmãos e não gostaria que eles permanecessem acolhidos até os 18 anos. “Eu acho que é meu sangue. Gosto deles, eles são meus irmãos. Têm que ficar comigo, porque não pode ficar com a mãe deles, então têm que ficar comigo porque eu sou a mais velha” (Marjore, 15 anos).

Júlia, assim como as outras educadoras, acha que, por Marjore ser a irmã mais velha e saber que a mãe não cuida dos filhos, ela deve se organizar para cuidar dos irmãos mais novos e protegê-los da negligência da mãe. “Porque ela é, dos irmãos ela é a mais velha, né? E a mãe não cuida dos filhos. Quando ela ficar de maior, ela pode cuidar dos irmãos dela, né? Porque a mãe não tem condições. A gente fala isso com ela direto” (Júlia, 24 anos).

Marjore não se imaginava morando com a mãe, mas considerava que, caso fosse necessário, a sua mãe poderia morar com ela. O movimento de passar a ser a dona da casa em que mora significa que ela ditará as regras, podendo aceitar ou não a sua mãe alcoolizada, não se submetendo às violências vividas anteriormente.

Alguns meses após esta entrevista, Marjore foi desligada da medida. A sua mãe organizou um novo local de moradia para receber a filha e a relação entre mãe e filha parecia ter superado as mágoas e desentendimentos que motivaram o acolhimento. A jovem foi inserida no trabalho protegido e continuava seus estudos. Os irmãos de Marjore permaneceram acolhidos.

Algum tempo após o desligamento, Marjore conheceu e passou a se relacionar com seu pai, um policial militar. Este encontro pode ter sido um ponto de partida para uma nova relação de cuidado e atenção para a adolescente.

Perguntei à educadora Maria o que mudou na família de Marjore que possibilitou o seu retorno para casa. Maria disse que quem mudou foi a adolescente, pois antes ela não aceitava os limites impostos por sua mãe “e hoje ela viu que ficar presa aqui dentro é mais prejuízo para ela do que para a mãe” (Maria, 35 anos). A

educadora avalia que, se para Marjore os limites da mãe eram extremos demais, a sua chegada à Casa fez com que ela percebesse que eram limites necessários e que seria ainda mais difícil para ela conviver com as regras da Casa. Desse modo, para Maria, o acolhimento possibilitou que Marjore refletisse sobre seu modo de vida e seu relacionamento familiar anterior ao acolhimento.

É porque, na verdade, a Marjore é uma adolescente meio rebelde, problemas com a mãe foram problemas que ela mesma criou, porque todas as vezes que a Marjore foi abrigada foi denuncia feita por ela mesma, porque ela queria sair e a mãe não deixava, e pelo fato de ela ser assim, hoje eu acredito que ela não esteja mais com este modo de agir. (Maria, 35 anos)

De acordo com o relato da educadora, do mesmo modo que Marjore pediu proteção, ela solicitou o retorno para a família. A fala da educadora corrobora com a compreensão de que Marjore foi muito lúcida na sua escolha pela medida protetiva. Ela conseguiu de fato fazer da medida protetiva um lugar de organização da sua vida e preparação para o futuro.

O Art. 92 do ECA determina a preparação gradativa para o desligamento. Especialmente no caso de Marjore, podemos observar que, além do trabalho desenvolvido pelas educadoras na tentativa de possibilitar um sucesso no pós-desligamento do caso, observamos também o movimento feito pela própria adolescente no sentido de tornar a medida muito proveitosa para a sua vida futura.

As educadoras da Casa se preocupavam com o pós-desligamento das adolescentes. Por isso elas usavam de diferentes dispositivos para manter contato com as meninas. No caso de Marjore, as educadoras acompanhavam a adolescente através de um site de relacionamentos. Com esse dispositivo em mãos as educadoras além de se comunicarem com as adolescentes, conseguiam ter notícias sobre o desempenho escolar, trabalho, amizades e relacionamento familiar.

2.2.2 *Isabela*

Isabela é a quarta dos oito filhos da sua mãe, sendo que o caçula nasceu quando Isabela estava acolhida. A família dividia o mesmo lote com a avó materna e outros tios de Isabela. A sua referência familiar era a mãe e a avó materna. Seu pai faleceu quando ela tinha cinco anos. No dia da entrevista, Isabela tinha 12 anos e estava acolhida há

pouco mais de um ano. Diferente das outras três adolescentes, essa era a primeira passagem de Isabela por uma Casa de acolhimento institucional.

A história de vida anterior ao acolhimento na Casa estudada

De acordo com o relatório do Conselho Tutelar encaminhado à Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte, a família de Isabela vem sendo acompanhada pelo Conselho Tutelar desde 2001. Nessa época, o Programa Miguilim¹⁵ verificou que Isabela e seus irmãos estavam na rua em situação de exploração do trabalho infantil, além de estarem ausentes da escola. A partir dessa denúncia o Conselho Tutelar advertiu a mãe de Isabela e, em cumprimento à medida protetiva prevista no Art. 129, inciso I do ECA, encaminhou a família para acompanhamento do SOSF (Serviço de Orientação Sócio-Familiar). Segundo o relatório citado acima, a responsável não cumpriu as orientações do Conselho Tutelar bem como não aderiu ao acompanhamento do SOSF.

Em relatório escrito pelo Ministério Público de Minas Gerais através do Setor de Estudos e Atenção à Violência Contra Crianças e Adolescentes, em maio de 2007, consta que a mãe de Isabela disse que “por seus filhos não poderem mais acompanhá-la em seu trabalho, a responsável perdeu o controle sobre eles”.

Os relatórios mostram que a família de Isabela estava sendo acompanhada por vários órgãos de atenção à família. Alguns encaminhamentos do Conselho Tutelar foram descumpridos devido à não adesão da responsável, porém outros encaminhamentos não foram possíveis, pois não havia vagas nos projetos que poderiam atender à família.

Há nos registros inúmeros relatos da mãe de Isabela, dizendo da dificuldade de sustentar os oito filhos sem a ajuda do trabalho dos mais velhos. Outra reclamação da mãe é a impossibilidade de acompanhar o cotidiano dos filhos, visto que, por determinação do Conselho Tutelar, ela não poderia levá-los para sua atividade laboral, qual seja, a de recolher material reciclável.

¹⁵ O Programa Miguilim é um programa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que tem como público-alvo crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas e/ou trabalho infantil.

As vivências no período do acolhimento institucional

Isabela e mais três irmãs foram abrigadas em 2008 após o fracasso das medidas protetivas aplicadas desde 2001. Isabela relatou a entrada na Casa como um momento de muito sofrimento e afirmou não saber por que foi para a instituição. Ela disse que estava em casa com outros familiares quando “chegaram à minha casa de surpresa, me pegaram e me trouxe pra cá” (Isabela, 12 anos). A chegada da adolescente à Casa foi marcada por conflitos, rupturas e sofrimento. Isabela chegou sem saber o que era a Casa, para que servia e por que estava lá. Nos casos de acolhimento institucional, a família perde provisoriamente a guarda dos filhos e, algumas vezes, não é informada do local onde os mesmos foram acolhidos, com a justificativa legal de proteger a integridade das crianças e dos adolescentes.

Isabela e suas irmãs foram acolhidas em Casas diferentes de acordo com o critério de idade. Dessa forma, Isabela e Daniela ficaram na Casa Lar pesquisada e as duas irmãs mais novas foram para outra Casa, da mesma Associação. Isabela disse que estava preocupada, pois as irmãs que estavam na outra Casa poderiam ser novamente separadas, devido ao critério de idade. Perguntei o que ela achava de sua irmã ir para a mesma Casa que ela: “Ah, eu não to achando bom, não. Porque eu to aqui pra ficar com a Daniela e ela lá pra ficar com a Marisa” (Isabela, 12 anos). Isabela acreditava ter um papel importante a cumprir na Casa em que estava, ou seja, ela estava na Casa para fazer companhia para a irmã mais nova, o que dava sentido à sua permanência na instituição.

Isabela planejava o dia em que iria voltar para casa, para morar com sua família. Ela demonstrava muito sofrimento diante da separação da família. Quando eu questionei onde ele morava, ela disse: “Moro ainda. Moro lá na Serra” (Isabela, 12 anos). Para suportar a separação da família e a convivência na Casa, Isabela afirmava a transitoriedade da medida, mesmo que talvez não soubesse que o caráter transitório está previsto em lei. Mas, se para os órgãos de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes Isabela estava sendo violada em seus direitos por sua família, para ela a violação começou quando foi acolhida e afastada do convívio familiar.

Isabela se mostrava descontente por estar acolhida, porém não tinha reclamações a fazer da Casa, das educadoras ou das outras meninas. Então questionei o que tinha de ruim em estar lá e Isabela chorando disse: “O que eu acho ruim mesmo é ficar aqui.

Porque eu queria tá com minha mãe” (Isabela, 12 anos). O abrigo para Isabela perdeu o sentido de proteção, por afastá-la do convívio familiar.

A educadora Juliana se preocupava com o acolhimento de Isabela, pois, segundo ela, a mãe da adolescente descumpria os combinados feitos com as educadoras e com as filhas. O prolongamento do acolhimento de Isabela se deu especialmente porque assim que Isabela e as irmãs foram acolhidas sua mãe engravidou e deixou de se organizar para ter as filhas novamente.

As famílias das adolescentes podiam visitar a Casa a qualquer dia e hora, desde que comunicassem com antecedência. Essa liberdade para visita das acolhidas confortava as meninas. Isabela ressaltou o convívio com sua família, a presença dos familiares na sua vida, mesmo estando acolhida, e justificou a ausência de alguns dos seus familiares:

... a minha mãe sempre vem. Mas só que minhas primas, minhas primas mesmo só vêm quando pode. Minhas primas sempre vinham direto. Porque elas ainda não estavam trabalhando, mas quando elas começaram a trabalhar, aí elas vêm quando elas podem, mas elas não tão vindo mais não. Agora minhas irmãs, minha mãe também liga e eu falo com minhas irmãs... (Isabela, 12 anos)

Isabela descreveu sua família como uma família organizada e capaz de criar seus filhos, pois ela sabia que seu retorno para casa dependia de um parecer favorável sobre sua família. Ela entendia que o acolhimento era necessário para as crianças e adolescentes que tinham seus direitos violados pela família. Porém ela ressaltou que esse não era o seu caso:

... a proteção do abrigo... é... melhorar, sabe? Pra gente não ficar muito na rua e não acontecer nada com a gente. Agora... mas eu não tenho, não tenho nada a ver com isso não porque... pra mim não tem problema. (Isabela, 12 anos)

Apesar de ela não se reconhecer como alguém que precisava estar na Casa, ela reconhecia que a medida possibilita um preparo para o futuro que sua família não tinha condições de lhe oferecer, pois em sua casa ela precisava ajudar a cuidar dos irmãos e da avó, o que impossibilitava a frequência escolar. “Uma vida melhor do que era pra trás, por que... daqui pra frente eu vou ter, poder ter um futuro melhor do que eu pensava em ter na minha casa” (Isabela, 12 anos).

Durante a entrevista observamos que Isabela vivia dois grandes conflitos. O primeiro foi descrito acima e se refere à não aceitação da medida protetiva e à ausência

da família no seu cotidiano. Concomitante a isso, Isabela estava adolescendo na Casa, e a postura das outras adolescentes e, por vezes, das próprias educadoras tornava essa vivência muito conflituosa, pois Isabela era cobrada, coagida a decidir se era criança ou adolescente.

No período da coleta de dados, Isabela estava deixando o quarto das menores e passando a fazer parte do quarto das maiores, já que havia completado 12 anos e uma nova criança tinha chegado à Casa para ocupar o quarto das menores.

A mudança de quarto marca também uma nova fase de vida. Sair do quarto das menores e ir para o quarto das maiores significava, em alguma medida, deixar de ser tratada como criança e passar a ser tratada como adolescente: “Ah, porque elas... ficam conversando, ficam... à toa no quarto, ficam brincando com a gente. Agora lá no outro quarto, não. A gente não fica dentro de quarto. Elas só ficam quietas lá no quarto... Elas dormem muito cedo!” (Isabela, 12 anos) Isabela contou que, antes de mudar de quarto, ela se escondia no quarto das adolescentes para participar das conversas. Perguntamos para Isabela se ela podia ir ao quarto das maiores, e ela disse: “Podia. Mas a tia não podia ver, não. Porque não pode, é proibido. Mas só que eu ia escondido” (Isabela, 12 anos).

Isabela estava nesse momento de transição e a mudança de quarto permitiu que ela participasse da conversa das adolescentes sobre seus namorados, sobre sexo e outros temas que, segundo ela, não eram conversados no quarto das menores.

Às nove da noite todas já deveriam estar na cama. As adolescentes iam para o quarto e ficavam conversando escondido para a mãe social não descobrir: “A tia sempre chama a nossa atenção, mas aí a gente, quando a gente cansa a gente dorme, mas só quando cansa, também” (Isabela, 12 anos). As adolescentes burlavam algumas pequenas regras, como aquela que estipulava que deveriam dormir às nove horas da noite, por exemplo. À noite, as meninas falavam sobre seus segredos, sobre assuntos que mais ninguém da Casa poderia ficar sabendo.

As vivências da sexualidade, os namoros, as paixões, o primeiro beijo não eram para as meninas assuntos a serem tratados com as educadoras. As meninas sabiam que uma regra da Casa era não namorar, apesar de esta regra não estar escrita entre as 16 normas de convivência da Casa. Então elas faziam das conversas noturnas no quarto um espaço para falar sobre esse assunto proibido.

Ah, quando as meninas... tão à toa elas ficam colocando apelido na gente. Quando elas não tão colocando apelido, elas ficam falando de... de... namorado. A gente nem tem namorado... Você tá namorando aquele menino! Você tá namorando aquele menino! Aí depois... A gente sempre conversa assim. (Isabela, 12 anos)

Isabela brincava com as crianças de boneca e escolinha, mas também participava das conversas das adolescentes. De acordo com a educadora Juliana, Isabela se espelhava em Marjore, se vestia de forma parecida, gostava das mesmas coisas que Marjore. Isabela relatou que tinha um vínculo de confiança com Marjore. Em uma discussão entre elas, observamos Marjore exigindo que Isabela decidisse se ainda era criança ou se era adolescente. Marjore afirmou ainda que uma adolescente não brinca de bonecas.

Quando Isabela reclamava ou exigia alguma coisa própria da adolescência, as educadoras diziam que ela ainda era criança porque brincava com as menores. Essa passagem da infância para a adolescência era cobrada de Isabela, especialmente pelas outras adolescentes, como uma decisão, uma escolha, e não era vista como um processo. Essa situação parecia angustiar Isabela, que se via na obrigação de escolher entre as bonecas e a maquiagem, entre as brincadeiras de criança e as conversas de adolescente.

Porque as meninas falam que eu sou criança porque, porque eu ainda brinco com as outras, de barbie, de boneca. Aí quando eu to no meio delas, elas falam que eu sou pré-adolescente, porque eu já to conversando com elas sobre esses assuntos, aí eu to no meio dos dois ainda. Porque eu ainda gosto de brincar.... (Isabela, 12 anos)

Apesar de todos os conflitos com relação às vivências na Casa, observamos que a relação que Isabela estabeleceu com as educadoras tornou o período de acolhimento um pouco mais suave e menos angustiante para ela. Isabela precisava estabelecer vínculos de cuidado e confiança para superar a saudade da família e o medo de não retornar novamente para sua casa. Nesse sentido, as educadoras tiveram papel fundamental no acolhimento, permitindo a Isabela distinguir o momento inicial da retirada da família, da relação com as educadoras, facilitando as intervenções das educadoras junto à família de Isabela.

Isabela relatou o zelo que as educadoras tiveram com Marjore quando ela se machucou no clube. Foi marcante para ela saber que a educadora se apresentou como mãe de Marjore; este episódio fortaleceu o vínculo de confiança de Isabela com as

educadoras. Esse sentimento de proteção foi fundamental para Isabela permanecer na Casa longe de sua família.

O desligamento

A entrevista com a educadora Juliana foi realizada quatro meses antes do desligamento de Isabela. Naquela época, Juliana entendia que a família de Isabela, especialmente sua mãe, já havia superado os motivos que ocasionaram o acolhimento, mas a pobreza ainda era um empecilho para o retorno das filhas à família, que tinha como renda somente a Bolsa Família. Juliana alertou ainda que a mãe de Isabela precisava de atenção e de cuidado. “Porque hoje ela tem uma... uma outra visão do que é cuidar das meninas, do sofrimento das meninas e dela mesma, longe das meninas. Acredito que ela hoje não coloque mais as meninas pra pedir, mas o juizado ainda num conseguiu ver isso” (Juliana, 47 anos). Juliana compreende as limitações e reconhece os avanços da família de Isabela, mas não compete a ela decidir sobre o desligamento da adolescente.

O acolhimento institucional não comprometeu o vínculo entre Isabela e sua família. A sua mãe visitou a Casa e manteve contatos telefônicos com frequência. Na data da entrevista, Isabela planejava morar com sua família, na nova casa que sua mãe estava ganhando de um projeto de urbanização. Para um futuro mais distante ela sonhava adotar um casal de filhos.

Isabela e suas irmãs foram passar as férias de julho de 2009 com a família. Nesse período, a técnica da Casa entregou ao Juizado da Infância e Juventude um relatório favorável ao retorno das meninas para o convívio familiar. Em agosto as meninas voltaram para a Casa e reiniciaram as atividades escolares. Alguns dias depois, a técnica retornou ao Juizado e recebeu o parecer favorável do juiz ao retorno das meninas para família, mas sob a guarda da avó materna. Isabela recebeu a notícia com muita alegria. No dia seguinte, sua mãe e sua avó buscaram as meninas.

Isabela retomou os estudos em uma escola próxima à sua casa e continua sendo acompanhada pela equipe da Casa.

2.2.3 *Nicole*

Na data da entrevista Nicole estava com 16 anos. Ela não tinha nenhuma referência da sua família natural.

A história de vida anterior ao acolhimento na Casa estudada

Dentre as adolescentes entrevistadas, Nicole era quem estava há mais tempo na Casa. De acordo com as educadoras, Nicole era bebê quando uma mulher na rodoviária de uma cidade do interior de Minas Gerais pediu para uma senhora que a segurasse por um instante para que ela pudesse usar o banheiro. Essa mulher era supostamente a mãe de Nicole, que desapareceu. Segundo Juliana, Nicole foi abrigada desde que foi abandonada na rodoviária. Sendo o abandono na rodoviária, ficava ainda mais difícil identificar a cidade de origem e a família natural de Nicole.

Nicole nasceu com má formação dos membros superiores e inferiores. Ela anda com os joelhos e por isso precisa de uma joelheira para protegê-los. Apesar de Nicole ter sido acolhida por muitos anos nessa Casa, a instituição não é adaptada para o acolhimento de portadores de deficiência física.

Nicole não tem nenhuma referência de seus familiares e, quando perguntei o nome da sua mãe, ela disse o nome de uma funcionária do primeiro abrigo pelo qual passou.

Nicole: ... tinha uma mulher que me criou, e que eu chamava ela de mãe. Só que ela não falava que era mãe de verdade não. Mas eu nem tinha essa noção.

Pesquisadora: Você sabe se ela é sua mãe?

Nicole: Não. Ela não é minha mãe não. De sangue não. Ela é mãe adotiva. Ela me pegou de toquinho. Mas ela sempre me criou.

Pesquisadora: E antes, a sua mãe de sangue. Você tem notícia?

Nicole: Não, não conheço minha mãe de sangue não. Não conheço minha família nenhuma.

Pesquisadora: Mas por que ela te criou?

Nicole: Não, não sei. Acho que ela me pegou de bebê. Acho que ela queria, assim, me adotar. Gostou de mim um tanto. Aí eu cresci com ela. (Nicole, 16 anos)

Não há registros suficientes que nos permitam saber sobre a história familiar de Nicole. A adolescente também não se lembrava mais de como foi sua infância, onde

viveu, por onde passou. Com exceção de algumas breves descrições como a citada acima, a história de Nicole começa a ser efetivamente contada a partir de seu acolhimento na Casa.

As vivências no período do acolhimento institucional

Nicole relatou que ao chegar nessa Casa conheceu uma vizinha chamada Ana, que a ajudou a se integrar ao novo ambiente e passou a ser uma referência para ela.

Conheci ela, desde 2000. Porque quando eu vim pra cá de novata, assim, eu tava muito triste sabe, por que eu... Eu vim pra cá... Eu gostava muito da menina que eu morava com ela. Aí ela foi, viu que eu tava muito triste e me chamou pra conversar. Aí ela falou pra mim que aqui é bom, que é tranquilo, que as pessoas daqui são boas, e fui conhecendo. Aí ela foi... Aí eu fui pra casa dela. Aí ela, você quer passar o dia, o final de semana aqui na minha casa? Falei assim, quero. É bom que você... É bom que você distrai sua cabeça. Aí eu fui pra casa dela, gostei. (Nicole, 16 anos)

Esse vínculo que Nicole construiu com Ana se fortaleceu gradativamente até se concretizar na adoção.

Nicole era introspectiva e se envolvia menos com as outras adolescentes: “ah... eu não fico muito perto delas. Eu fico assim, igual eu falo, eu fico mais na minha” (Nicole, 16 anos). Ela costumava não participar das conversas que aconteciam no quarto à noite e, como dito anteriormente, essas conversas possibilitavam a construção de vínculos de confiança e afeto. Débora disse que “todo mundo é amigo da Nicole” (Débora, 15 anos). Mas Nicole não se referiu às meninas acolhidas como suas amigas. Para a educadora Juliana, o comportamento introspectivo de Nicole poderia ser uma consequência da sua deficiência física.

De acordo com a educadora Bruna, Nicole tem um comportamento infantil, provavelmente por ser do tamanho das crianças. “Porque ela se acha assim: Eu sou pequena. Eu sou pequena. Então ela acha que faz parte do grupo das meninas pequenas” (Bruna, 31 anos). Bruna notou que Nicole não fala sobre os meninos da escola, ou qualquer outro namorado, ao contrário, Nicole brinca de boneca com as crianças.

Bruna acredita que as antigas educadoras da Casa tratavam Nicole como uma pessoa muito limitada, o que acabou por dificultar ainda mais o seu desenvolvimento. De fato, observei que as educadoras são muito atenciosas com Nicole, mas exigem que ela faça tudo o que ela puder fazer sozinha. Apesar de a Casa não ser adaptada para

Nicole, as educadoras fazem o possível para oferecer um pouco mais de conforto para a adolescente.

Nicole, assim como as outras adolescentes, concordava que o acolhimento abria possibilidades que dificilmente teria se estivesse com sua família. Nesse sentido, ela se sentia em vantagem quando se comparava com outros adolescentes que moravam com suas famílias:

Tipo assim, aqui você aprende muitas coisas, mas tem umas casas... Tipo casa de filhinho de papai, não tem isso tudo. Já fui na casa de uma colega, e ela mora com a mulher do pai dela, mas não tem isso tudo. Que aqui é fácil de arrumar emprego. Chama... pra cursos, muitos cursos, alguns cursos são de graça. Tipo UFMG, que todo mundo é doido com a UFMG, mas ninguém sabe que é de graça. Porque as pessoas que precisam de emprego, procuram mais no abrigo. (Nicole, 16 anos)

As possibilidades ofertadas pela medida de acolhimento institucional eram tomadas pelas meninas como a positividade da medida.

Já a ausência do convívio familiar era o principal ponto negativo apontado pelas adolescentes, inclusive por Nicole, que havia perdido o convívio com a família há muitos anos. A condição de adolescente abrigada e da total ausência de contato com a família natural incomodava Nicole:

Ah! Você mora no abrigo, não sabia não. Aí eu falo. É eu moro no abrigo. Você conhece sua mãe e seu pai? Eu não conheço minha mãe e meu pai não. Pra algumas pessoas eu falo. Quem eu cumprimento eu falo. Agora pras outras qualquer, isso aí eu num falo não. Perguntando se eu tenho família ou não. Por que eu vou ter uma família um dia. Por isso que eu falo, sim, eu conheço minha família, né. Imagina só, eu morar com a Dona Ana, e outros falam assim... E sua mãe? Cadê sua mãe? A Dona Ana que não é, você não falou que não tem mãe. Entendeu? Tipo assim, é isso que eu penso. (Nicole, 16 anos)

Nicole assim como as outras adolescentes, admitia para os colegas de escola que morava na Casa, mas evitava falar sobre o desconhecimento de sua família natural.

Assim como as outras adolescentes, Nicole tinha dificuldades de conviver com algumas regras da Casa. Ela se queixou da raridade das atividades de lazer fora da Casa, da necessidade de sempre sair acompanhada por uma educadora, da necessidade de alguém assinar o termo de compromisso para que ela possa sair da Casa.

O desligamento

Durante a coleta de dados, Nicole estava em processo de adoção por Ana, uma senhora vizinha da Casa. Nicole passava os finais de semana na casa de Ana. Ela planejava seu futuro morando com sua família adotiva ou morando sozinha, pois ela sabia da possibilidade de o juiz indeferir o pedido de adoção. “Dona Ana vai ser minha mãe, se Deus quiser. E eu quero morar com ela!” (Nicole, 16 anos) Apesar de querer muito ter uma família, Nicole não descartava a possibilidade de morar sozinha.

Julia temia que o juiz não aprovasse o pedido de adoção, pois essa era a única possibilidade de Nicole ter uma família. Caso isso não acontecesse, provavelmente ela permaneceria na Casa sem nenhuma perspectiva.

Dentre as quatro adolescentes entrevistadas, Nicole foi a primeira a ser desligada. Um mês após a entrevista, o pedido de adoção foi deferido e Nicole foi morar com sua família adotiva. Ela continuou estudando e frequentando o curso de desenho e estilismo e sonhava em trabalhar desenhando roupas, em especial vestidos de festa.

Devido à deficiência física, Nicole recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de um salário mínimo, que foi guardado pelos dirigentes da Associação por todo o período em que Nicole esteve acolhida. Agora ela e sua família devem decidir o que fazer com o dinheiro. Nicole planeja usar parte do dinheiro na construção de um quarto adaptado para ela, um sonho antigo dela.

Um mês antes do desligamento de Nicole, entrevistamos a educadora Juliana, que assim como as outras educadoras estava esperançosa com a possibilidade de adoção de Nicole. Ela sabia que ter uma família era muito importante para Nicole e, após 16 anos, essa seria a primeira chance de Nicole se inserir em uma família.

Que essa não tem familiar nenhum, aí a visão dela de família é totalmente diferente. É a única que tem assim, a avidez em ter uma família, de chamar de mãe, de irmão, né? E... e ela, é... tá encantada e a família também encantada com ela e espero que o juizado não coloque nenhuma restrição, porque a família tem um poder aquisitivo muito baixo. Então, assim, eu já vi uma certa resistência da... da técnica do juizado nesse sentido, mas eu não sei o que vai acontecer dia trinta. Espero que seja positivo, que ela tá com a expectativa muito grande e a gente tem medo dela frustrar se não for pra ela ficar com eles. (Juliana, 47 anos)

Juliana disse que algumas pessoas temiam que a família que se propôs a adotar Nicole estivesse, na verdade, interessada no dinheiro que ela tinha guardado. Mas para Juliana essa não era a intenção da família. Na opinião da educadora, se Nicole tinha esse

dinheiro, ela podia sim ajudar sua família, melhorar sua casa, inclusive para seu próprio conforto.

Como Nicole se tornou vizinha da Casa, o acompanhamento pós-desligamento acontecia cotidianamente com visitas à casa de Nicole ou nos encontros ocasionais na comunidade. Vale dizer que através dos vínculos de afeto entre as educadoras e as adolescentes o acompanhamento pós-desligamento ocorria de maneira natural, como uma conversa entre amigos, rompendo com o protocolo institucional.

2.2.4 Débora

No relato de Débora, percebemos que sua história se confunde com a chegada à Casa. Ela estava acolhida por quase 10 anos e sabia pouco sobre sua história anterior ao acolhimento. No momento da primeira entrevista, Débora não tinha notícias da sua família natural.

Diferente das outras adolescentes, Débora ficou sabendo do desligamento com algum tempo de antecedência, por isso foi possível entrevistá-la novamente dias antes do desligamento. Percebemos que na primeira entrevista, quando ela ainda não tinha notícias de sua família, Débora tinha falas pessimistas e uma postura muito negativa diante da vida. No segundo momento, Débora estava visivelmente mais feliz, otimista e animada com as perspectivas futuras.

A história de vida anterior ao acolhimento na Casa estudada

Na primeira entrevista, Débora contou que aos seis anos foi para um abrigo, mas não soube dizer por qual motivo. Ela lembrou que morava com sua tia, mas não se recordava dos seus pais. Débora recordava somente que foi acolhida junto com o irmão, mas não sabia dizer quando ou como eles foram separados (eles só se encontraram novamente após 10 anos, quando Débora reencontrou toda a sua família).

Aos nove anos, foi transferida de uma entidade que iria fechar para a atual Casa onde viveu por seis anos. “Não sei” era uma resposta frequente de Débora diante das perguntas sobre sua história, seu passado. Débora só conheceu sua história após o reencontro familiar. O passado de Débora era uma incógnita que a incomodava muito.

Pesquisadora: E você lembra por que você foi para o abrigo?
 Débora: Tsts. Eu também queria saber, as tias não falam.
 Pesquisadora: As tias não falam? Mas elas sabem?
 Débora: Elas sabem porque o relatório fica com elas.
 Pesquisadora: Você já pediu para ler?
 Débora: Eu já, mas elas não deixam. Elas falam que a gente não pode lembrar da nossa vida, não.
 Pesquisadora: Não? Por quê?
 Débora: Sei lá. Mas eu queria saber, né? Porque se eu tô aqui é porque tem um motivo. (Débora, 15 anos)

Débora afirmou que não conhecia sua origem, sua história. As educadoras disseram que ela não queria saber sobre seu passado e negava a possibilidade de encontrar com a sua família natural. Na segunda entrevista, Débora disse que, antes do reencontro, ela negava a sua família natural, pois achava que tinha sido abandonada por seus pais.

Na segunda entrevista, Débora contou que ficou sabendo através da sua família que ela morava com seus pais e seu irmão no interior de Minas Gerais. Seus pais eram alcoolistas e viviam em condição de pobreza extrema, por esse motivo uma tia materna que morava em Belo Horizonte buscou os sobrinhos para ficarem sob a sua guarda. Chegando a Belo Horizonte, Débora e o irmão foram obrigados a cuidar da casa e eram fisicamente agredidos por seus familiares. Diante da constante violação de direitos, houve uma denúncia anônima, que deu início ao acolhimento de Débora. O irmão de Débora saiu do acolhimento institucional quatro meses depois, mas Débora não sabia dizer como isso aconteceu. Débora disse que sua mãe procurou por ela, mas a tia não revelou seu paradeiro.

Após três anos de acolhimento em outra instituição, Débora foi transferida para a Casa pesquisada. Na época da transferência, ela tinha nove anos. Débora contou que, ainda no primeiro abrigo, ela tinha uma madrinha, com quem manteve vínculo após a transferência de abrigo, até que ela foi adotada por essa madrinha. A família adotiva era composta pela mãe, o pai e um irmão mais velho.

Com seis anos de idade fui morar lá no Sagrada Família. Aí quando eu fiz nove anos de idade eu vim morar aqui porque lá era exceção. Aí eu tinha uma madrinha que tinha me apadrinhado com oito anos lá no abrigo, aí ela perdeu o contato comigo, aí foi de novo eu tinha nove anos. Aí ela veio aqui me adotá. Mas eu não queria morá com ela não. (Débora, 15 anos)

Débora não se referiu de forma carinhosa à mãe e ao irmão adotivo. Ela relatou que a adoção durou um ano. Nesse período, o pai adotivo, por quem Débora demonstrou maior apreço, faleceu, o que comprometeu ainda mais a sua relação com a família

adotiva. Débora lembra a data exata em que o pai adotivo morreu. Para ela que já havia vivido uma ruptura dos vínculos familiares, a morte do pai adotivo representou outra grande perda. Talvez essas sucessivas rupturas de vínculos afetivos tão significativos justifiquem o distanciamento e endurecimento de Débora diante dos seus sentimentos e dos vínculos de amizade e proteção no espaço da Casa.

Com a morte do pai adotivo, que era quem fazia companhia para Débora, ela ficou muito sozinha na casa. Débora relatou que sentia muita falta das amigas da Casa e que não se deu bem com o irmão adotivo, que já era adulto. Segundo Débora, no período da adoção, ela se apegou a dois cachorros que havia na casa em que morava. “Só tinha os cachorro que eu gostava! Mas aí eles morreram, envenenaram eles” (Débora, 15 anos).

O relato de Débora nos mostra que a adoção foi marcada por significativas perdas afetivas, desencontros e frustrações. Mais uma vez Débora, ainda criança, passava pela ruptura e frustração diante da família. “Eu que pedi. Aí ela me levou até o Juizado, aí do Juizado eles me trouxeram pra cá de novo. Aí minhas coisas ficou tudo, lá. Aí depois eles buscaram lá de novo” (Débora, 15 anos). Débora não suportou tudo o que estava vivendo durante o período de adoção e pediu para voltar para a Casa. Ela deixou a família adotiva e voltou para a instituição, sem perspectiva de encontrar-se com a sua família natural e sem qualquer alternativa para o desligamento da medida.

Que... tipo assim, aqui tem alguém pra ensinar você a fazer para-casa, lá não tem... Aqui a gente tem pessoa pra conversar, lá não tem... Eu ficava conversando com o cachorro. Ele era o melhor amigo que eu tinha. Aí ela não deixava eu ligar pra cá. Eu pedia pra ligar pra cá, todo mês. Ela falou que não, porque eu tinha que perder o contato com aqui... parar de ligar pra cá. (Débora, 15 anos)

Juliana contou que, de acordo com os relatórios, o processo de adoção vivido por Débora foi muito frustrante, pois ela rejeitou a família adotiva, não aceitou a proposta de adoção e, ao final, a mãe adotiva a devolveu.

Algum tempo depois de Débora retornar à instituição, outra família quis adotá-la, com a proposta de mudar de país, mas novamente a menina negou-se a ser adotada. Vale ressaltar que foram duas tentativas de adoção tardia, que, como sabemos, são raras, pois são poucas as famílias que se interessam por adotar uma criança acima de três anos.

As vivências no período do acolhimento institucional

Para Débora, a medida protetiva de acolhimento institucional representou uma quebra nos laços familiares. Quando perguntei se ela conheceu seus pais, ela disse: “Conheci. Mas não me lembro do rosto deles, não” (Débora, 15 anos). Ao declarar que não se lembrava do rosto dos pais, mostrava que os vínculos familiares não existiam há muitos anos. Débora sabia o primeiro nome da sua mãe e do seu pai, e que tem outros irmãos que não estavam acolhidos.

Débora tinha dificuldades de pensar o reencontro com sua família de origem.

Pesquisadora: E você quer encontrar com sua família?

Débora: Sei lá, eu... eu não quero, não. Ah pra mim... é como se fossem pessoas estranhas, sabe? Sei lá, é muito... É muito ruim você viver no abrigo 10 anos, sei lá. Depois você encontrar uma pessoa que você... fala que é sua família mas não é. Porque família pra mim é aquele que cuida, que... sabe? Sei lá... Mesmo morando num abrigo, sabe? Que não enche o saco. Sei lá... (Débora, 15 anos)

No diálogo acima podemos perceber a tristeza de Débora diante da sensação de abandono. Após 10 anos de acolhimento institucional, a família de origem tornou-se estranha. Durante o período da coleta de dados, as educadoras estavam se organizando para procurar a família de Débora, mas ela se mostrava contrária à iniciativa das educadoras. “Eu não quero não. Diz a tia que tá... que tá procurando meu pai pra eu ir morar com ele, mas eu não vou querer ir” (Débora, 15 anos).

Juliana tinha somente um relatório antigo que contava de forma superficial a história de Débora, mas ela estava decidida a procurar pela família da adolescente. “Então isso é muito triste, porque eu não vejo, não consigo imaginar uma pessoa escolher ficar sem a família, né? E aos 18 anos, o que que ela vai fazer? E ela já tem... quase 17 anos” (Juliana, 47 anos). As educadoras discordavam da postura de Débora de negar a possibilidade de reencontrar a família de origem. Desse modo, as educadoras trabalhavam na tentativa de encontrar a família e também na preparação da adolescente para uma independência após os 18 anos, visto que o reencontro familiar podia não acontecer.

Débora, assim como as outras adolescentes, acreditava que a Casa permitia à adolescente sua preparação para a vida adulta.

Ah, às vezes eu acho ruim, às vezes eu acho bom. Porque assim... O lado bom é que... aqui a gente pode aprender as coisas que lá onde nós estávamos não tinha condição de aprender. E... às vezes acho ruim porque sente falta da nossa família, sabe? Mas eu não sinto falta da minha família, não. Mas tem algumas meninas que sente. (Débora, 15 anos)

Débora negou sentir falta da família durante a primeira entrevista e também durante todo o tempo na Casa. Mas a fala acima se assemelha muito à fala das outras adolescentes, que afirmavam sentir falta da família. Essa afirmativa foi feita por Isabela, que declaradamente negava a Casa como um lugar necessário para sua vida; por Marjore que decidiu sair do convívio familiar, mas sentia muito por isso; por Nicole, que nunca conviveu com sua família, mas dizia sentir falta de uma família. Ou seja, a família, especialmente a figura da mãe, estava presente na vida das adolescentes, até mesmo na vida das que nunca tiveram contato ou das que tiveram e se decepcionaram.

Precisamos considerar que na fala de todas as meninas, quando afirmavam os aspectos positivos do acolhimento institucional, inclusive reconhecendo que em suas casas não teriam acesso a cursos e possibilidades de trabalho, a ausência da família é imediatamente um contraponto negativo. É como se a ausência da família fosse o preço para conseguirem ingressar nos cursos e projetos pedagógicos.

Apesar das negativas de Débora em participar das atividades, ela reconhecia que a medida protetiva proporcionava possibilidades que ela não teria se estivesse com sua família. Mas, na primeira entrevista, percebemos que o interesse da adolescente na escola era principalmente pelo espaço de socialização que a escola proporcionava. Débora era sempre muito resistente às outras atividades pedagógicas, inserção em cursos e no trabalho protegido. Era muito comum Débora rejeitar as ofertas de atividades pedagógicas e até mesmo de acompanhamento fonoaudiológico e psicológico. Essas negativas preocupavam muito as educadoras.

Bruna disse que o plano de Débora para o futuro era continuar acolhida. “E quando você fizer 18 anos, que você tiver que sair daqui... pra onde você vai? Aí ela me respondeu com uma pergunta: Por que que não tem abrigo pra maiores de 18 anos?” (Bruna, 31 anos) Para a educadora, a preocupação da adolescente revela falta de compromisso com a própria vida. É como se Débora quisesse continuar acolhida só para não ter que trabalhar. Bruna não imagina que Débora pode ter medo da vida fora do acolhimento institucional, medo do desconhecido.

Após Débora reencontrar seus familiares, ela se surpreendeu com a condição de vida dos irmãos, especialmente do seu irmão mais velho, que foi acolhido junto com

ela, mas após quatro meses de acolhimento, retornou ao convívio familiar. Dez anos depois, eles se encontraram, e Débora percebeu que ele frequentou pouco a escola e se tornou dependente químico. A irmã caçula de Débora tinha nove anos, a idade que Débora tinha quando chegou à Casa, faltava à escola com frequência, pois a mãe era alcoolista e não se dedicava a educação dos filhos.

Não sei não. Eu acho que não teria a mesma oportunidade igual eu tenho aqui. Ah, tipo de aprender mais, porque minha mãe é assim, fica lá bebendo, fumando, e meu irmão não fica lá, fica trabalhando de manhã. E aí meu irmão começou a mexe com droga, com essas coisas e parou de estudar. (Débora, 15 anos)

Débora estava muito feliz por ter se encontrado com sua família, mas ela afirmou por várias vezes que gostaria de morar com sua família em Belo Horizonte, na região da Casa. “Eu queria morá... eu queria morá em Belo Horizonte mesmo. Com meu pai, que ele muda pra cá, só que ele não pode” (Débora, 15 anos). Após 10 anos de acolhimento, Débora se sentia insegura por deixar a Casa e retornar para a família com costumes e prioridades tão diferentes das que ela tinha na Casa, como por exemplo a educação. Se na Casa a educação é um direito das meninas e uma obrigação a cumprir, Débora descobriu que na sua família a escola não ocupa lugar central na vida das crianças e adolescentes.

Débora disse que vai ajudar a irmã caçula na escola e ensiná-la a respeitar sua mãe, pois a adolescente observou que sua mãe bebe muito e depois briga com a filha mais nova. Depois da briga, a menina vai para rua brincar, desobedecendo às ordens da mãe. Débora relatou o fato com algum estranhamento, principalmente quando observou o quanto o seu contato com o mundo externo à Casa é restrito.

O reencontro com a família natural

Sete meses após a primeira entrevista, as educadoras conseguiram encontrar a família natural de Débora, através da rede de assistência social do município de origem da adolescente. A educadora Bruna acompanhou Débora no reencontro com a família. De acordo com o relato da educadora Maria, a família de Débora disse que não tinha mais esperança de encontrar a filha.

Débora contou que foi primeiro à casa da sua mãe. Assim que chegou lá, encontrou seu irmão, que ficou muito feliz, e a apresentou para todos os vizinhos. “Ah,

com meu irmão não conversamos muito não, porque tava na rua e me mostrou pra todo mundo, pra pessoas que eu conhecia, mas nem lembrava. Achei até o meu primo lá” (Débora, 15 anos).

Sua mãe não estava em casa, mas não demorou a chegar. Ela disse que chorou quando viu sua mãe e ficou muito feliz com o encontro. “Ah, foi bom, ela até chorou lá” (Débora, 15 anos).

A tristeza de Débora foi descobrir que sua mãe é alcoolista. “Eu quero morá com minha mãe, não quero morá com meu pai. Só que minha mãe é alcoólatra ainda, mas tá fazendo tratamento. Ela começou a bebe quando eu vim pro abrigo” (Débora, 15 anos).

Próximo a residência da sua mãe, morava uma tia e dois primos de Débora. Na vizinhança ela conheceu também sua madrinha de batismo. Com o reencontro, Débora ficou sabendo que sua mãe sempre procurou por ela, mas a sua tia nunca deu notícias. Débora disse que sua tia continua morando em Belo Horizonte e sua mãe não tem mais contato com ela. “Ah, mas eu não tenho rancor dela não. Não tenho vontade de vê ela não, mas pelo jeito... Não gosto dela não, não consigo não. Apesar de que é minha tia né”(Débora, 15 anos).

Depois ela visitou a sua avó paterna, que ficou muito emocionada com o encontro e não queria que a neta voltasse para Belo Horizonte. Na casa da avó, ela conheceu também seu avô e uma tia paterna.

Foi a mãe de Débora que a levou até a casa da família paterna. Chegando lá, Débora descobriu que seus pais não conversam. “Aí minha mãe chego e eles não falaram nada, porque os dois não conversam mais. Ela não conversa com ele, né? Até porque aquelas coisa que eu não lembro. Sei não!” (Débora, 15 anos) Na passagem acima, Débora nos permite entender que aconteceu alguma coisa muito séria entre seus pais, que ela sabe o que é, mas prefere não falar.

O pai da adolescente mora em outra casa, mas no mesmo lote da avó. Ele é casado, tem um filho pequeno e trabalha como caminhoneiro. Débora ficou com uma imagem do pai como de um homem sério e pouco afetivo. “Ah, não foi emocionante não. Peguei na mão dele e disse: oi! Ah, não tava com saudade do meu pai, tava com saudade da minha mãe, sabe? Ele é tímido, não fala nada” (Débora, 15 anos). Débora se reconheceu na família paterna, ela disse que é muito parecida com o pai e com a avó e que o seu pai também vê semelhanças entre eles.

Débora não se sentiu bem recebida por sua madrastra. “Ah, eu não. Eu só peguei na mão dela. Ela olhou pra minha cara dos pés à cabeça” (Débora, 15 anos). Um desafio

que Débora terá pela frente é a convivência com sua madrasta, que não gostou do reencontro e quer que o marido faça o exame de DNA. “Ele disse que não vai fazer não porque eu tenho a cara dele. Ele fala que sou a cara da minha vó... é a cara dele” (Débora, 15 anos). Diante da madrasta, Débora não se sente à vontade para se relacionar com seu pai. “Ah, não sei, mas é porque meu pai é casado. Também... é diferente. Tipo assim, se o meu pai fica só comigo, ela vai ficá com ciúmes e vai falar...” (Débora, 15 anos).

Após 10 anos sem contato com sua família, Débora, ainda em medida protetiva, foi para sua cidade, comemorar seu aniversário com sua família.

O desligamento

Na primeira entrevista, antes do reencontro da adolescente com sua família, Débora planejava sair da Casa para morar sozinha. Ela queria ser veterinária e para isso sabia que seria preciso estudar muito. A família natural de Débora não fazia parte dos seus projetos futuros. Ela também não pensava na possibilidade de uma adoção ou de encontrar algum membro da família extensa.

Na data da segunda entrevista, estava acertado que Débora permaneceria na Casa até o fim do ano letivo e no primeiro dia de férias ela iria para sua cidade definitivamente. “Quero ir embora logo né, mas tem que esperar” (Débora, 15 anos).

Devido ao alcoolismo da mãe, ficou acordado entre as famílias que Débora vai morar na casa da sua avó paterna, mas sob a guarda do seu pai. Nos finais de semana Débora poderá ir para a casa da mãe. A adolescente não gostou do acordo, ela disse que queria morar com sua mãe, mas aceitou a decisão após ouvir o conselho do irmão: “Ah, ele disse assim que acha que lá é melhor, que lá não tem mais fome igual na casa de minha mãe” (Débora, 15 anos). A mãe de Débora não se opôs à proposta de a adolescente morar na Casa da avó paterna. Débora se decepcionou com a postura da mãe, pois imaginava que sua mãe iria insistir para a adolescente morar com ela.

Durante a entrevista, pude perceber que Débora estava vivendo um misto de alegria pelo reencontro com a família, mas também estava um pouco triste e insegura por se afastar dos amigos, das educadoras e da segurança que ela sentia na Casa. Perguntei a Débora se ela estava feliz por morar com sua família e ela disse: “Mais ou menos. Não tem ninguém pra mim conversar, nem na casa da minha mãe, cê sabe, não

tem ninguém pra conversar. Só tem a minha avó, mas amiga, só por telefone” (Débora, 15 anos).

Para o próximo ano, Débora pretendia continuar seus estudos e fazer um curso profissionalizante para conseguir se inserir no mercado de trabalho. As educadoras articularam com a rede de assistência do município de origem de Débora ações para o pós-desligamento no sentido de acompanhar suas iniciativas de inclusão escolar e no trabalho. As educadoras querem que ela tenha o dia ocupado, para passar o menor tempo possível na casa da avó, pois elas temem os atritos entre Débora e sua madrasta. Débora chegou a ver a mãe alcoolizada e sabe que ela precisa fazer o tratamento. Débora sonha em morar com a mãe, mas diz que só mudará para casa dela quando ela acabar o tratamento.

Débora disse que vai sentir falta da Casa, dos amigos, da escola. Apesar da alegria de reencontrar a família, toda essa mudança significa também mais uma ruptura na vida da adolescente. “Por um lado é até bom, por outro é ruim, né? Bom porque tem família, mas ruim porque tem que fazer tudo de novo, escola..., arrumar tudo.”

Apesar da distância, as educadoras continuam acompanhando a adolescente, mas para isso contam com o serviço de assistência do município de origem da família.

O relato das adolescentes e das educadoras evidenciou a complexidade da medida de acolhimento institucional. Embora todas as adolescentes entrevistadas tenham passado um longo tempo institucionalizadas, o que contraria a determinação do ECA, a vivência delas na Casa pesquisada possibilitou-lhes o acesso à educação, ao trabalho protegido, à reconstrução de vínculos familiares, seja com a própria família de origem, com a família extensa ou com a família adotiva.

Evidentemente que encontrar uma experiência de acolhimento institucional marcada por experiências positivas não nega as dificuldades, as contradições e até mesmo o fracasso da aplicação dessa medida protetiva em diversos contextos.

No próximo capítulo, continuaremos a discussão sobre a vivência das adolescentes na Casa estudada, especialmente à luz de alguns conceitos de M. Foucault.

3 O SINGULAR EM MEIO AO UNIFORME: OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DAS ADOLESCENTES ACOLHIDAS

O campo no qual esta dissertação foi desenvolvida trouxe dados que conduziram a pesquisa para um caminho distinto daquele previamente determinado. Isto porque, diante da análise do material encontrado, percebemos a emergência dos processos de subjetivação das adolescentes acolhidas, o que nos levou a dar voz a cada uma das adolescentes, que nos apresentaram suas vivências ora libertadoras ora assujeitadas, diante da medida protetiva de acolhimento institucional. Essa decisão foi balizada pelo princípio ético de consideração desses sujeitos como sócio-históricos e ativos.

Para a compreensão do fenômeno pesquisado, recorreremos à teorização de Foucault (1979; 1985; 2003; 2004; 2007a; 2007b) sobre saber, poder e subjetividade, e de Dayrell (2003), que traz elementos essenciais para a compreensão da singularidade da juventude.

3.1 A relação saber-poder

Para compreensão do sujeito, Foucault discute o saber, o poder e a subjetividade. Os estudos sobre a *História da loucura na idade clássica* (1961) permitiram-lhe compreender a formação das práticas do saber. A obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1975) traz uma reflexão sobre os mecanismos de poder e o controle sobre os corpos. Foucault apresenta as mudanças sofridas pelos dispositivos de poder ao longo da história. Nos três volumes da *História da sexualidade* (1976; 1984; 1984) o autor discute a relação entre saber, poder e subjetividade que possibilita a compreensão da sexualidade ao longo da história.

Tomemos aqui o conceito foucaultino de poder. Foucault não tinha o objetivo de elaborar uma teoria sobre a origem do poder, mas sim identificar e discutir os diferentes dispositivos e estratégias utilizadas nas relações de poder. Foucault (2003) traz à luz uma discussão inédita sobre o poder. O autor rompe com a visão do poder puramente ligado ao direito e lança a discussão do poder que permeia todo o corpo social, presente em todas as relações.

Foucault (1979) assinala que o poder permitia ao soberano, diante de uma situação de ameaça, determinar aos seus súditos o direito de vida e de morte. Para resguardar a vida do soberano, os súditos se lançavam em guerras e se expunham à morte. Em *Vigiar e punir* (2007b), Foucault retratou o direito de vida ou de morte quando apresentou as penas de morte utilizadas como punição diante de um crime cometido. Para Foucault (2007b), o suplício e a condenação à morte apontavam para o fato de que “o corpo humano, não tem a utilidade nem o valor de mercado que lhes serão conferidos numa sociedade de tipo industrial” (FOUCAULT, 2007b, p. 46).

Segundo Foucault (1979), a partir do século XVII as disciplinas passaram a ser o principal dispositivo de poder sobre o corpo.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas à formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2007b, p.119)

O poder disciplinar tem como principal objetivo o controle dos corpos para que eles se tornem cada vez mais úteis, produtivos e dóceis. De acordo com Foucault (2007b), o controle sobre os corpos se iguala ao nível da mecânica “movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (FOUCAULT, 2007b, p. 118). Todos os corpos são forças de trabalho que diante da disciplina se tornam cada vez mais produtivos. A revolução industrial investe nos corpos toda a disciplina possível visando à produtividade. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2007b, p. 119).

As relações de poder emergem em um contexto de controle multiforme, impossível de ser localizado em uma instituição ou em um aparelho de Estado. Essas relações se apropriam de um saber sobre o corpo, pois têm alcance imediato sobre o corpo.

Foucault (2007a) utiliza o conceito de poder disciplinar como algo carregado de positividade que possibilita a individualização. O poder não é algo externo ao sujeito, não existe enquanto entidade. O que há são as relações de poder que levam à produção de saber. As relações acontecem via dispositivos de poder, que para Foucault (2007a) têm uma função estratégica dominante e acontecem em um determinado momento

histórico, a fim de responder a uma urgência. De acordo com Foucault, os dispositivos podem ser entendidos como

...um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. O dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2007a, p. 244)

Ou seja, os dispositivos são as estratégias de que o poder se vale para produzir determinadas subjetividades. É na luta dentro da própria rede de poder que temos a resistência, que, assim como o poder, se distribui por toda a estrutura social. Entendemos, portanto, que onde há poder há resistência.

Maia (1995) ressalta na discussão foucaultiana a importância da liberdade para as relações de poder. Nesse sentido, a liberdade é fundamental para a existência das relações de poder, pois a partir dela é possível a resistência, a reação diante do poder: “Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta” (MAIA, 1995, p. 89). Mas devemos entender que a resistência, assim como o poder, tem multiplicidades de focos e acontece nessas relações.

No primeiro volume da *História da sexualidade* (1976), Foucault lança mão dos conceitos de biopoder e biopolítica para compreensão do modo como o poder é exercido sobre os corpos e das mudanças sofridas pelos mecanismos de poder da Antiguidade até a Modernidade. Para cada época o poder sobre o corpo é exercido de forma a atender à necessidade de um determinado período. Em meados do século XVIII, juntamente com o poder disciplinar, outro mecanismo de poder passa a vigorar: o biopoder, ou seja, o poder sobre a vida. “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1979, p. 131).

Temos então o poder disciplinar, que age imediatamente sobre os corpos, e a biopolítica, que, de acordo com Foucault (1979), age sobre as populações, controlando, por exemplo, taxas de natalidade, mortalidade e demografia, ou seja, regulando as populações. A biopolítica “faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1979, p. 134). A política higienista apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, que deu origem ao Código de Menores (1927), e a política de atenção ao menor exemplificam a biopolítica. Já as práticas educativas utilizadas nas instituições de atendimento ao menor, que tinham como objetivo ajustá-los para serem

úteis para a sociedade, exemplificam o conceito Foucaultiano de disciplina. A disciplina somada à biopolítica compõe o biopoder, ou seja, o poder sobre a vida.

Como vimos, os estudos de Foucault revelam a íntima relação entre poder e saber. Nesse sentido, aproximando as considerações de Foucault do nosso objeto de estudo, é possível compreender que o saber sobre a educação de crianças e adolescentes, especialmente das adolescentes pobres, vítimas de violência no ambiente familiar, produz poder, leis, normas, como o ECA (1990), a Nova Lei de Adoção (2009), que estão no nível do direito universal, ou seja, válidos para todas as crianças e adolescentes brasileiros.

Esse direito universal determina também medidas protetivas e intervenções nas famílias, e se propõe a alcançar a todas elas da mesma maneira. Mas, como sabemos, as famílias pobres sofrem intervenções do Estado com mais frequência que aquelas das camadas média e média-alta. As relações familiares entre os pobres têm sofrido mais diretamente a ação dos Conselhos Tutelares e dos órgãos de justiça, uma vez que são frequentemente denunciadas aos conselhos tutelares e aos órgãos de justiça.

Até a chegada da adolescente à Casa, o poder é exercido através de dispositivos universais; já no espaço institucional, as normas e regras são também baseadas nesses dispositivos, mas são acrescidas de regras específicas daquele espaço. Falamos então do poder disciplinar que se faz presente especialmente na figura da educadora.

O ECA não proíbe que as adolescentes namorem ou que saiam sozinhas para se divertir. Vale ressaltar que o ECA não trata em nenhum dos seus artigos da sexualidade das adolescentes. Se não há uma determinação legal ou judicial que impeça a adolescente de namorar, que concepção a instituição tem de adolescente acolhida que justifica essa proibição? Podemos suspeitar que tal proibição tenha relação com os princípios católicos da instituição. Além disso, essa proibição revela uma tentativa de controlar as adolescentes.

A Casa está localizada em uma região de sítios, então as ruas são pouco movimentadas, e mal se veem pessoas ou carros nas proximidades da Casa. Débora lembra que, quando era criança, as meninas da Casa e as crianças da vizinhança brincavam na rua, mas ela perdeu o contato com as vizinhas e, atualmente, já não se viam crianças naquela rua.

De acordo com o relato de Débora e Nicole, a história da Casa nessa comunidade foi marcada por uma ruptura, por um momento em que as meninas da Casa começaram a namorar os garotos da vizinhança, contrariando a coordenação da

associação e a vizinhança da Casa. Ela contou que nessa época a comunidade passou a ver a Casa com muito preconceito, mas afirmou que essa situação já foi superada.

Antes a gente não dava bem com os vizinhos não. Porque... a gente fazia bagunça, jogava pedra na casa do vizinho, quebrava vidro... Todo dia vinha alguém reclamar. Todo dia...Aí ficou um inferno essa casa. E ali era cerca, ainda, né? Só ficava olhando aqui dentro, todo mundo que passava ali. A casa aqui já foi muito mal-falada. (Débora, 15 anos)

Débora relatou que, nessa época, uma adolescente acolhida engravidou e também outras que se envolveram com garotos da comunidade, por isso o presidente da associação, segundo ela, não permite que as adolescentes namorem ou encontrem outros adolescentes acolhidos. “Ele... Acho que ele tá traumatizado, já. Porque passa um tanto de menina aqui, que... sabe? Faz tanta coisa... que essa Casa ficou mal-falada. Aí ele não quer que a gente tenha envolvimento com os meninos não” (Débora, 15 anos).

A gravidez dessa adolescente parece ter sido um marco na história da Casa e nas estratégias para controlarem as adolescentes acolhidas. Isabela não estava na Casa nesse período, mas relatou que as meninas que engravidaram “foram para uma Casa pior para ficarem com seus filhos” (Isabela, 12 anos). A fala das adolescentes revela a crença no fato de que, diante de uma gravidez, elas podem ser punidas, sendo encaminhadas para outra Casa, que elas imaginam pior que aquela na qual estão acolhidas.

Débora não gostava da restrição de ir ao clube e encontrar os garotos, mas compreendia essa regra, pois estava acolhida há muitos anos e sabia do histórico da Casa, bem como os motivos da proibição. “Ah, às vezes eu acho que ele tá certo, às vezes eu acho que ele tá errado. Porque... tipo assim, não é porque aconteceu com as outras meninas que vai acontecer com a gente, não” (Débora, 15 anos).

Débora explica que em sua opinião o presidente da associação deveria gostar mais dos meninos e por isso proibiu as meninas de irem ao clube. Ela achava que isso era injusto, porque os garotos tratavam o presidente muito mal, já as meninas eram muito carinhosas com ele. Débora, assim como as outras adolescentes, falava do presidente com muito carinho e apreço. Ela reconhecia o quanto ele foi importante na sua vida e na sua proteção. Essa consideração se deve entre outras coisas ao vínculo que ela construiu com ele desde que foi acolhida, pois, diferentemente das educadoras que têm grande rotatividade, o presidente permanece muitos anos na Casa.

Podemos observar que as adolescentes compreendem o presidente como aquele que limita, que regula o seu comportamento. Nesse sentido, as ordens do presidente são

um dispositivo disciplinar. As educadoras afirmam o sentido positivo dessa disciplina, qual seja, resguardar e proteger as adolescentes. Mas o poder vem acompanhado de uma possibilidade de coerção, de punição ainda maior caso as adolescentes não se submetam a ele.

Os dispositivos disciplinares utilizados pela Casa por vezes recorrem ao medo das adolescentes de não voltarem para suas famílias ou de mudarem para outra Casa, rompendo os vínculos afetivos que ali fizeram. Não observei em nenhum momento qualquer fala das educadoras que remetesse a esse tipo de punição, mas as adolescentes falam dessas possibilidades de punição.

3.2 Processo de subjetivação

Os dispositivos de saber-poder determinam o modo como os sujeitos são governados uns pelos outros. O saber sobre as meninas acolhidas e sobre suas famílias determina as intervenções do Juizado da Infância e Juventude e das educadoras da Casa. O risco está em se aplicar um saber único para todos os casos, sem considerar que, como estamos vendo, são casos singulares.

Por isso tomamos aqui o conceito de subjetividade. A subjetividade é para Foucault a “maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 236).

Ao pensarmos os conceitos de subjetividade e subjetivação, torna-se válido considerar que a subjetividade é o que permanece, o que se mantém no sujeito diante da vivência processual da subjetivação.

Diante dos mecanismos e técnicas de poder, têm-se as práticas de assujeitamento e as práticas de liberdade, que compõem o processo de subjetivação. “Processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 2004 p. 262).

Marjore recorreu à proteção, pediu ajuda diante da violência sofrida. Por já ter sido acolhida na infância, Marjore já imaginava o que iria encontrar em uma Casa de acolhimento. Já Isabela foi pega de surpresa, não tinha ideia do que era a Casa e a que ela se propunha. Para Isabela, a medida protetiva de acolhimento institucional significou

o afastamento de sua família, uma punição por um motivo que ela não reconhecia. Nicole passou toda a sua infância e parte da adolescência na Casa sem nenhuma referência familiar, sem ter outra possibilidade de vida que não a institucionalização. Débora foi acolhida aos seis anos e até os 16 imaginava que o motivo do acolhimento tinha sido o abandono dos pais; ela viveu todo esse tempo sentindo que fora rejeitada pela família e negou as outras famílias que apareceram na sua vida.

Os diferentes motivos do acolhimento bem como as diversas possibilidades de vida após o desligamento da medida compõem o processo de subjetivação das adolescentes. Marjore e Isabela eram mais questionadoras, cobravam das educadoras o direito de sair da Casa sozinhas e de namorar. Elas sabiam que estavam de passagem na Casa, pois a Casa não era a única referência para elas como era para Nicole e Débora. Já Nicole era sempre mais submissa. Provavelmente, devido à sua deficiência física, Nicole não pedia para sair sozinha, a não ser para ir para Casa da Sra. Ana. Débora parecia estar sempre muito amargurada. O sentimento de abandono acompanhava a adolescente. Por estar acolhida há 10 anos, Débora parecia ter aprendido que discutir com as educadoras só resultava em sanções. Então, apesar de distante afetivamente, ela sempre auxiliava as educadoras no cuidado com a Casa e com as meninas e, assim, cativava a confiança de todas as educadoras.

Entre as quatro entrevistadas, observamos em Nicole e Marjore vivências significativamente distintas. Nicole não tinha referências familiares e afetivas que não as vividas na Casa. Ela estava acolhida desde bebê, não tinha notícias sobre a sua família de origem, fora registrada apenas com o primeiro nome, além de ser portadora de uma deficiência física (Nicole tem os membros superiores e inferiores atrofiados, o que acarreta em baixa estatura) que comprometia, em alguma medida, sua autonomia, uma vez que a Casa não era adaptada. Entre as atividades de vida diárias difíceis de serem executadas por Nicole, observamos a de servir-se à mesa e de andar longas distâncias, por exemplo. Diante disso, percebemos que Nicole se assujeitava ao acolhimento institucional. No entanto, Nicole foi capaz de uma saída libertadora através de sua aproximação com a vizinha da Casa, que acabou por adotá-la.

Já a adolescente Marjore escolheu ser acolhida diante da violência sofrida. O acolhimento de Marjore já representa de antemão uma prática de liberdade e desse modo ela vivenciou a medida e se preparou para o desligamento.

Por isso, a liberdade é definida como sendo uma prática ético-política de invenção de novos modos de subjetivação, novas formas de coexistência. Essa invenção não se dá de modo descontextualizado, ela é produzida no enfrentamento de estados de dominação específicos. Ou seja, a liberdade se constrói como contraposição a processos de dominação historicamente definidos. (FERREIRA NETO *et al.*, 2009, p. 459)

Foucault discute as práticas de liberdade considerando que a liberdade acontece a partir das regras da cultura, ou seja, só é possível a prática da liberdade diante do que é próprio da cultura.

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção do sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural. (FOUCAULT, 2004, p. 291)

Desse modo, temos que o processo de subjetivação das adolescentes acolhidas perpassa todo o tempo pelas normas da medida de acolhimento institucional, pelas normas da Casa e pelo modo como elas lidam com essas normas. Vale ressaltar o relato de Juliana quanto às discordâncias entre as avaliações feitas pelas educadoras da Casa e aquelas feitas pelo Juizado. Em alguns casos, segundo as normas da Casa, as educadoras avaliam que uma adolescente pode ser desligada da medida e retornar para o convívio familiar; mas, se Juizado da Infância e Juventude discorda dessa decisão da Casa, a adolescente permanece acolhida até que o Juizado faça uma nova avaliação do caso.

Como vimos no Capítulo 2, cada adolescente tinha uma perspectiva de futuro própria. No momento das primeiras entrevistas, as adolescentes ainda não tinham a perspectiva do desligamento da medida de acolhimento institucional; ao longo da pesquisa, o desligamento institucional das quatro adolescentes foi aos poucos se concretizando.

Marjore se preparava para morar sozinha ou em uma república com outras adolescentes com trajetória de acolhimento institucional, pois não via possibilidade de morar com sua mãe novamente. Nesse período, a mãe de Marjore não tinha residência fixa, o que para o Juizado era um empecilho para o desligamento da adolescente. Marjore se lançou no desafio de viver e sobreviver sabendo das limitações da sua

família e da necessidade de se organizar e se preparar para uma vida autônoma, na qual provavelmente representaria proteção e segurança para seus irmãos.

Isabela estava ansiosa para retornar para sua casa, mas sua mãe acabava de ganhar um bebê, o que a impossibilitava de se organizar para receber as filhas. Isabela ficava a mercê da disponibilidade da sua família se organizar para recebê-la. Desse modo, a medida protetiva se transformava em um momento de espera.

Nicole sonhava com a adoção, mas temia que o Juiz indeferisse o pedido. A história de Nicole e as possibilidades que ela teve na vida não apresentaram para a adolescente alternativas que não o acolhimento sem perspectivas futuras. Caso ela não conseguisse a adoção, a sua institucionalização poderia se perpetuar por muitos anos.

Débora não tinha notícias sobre sua família e, apesar de ter ultrapassado a idade máxima para acolhimento na Casa, não tinha nenhuma outra perspectiva no momento. Débora se mostrava paralisada diante da vida e do futuro. As educadoras ressaltavam que a adolescente não fazia nenhum movimento visando ao futuro fora da instituição e ainda não aceitava nenhum das possibilidades de adoção que lhe foram ofertadas.

Essas diferentes formas de viver a medida protetiva bem como as diferentes expectativas quanto ao futuro marcam essencialmente o que havia de singular entre as meninas, durante o acolhimento institucional. Marjore e Isabela compreendiam a Casa como local de passagem, pois tinham certeza de que em algum momento seriam desligadas e voltariam para suas famílias. Talvez por isso elas se posicionassem de modo mais desafiador e tentassem a todo o momento resistir às regras da Casa. De acordo com a educadora Bruna, Isabela era a adolescente mais “rebelde” da Casa e tinha dificuldades de aceitar o acolhimento.

Diferente de Marjore e Isabela, Nicole e Débora tinham a Casa como a única referência. O medo de serem desligadas e encaminhadas para outra Casa, como aconteceu com uma das adolescentes que engravidou, provavelmente fazia com que elas se sujeitassem às regras impostas. Por isso Débora era tão cuidadosa e perspicaz para conseguir romper, burlar os limites da Casa.

Se todas elas são categorizadas como adolescentes acolhidas, elas se diferenciam, se tornam singulares a partir de suas práticas de sujeição ou de liberdade. Mas, para tanto, é preciso considerar a história de cada adolescente e suas vivências anteriores, ou seja, os recursos que elas tinham para o enfrentamento da medida protetiva.

3.3 As práticas de liberdade e os limites da cultura

As educadoras sempre falavam para as adolescentes que, caso acontecesse algo com elas fora Casa, as educadoras seriam responsabilizadas. Este era um argumento utilizado com frequência pelas educadoras para justificar a proibição de as adolescentes saírem sozinhas da Casa para festas, atividades de lazer ou passeios. A única adolescente que não demandava sair sozinha era Nicole. A impossibilidade de sair sozinha, como regra da Casa, parece ter sido para Nicole uma forma de se proteger diante do preconceito que ela poderia sofrer devido à sua condição física. Para Nicole, sair sozinha representava estar vulnerável, com poucas possibilidades de proteção, no entanto, ela gostaria de ficar mais tempo próxima à Sra. Ana fora do espaço da Casa.

Pude observar que as meninas não pediam para sair à noite ou para namorar, pois essa regra já estava indiscutivelmente colocada. “Liberdade, sair a hora que quer, chegar a hora que quer... Aqui, nós não deixamos sair” (Érica, 53 anos). Então os pedidos eram mais simples, como ir à casa de uma colega da escola para fazer trabalho e buscar as crianças na escola, por exemplo. A resposta positiva a cada um desses pedidos estava associada ao bom comportamento da adolescente, às roupas e maquiagem que as meninas gostavam de usar. Observei que se os trajes usados pelas adolescentes sinalizassem, para as educadoras, a vaidade e o desejo de chamar a atenção de um garoto, ou seja, decotes, roupas curtas, maquiagem forte, seria mais difícil que conseguissem a permissão das educadoras para que saíssem sozinhas da Casa.

Marjore disse que quando chegou à Casa namorou um garoto da vizinhança, mas tiveram que terminar quando as educadoras descobriram. Ela relatou também outra tentativa de se relacionar com um garoto do projeto que frequentava:

Aí uma vez, eu tava no projeto lá em cima... Aí eu vi um menino, que sempre que eu via ele, eu era a fim de ficar com ele. Ciente do que podia acontecer, a lerda aqui foi cometer este erro mais uma vez de ficar com ele. Que que aconteceu? A tia me pegou no pulo ficando com ele. Nó! Foi aquele problema novamente! Porque o menino que eu nem conhecia, e eu ficando ali na rua com ele. Que que iam ter falado de mim, ou da casa ou qualquer coisa assim? Que que poderia acontecer depois de um beijo? Aí a tia ficou com aquilo lá na cabeça. Deu aquele problema. Aí ela começou a me xingar, que eu já estava ciente que já tinha acontecido isto. Aí agora eu só fico com menino... depois dos 18... Depois do 18 não, só depois que eu sair desta casa. Não to querendo ficar com menino nenhum mais, cansei! (Marjore, 15 anos)

Para as educadoras, Marjore “traiu a confiança” delas e por isso não podia mais levar e buscar as crianças à escola. Esta proibição foi motivo de muitos conflitos entre Marjore e as educadoras. Presenciamos Marjore pedindo para buscar as crianças na escola em um fim de tarde. As educadoras imediatamente negaram o pedido e justificaram que não confiavam mais nela, pois descobriram que ela aproveitava esse momento para namorar. Marjore ficou muito exaltada e perguntou para as educadoras se elas nunca tinham errado na vida, se na idade dela as educadoras também não namoravam. Isabela entrou em defesa de Marjore e reafirmou as perguntas dela dizendo ainda que se sentia presa na Casa, pois só podia sair acompanhada de uma educadora, que não podia usar as roupas de que gostava, nem se maquiar como fazia em sua casa. As educadoras disseram que Débora poderia levar e buscar as crianças na escola, pois nunca havia traído a confiança delas. Marjore e Isabela continuaram questionando as educadoras sobre o passado delas, dizendo que provavelmente quando eram adolescentes elas podiam sair sozinhas e até mesmo namorar. A discussão foi ficando muito tensa, até que uma educadora respondeu que, na idade delas, ela não era uma “menina de abrigo” e por isso podia sair sozinha sim. A discussão acabou nesse momento, uma das educadoras foi embora e as meninas ficaram na Casa.

Esse foi o momento mais tenso de discussão entre as adolescentes e as educadoras que pude presenciar. Observei que as educadoras tentavam me colocar na conversa para que eu as apoiasse na tentativa de justificar a proibição posta. As adolescentes enfrentavam e questionavam prontamente todos os “nãos” recebidos. As educadoras estavam ali representando o Juizado da Infância e Juventude, o presidente da associação e todos os outros atores que determinam as medidas de proteção e as regras da Casa, afinal são elas que respondem imediatamente sobre a proteção das acolhidas.

Percebi que finalizados todos os argumentos frente ao questionamento das adolescentes sobre as semelhanças entre a vida delas, suas aspirações e desejos e a vida das educadoras quando estas também eram adolescentes, as educadoras encerraram a discussão marcando a diferença: elas, as educadoras, não foram “meninas de abrigo”. Temos então o que é ser uma “menina de abrigo”. Ao longo deste capítulo discutiremos a construção dessa categoria universal de “adolescente abrigada”.

As educadoras sempre diziam que Isabela fazia o possível para ser igual à Marjore. Nesse momento as educadoras falavam das roupas, bijuterias, maquiagem e do comportamento de Isabela, que estava cada vez mais parecido com o de Marjore,

especialmente nos pedidos para sair da Casa sozinha. Como Marjore era a adolescente que mais havia descumprido as regras da Casa, a percepção de semelhança entre Isabela e Marjore se mostrava também no direcionamento das sanções a Marjore também para Isabela.

Juliana percebia que Isabela sentia muito por estar abrigada, mas para a educadora esse sofrimento não era só pela saudade da família, e sim também pelos limites que ela tinha na Casa e não tinha quando morava com sua família. Juliana acreditava que essa dificuldade em aceitar as regras é uma característica própria da adolescência.

Isabela contava os dias que estava no abrigo e almejava retornar para sua casa, mas nem por isso desacatava as regras da Casa, pois temia ser mandada embora pelo presidente da associação. Ela acreditava que, se saísse da Casa por ter infringido alguma norma, poderia ser encaminhada para outro lugar, como o Centro de Passagem, ou para adoção internacional.

Por exemplo, assim... Hoje agora... não, eu quero embora! Aí eu passo naquele portão e a tia já liga pro juizado. Aí... eles, por exemplo, vão na minha casa, não me encontram, e me ver pela rua aí, eles me pegam, não me trazem pra cá e me mandam pra um abrigo pior, tipo o Vila Eunice, que é Centro de Passagem, aí eu vou tipo para outro país! Vai pra outro país. Tem várias meninas. A Laura também, elas já foi pra o Emaús, que é também Centro de Passagem. Ou leva pra casa do pai, ou ela fica e vai pra outro país. (Isabela, 12 anos)

Para Isabela, quando o Juizado leva o filho até a casa dos pais e os pais se negam a recebê-lo, ele é encaminhado para outro país para adoção internacional. Tantos medos e inseguranças de não ser aceita na Casa ou na sua família pareciam fazer com que a adolescente se sujeitasse às regras da Casa para não correr o risco de ficar cada vez mais distante de sua família. Para Isabela, comportar-se bem era uma forma de se proteger diante de *punições* ainda maiores, como, por exemplo, se afastar ainda mais de sua família. “A tia... elas às vezes me fala que se eu sair daqui eu vou pra outro abrigo pior, que não é bom fazer isso, não, que é melhor ficar aqui mesmo” (Isabela, 12 anos).

Débora sabia que tudo o que acontecia com as adolescentes era discutido entre as educadoras e em alguns casos o fato era levado para a presidência da associação. Por esse motivo, ela reivindicava o direito da vida privada, de não ter que ser do conhecimento de todos, algo que acontecia com uma das adolescentes, especialmente

algum comportamento considerado fora da regra, como por exemplo, o beijo que a Marjore deu em um menino.

Para Débora, não poder namorar era uma regra difícil de ser seguida, pois ela disse que, nessa idade, dá vontade de namorar. “Acho que... acho que sim e que não. Porque a fase que ela tá [se referindo a Marjore] ela tem vontade de beijar, uai. E ela tá errada porque ela sabe que aqui não pode fazer isso. O presidente tem medo que a gente engravida e arruma um filho. Eu não quero ter filho” (Débora, 15 anos).

Débora usava da sujeição como prática de liberdade. Ela se vestia de roupas mais discretas, sua maquiagem e bijuterias eram menos chamativas e não discutia com as educadoras pedindo para sair sozinha. Ao contrário, Débora sempre era muito solicitava e auxiliava nos cuidados com as crianças. Desse modo, observei que no momento de buscar as crianças na escola, Débora perguntava para as educadoras se elas queriam que ela fosse até a escola para buscar as crianças. E, assim, quase todos os dias, Débora sai no final da tarde.

Débora parece ter aprendido que não brigar para sair da Casa é a forma mais fácil de conseguir sair sem as educadoras. Débora era a única adolescente que podia buscar as crianças na escola, e assim conseguia se encontrar com os garotos de quem gostava e passear sem as educadoras. Para fazer essa tarefa, era preciso ter a confiança das educadoras. Podemos observar então que há uma mensagem implícita do que é ser uma “boa adolescente acolhida”, isto é, quais são as regras do bom comportamento, o que devem ou não fazer, como se vestir, como se comportar na rua, na escola, na igreja. É o controle disciplinar sobre os corpos das adolescentes.

Observamos que sair sozinha da Casa só era possível se houvesse um objetivo ou uma tarefa da Casa a ser realizada, ou seja, para Débora sair sozinha ela precisava se responsabilizar pelo cuidado das seis crianças acolhidas. E assim ela o fazia, pois subir e descer a rua permitia a ela experimentar outras formas de sociabilidade, ver e ser vista, uma atividade cara a todo e qualquer adolescente. Andar pelo bairro e desacompanhada é um modo de escapar do rótulo de adolescente acolhida, e caminhar como qualquer adolescente.

De acordo com Foucault (2004), a liberdade só é possível nos limites da cultura. Podemos observar então que, apesar do desejo de saírem sozinhas para festas, encontrarem os amigos, passearem por outros lugares, as adolescentes só exerciam a liberdade dentro dos limites impostos pela medida de acolhimento institucional. Débora recorria à única possibilidade de sair da Casa sozinha para encontrar os amigos, ver o

movimento da rua, sair do controle imediato das educadoras. Débora escapava à norma da Casa de forma positiva, fazendo um favor para as educadoras. Por meio da repressão, Débora produzia positividade.

3.4 Pluralizando as “adolescentes acolhidas”

Diante da proposta de pensarmos a singularidade de cada adolescente acolhida, recorreremos a Dayrell (2003). O autor propõe um rompimento com a concepção de juventude como sinônimo de rebeldia e transição para a idade adulta. De acordo com ele, esse olhar generalizado diante da juventude impossibilita a compreensão de outros modos de ser jovem. A proposta do autor é compreender o jovem como sujeito social, tomando como base a diversidade, as diversas formas de ser jovem, considerando as diferenças sociais, históricas e culturais.

Construir uma noção de juventude na ótica da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. (DAYRELL, 2003, p. 4)

Dayrell (2003) destaca que, ao falarmos sobre a juventude, devemos considerar as inúmeras formas de ser jovem. Em especial, o autor traz para a discussão a juventude pertencente às classes pobres, destacando ainda que se deve usar o plural do termo, juventudes, até mesmo quando se fala de jovens pertencentes ao mesmo extrato social. Desse modo, o autor ressalta a singularidade do modo como cada jovem vive a sua juventude, rompendo com os discursos que definem o que é a juventude, especialmente a juventude pobre.

Dayrell (2003) observa a precariedade do contexto em que os jovens por ele estudados vivem. Para o autor, essa ausência de recursos básicos para a vida priva os jovens de viver plenamente a sua condição humana.

Não é que eles não se construam como sujeitos, ou o sejam pela metade, mas sim, que eles se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem. É essa realidade que nos leva a perguntar se esses jovens não estariam nos mostrando um jeito próprio de viver. (DAYRELL, 2003, p. 6)

A discussão proposta por esta pesquisa se aproxima da discussão realizada por Dayrell (2003), visto que, assim como Dayrell (2003), nos propomos a discutir a singularidade de uma juventude das camadas pobres. Mas nesta pesquisa os sujeitos pesquisados estão em um contexto institucional que, por natureza, tem como objetivo uniformizar os sujeitos, reprimindo as vivências singulares.

No entanto, apesar de todas as adolescentes serem de camadas pobres, estarem acolhidas e distantes de suas famílias e serem todas categorizadas como “adolescentes abrigadas”, podemos observar que suas singularidades estão presentes, as particularidades estão lá, rompendo com a categoria monolítica: adolescentes e adolescentes abrigadas.

Diferentemente dos jovens entrevistados por Dayrell (2003), que não viviam a juventude como transitória, dando ênfase ao momento vivido muito mais do que ao futuro, as adolescentes entrevistadas falavam do momento vivido como passageiro e preparatório para a vida adulta, que para as meninas exigia independência e responsabilidade. Especialmente para Marjore, o futuro desejado por ela estava imediatamente ligado às suas possibilidades e aos investimentos durante a medida protetiva. A vivência da medida para ela era sempre uma preparação para o futuro e, nessa medida, era também um rompimento com o passado, pois Marjore queria ser independente de sua mãe para não sofresse mais a violência vivida anteriormente.

Os jovens entrevistados por Dayrell (2003) eram descrentes quanto às possibilidades do mercado de trabalho, enquanto as adolescentes acolhidas viam no trabalho a alternativa para o futuro sonhado por elas. Como vimos, a medida protetiva facilita o acesso a escola, cursos e possibilidades de trabalho aprendiz, ou seja, as adolescentes acolhidas não enfrentaram as reais dificuldades de acesso a esses direitos; já para os jovens apresentados por Dayrell (2003), acessar esses direitos é um desafio cotidiano.

Mas as adolescentes acolhidas têm em comum com os jovens pesquisados por Dayrell (2003) a negação da visão romântica de juventude. A condição de pobreza vivida tanto pelas adolescentes desta pesquisa quanto pelos jovens pesquisados por Dayrell (2003) é o principal motivo para o questionamento da visão romântica da juventude. “Ao contrário, é um momento duro, de dificuldades concretas de sobrevivência, de tensões com as instituições, como no caso do trabalho e da escola” (DAYRELL, 2003, p. 50)

As adolescentes pesquisadas vieram de famílias pobres e sabem que o conforto que encontraram na Casa, suas famílias não podem oferecer. Débora, quando reencontrou sua família, se surpreendeu com a pobreza na qual viviam. O seu irmão pediu para que ela não morasse com sua mãe, pois não teria alimento para todos. Para além da alimentação, Débora confirmou o que as outras adolescentes diziam, ou seja, se ela tivesse morado com sua mãe durante todo esse tempo, dificilmente teria frequentado a escola, projetos pedagógicos, entre outras possibilidades. O acesso à educação e ao trabalho foi possível para as adolescentes acolhidas, mas ainda é um desafio para os jovens pesquisados por Dayrell (2003), que moram com suas famílias. A determinação judicial quanto ao direito à educação, por exemplo, marca uma diferença entre os jovens pobres. O acesso aos direitos básicos é um desafio para a população pobre do Brasil, mas quando determinado pelo Juiz, a possibilidade de ser efetivado é maior, visto que se a escola, por exemplo, não matricular a adolescente após determinação judicial, estará descumprido uma ordem do Juiz.

Dayrell (2003) e Foucault (1985; 2003; 2004) discutem a singularidade a partir de contextos e objetivos distintos. Resguardadas as diferenças conceituais entre esses autores, recorreremos a eles para compreender o modo como cada uma das adolescentes vive de forma distinta a experiência do acolhimento institucional, trazendo para uma experiência coletiva uma vivência singular.

A juventude é vivida de forma diferente em cada contexto e por cada jovem, pois tem algo de social, cultural e de singular. Desse mesmo modo podemos compreender a vivência das adolescentes na medida protetiva de acolhimento institucional. Esse olhar plural da vivência da medida protetiva e o sentido que cada adolescente constrói para sua vivência na Casa rompe com a visão essencialmente negativa da medida protetiva, bem como com a concepção de família como referência de afeto e proteção para as meninas.

3.5 O processo de subjetivação no contexto de acolhimento institucional

Aproximando a discussão proposta por Foucault da realidade das Casas de acolhimento institucional, podemos perceber que o poder se exerce e se manifesta estritamente nas relações entre os diversos envolvidos, produzindo saberes e formas de

estar na instituição que possibilitam às adolescentes as práticas de liberdade diante do conhecimento das normas e regras da Casa.

O cumprimento da medida protetiva de acolhimento institucional acontece quando os costumes e as atividades cotidianas do núcleo familiar são tidos como inadequados e violadores de direitos. Assim, quando a adolescente chega à Casa, novos modos de vida lhe são apresentados, aos quais ela precisa se adaptar para que possa permanecer na Casa e não ser transferida para outra instituição, que, no imaginário dela, pode ser um lugar ruim. O bom comportamento na Casa somado ao compromisso da família em cumprir as determinações do Juizado da Infância e Juventude podem ser entendidos como uma prática de liberdade a partir de um comportamento de sujeição, pois a adolescente sabe que dessa maneira seu retorno à família é mais rápido.

É comum as educadoras criticarem os modos de vida das adolescentes e de suas famílias, reafirmando ainda que esses comportamentos foram os motivos para a decisão do acolhimento institucional. Temos então a padronização de um modo certo de ser família e de ser adolescente. O modo certo é o proposto pela medida protetiva, qual seja, as adolescentes se dedicarem a atividades educativas e evitarem relacionamentos afetivos, festas e a permanência na rua. Nesse modelo, cabe à família cuidar dos filhos e prover o sustento, não permitindo que eles trabalhem e garantindo que a educação seja ponto central em sua vida. Os pais devem trabalhar, mas não podem deixar os filhos sozinhos em casa. Esse é um grande desafio para a família que não tem com quem deixar os filhos e/ou não consegue acessar projetos educativos nos quais seus filhos poderiam passar o dia. O que a medida protetiva prescreve para a adolescente, prescreve também para a própria família, produzindo modos de ser e estar, produzindo uma regulação de ir e vir.

Para que as adolescentes voltem a morar com suas famílias, é preciso que as famílias reorganizem o espaço doméstico, alterem seus costumes da forma como as autoridades competentes julgarem que seja correto. A instância jurídica, a autoridade do Juiz, as leis que regem o acolhimento, a política de atendimento e as regras da Casa podem ser analisadas a partir do conceito de biopoder. Temos a disciplina sobre os corpos, sobre o cotidiano das famílias e das adolescentes, e a biopolítica nas ações controla a vida das famílias, determina modos de educar os filhos e de ser uma família.

No espaço da instituição, as adolescentes devem seguir a religião católica e, uma vez por mês, são levadas à missa. O poder é exercido por meio do discurso religioso que se pretende uniforme do ponto de vista católico; determina tanto para as adolescentes

quanto para as educadoras as formas de ser e estar no mundo. A obrigatoriedade de ir à missa reforça a ideia de que a religiosidade, em especial o culto católico, é o certo para a vida das adolescentes.

Apesar de as adolescentes irem à missa, elas não se reconhecem como católicas, ou seja, elas utilizam da sujeição como forma de enfrentamento do poder, como prática de liberdade. Isabela, ao falar de sua religião, afirma que “...quando eu to aqui, eu sou católica, em casa sou evangélica” (Isabela, 12 anos). Podemos entender que Isabela mantém sua religião em sua casa como uma forma de manutenção do seu vínculo familiar e de não se sujeitar ao poder exercido pela Casa. Passar-se por católica pode ser para Isabela uma forma de se livrar de outras possibilidades de coerção ou de aproveitar o dia da missa para sair da Casa e encontrar os acolhidos das outras Casas. Ser uma adolescente “obediente” significa para Isabela o retorno mais rápido para sua família.

O bom comportamento das adolescentes é uma forma de sujeição e uma alternativa criativa diante do poder estabelecido nas relações. Assim, sujeitar-se ao poder é uma forma de se opor a ele. Não se opor às normas da Casa permite que a adolescente saia do espaço institucional para realizar algumas atividades desejadas. Se ao bom comportamento das adolescentes for somado o bom comportamento das famílias, bem como se elas forem avaliadas como capazes de tomar uma série de atitudes que visem superar os motivos do acolhimento institucional dos filhos, será possível a suspensão da medida e a volta para o convívio familiar.

Diante da regra que impede as adolescentes de saírem sozinhas e sem um objetivo definido pelas educadoras, elas se lembravam com saudade de tudo o que faziam em casa sem precisar da autorização de ninguém. Nesse momento, as educadoras reafirmavam os motivos pelos quais as meninas estavam na Casa, quais sejam: negligência, abandono e violência doméstica.

Quando as adolescentes contrapunham a liberdade absoluta que tinham em suas casas com a falta de liberdade no abrigo, elas acabavam por denunciar a falta de regras no espaço doméstico, o que reafirmava a imagem que as educadoras tinham das famílias de origem – incapazes de cuidar de seus filhos. Ao fazerem a contraposição da liberdade no ambiente familiar com a do ambiente institucional, as adolescentes acabavam por mostrar, segundo as educadoras, a vacância da autoridade em suas famílias e a forte presença na Casa. Na instituição de acolhimento, a figura de autoridade está encarnada nas educadoras, na figura mítica do presidente da associação e no Juiz.

Assim como determinado pelo ECA, as regras dessa unidade institucional são muito precisas no que se refere à preparação das adolescentes para o futuro. As adolescentes vão para a escola pela manhã e, ao chegarem em Casa, almoçam e iniciam as tarefas escolares. Elas devem também cuidar dos seus objetos pessoais, compartilhar os afazeres domésticos, cuidar da higiene pessoal e, se for a mais velha de um grupo de irmãs também acolhidas, a adolescente ajuda a preparar sua irmã para a escola. Desse modo as adolescentes são treinadas para cuidar do outro.

O poder sobre o corpo é aqui exercido com sua eficácia produtiva. A disciplina imposta pela Casa produz uma adolescente inserida na escola, em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho para adolescente aprendiz. Nessa relação entre a adolescente e a medida protetiva, o poder é exercido em sua positividade.

3.6 A singularidade em contraponto à categoria universal de adolescentes abrigadas

Foucault (2004) nos convida a questionar as categorias universais. A proposta desse autor é questionar a construção da verdade sobre o sujeito.

A categoria universal de adolescentes abrigadas está presente no imaginário das educadoras, das pessoas da comunidade e das pessoas que compõem a rede de atendimento, como, por exemplo, as professoras, as técnicas do Juizado da Infância e Juventude. Essa categoria se estabelece a partir das verdades produzidas sobre as adolescentes acolhidas. Mas para se chegar a essa categoria é preciso romper com a categoria universal de adolescência.

A adolescência tomada como categoria universal é aquela representada como um tempo de moratória social, tempo de experimentação, de preparação, de certa irresponsabilidade socialmente consentida, de consumo de bens materiais e simbólicos.

A categoria de adolescentes pobres e acolhidos institucionalmente diz respeito àqueles que estão inseridos em famílias com condições precárias de acesso aos bens materiais e simbólicos. A pobreza e a impossibilidade das famílias de garantir os direitos básicos dos seus filhos é mais um dos componentes da categoria de adolescentes abrigadas. Junto a isso, agrega-se a noção de adolescente com vivências sexuais *precoces*, adolescentes rebeldes, irresponsáveis e sem limites. As adolescentes

abrigadas também são aquelas que estão sob os olhos da justiça, não no sentido de punição, mas de proteção.

As educadoras reafirmam a categoria de adolescentes abrigadas. Uma adolescente não abrigada é vista como uma adolescente que tem liberdade negociada como os próprios pais. Enquanto a adolescente abrigada não tem margem de negociação da liberdade com as educadoras, segundo a visão das educadoras, porque se elas deixam uma adolescente ir a uma festa e algo acontece, a educadora pode ser responsabilizada pela justiça.

De acordo com Foucault (2004), “tudo o que é proposto em nosso saber como sendo de validade universal, quanto à natureza humana ou as categorias que se podem aplicar ao sujeito, exige ser experimentado e analisado” (FOUCAULT, 2004, p. 237). Os universais antropológicos não permitem o aparecimento das singularidades, eles uniformizam as vivências de cada sujeito.

A categoria de adolescentes abrigadas tão recorrente no discurso das educadoras existe na Casa pesquisada? A quem essa categoria se refere? De qual adolescente elas estão falando?

Como vimos na descrição das adolescentes, não é possível traçar um modelo de adolescentes acolhidas. O que elas têm em comum é o acolhimento, mas, ainda assim, o acolhimento tem sentido diferente para cada adolescente.

Se na fala das educadoras as adolescentes abrigadas não podem sair da Casa sozinhas, pois serão malfaladas na comunidade, esse discurso é desconstruído quando Débora é autorizada a buscar as crianças na escola e gratificada pois auxiliou as educadoras nas tarefas da Casa. Ou seja, nessa situação, o universal antropológico de adolescentes abrigadas não é válido para Débora, ao contrário, ela apresenta um modo positivo de ser adolescente acolhida.

Essa categoria também não pode ser aplicada a Marjore, a começar pelo movimento feito pela própria adolescente para conseguir o acolhimento. Diferente das outras adolescentes, Marjore escolheu ser acolhida e em momento algum se assujeitou diante da medida protetiva. Marjore fez do acolhimento uma ferramenta de preparação para a vida futura e de proteção diante da violência.

Para Marjore, estar acolhida significa enfrentar a condição de menina de abrigo colocada pelos outros. Para ela, a condição de adolescente acolhida carrega consigo uma série de preconceitos.

A gente sofre discriminação, porque meninos do abrigo são o causador dos problemas. Um roubo dentro da sala de aula, por exemplo, aí tem algum filhinho de papai lá, todo mimado, e foi ele que pegou, e tem um menino de abrigo, aí quem eles vão achar que pegou? O menino do abrigo! Porque eles vão julgar pela casa que mora, porque para eles abrigo é coisa de malandro! (Marjore, 15 anos)

Marjore relatou que decidiu contar que morava na Casa, pois pensou que “as pessoas têm que gostar do jeito que eu *to* e não do jeito que eu aparento *ser*” (Marjore, 15 anos). Diferente da maior parte da população acolhida, Marjore tem pele e olhos claros, o que destoa das outras colegas acolhidas, que são em sua maioria negras. Na fala acima, podemos observar também que Marjore falou do acolhimento como uma condição de estar, ou seja, ela *está* acolhida, não *é* acolhida. O *estar* nesse sentido apresenta a condição de transitoriedade e reafirma que ela tem uma referência familiar e mantém os vínculos familiares, diferente de outras adolescentes acolhidas.

Com pouco mais de um ano de acolhimento e de frequência na escola em que estudava, Marjore foi eleita pelos colegas como líder de turma. Ela conquistou o seu espaço na escola, fez-se visível entre os colegas e se tornou uma referência para muitos.

Esse destaque Marjore alcançou também entre todas as crianças e adolescentes acolhidos pela associação. Marjore venceu o concurso de redação organizado pela associação, cujo tema era a importância da escola. Ela se orgulha de ter ganhado um troféu com o seu nome e um valor em dinheiro, que foi utilizado parcialmente para pagar sua viagem no carnaval. Desse modo, mais uma vez Marjore se destaca como a única adolescente na Casa que tem uma quantia de dinheiro guardada. Com esse dinheiro em mãos, ela pode escolher algumas roupas para comprar, e não vestir roupas doadas como as outras meninas.

Para Isabela, ser uma adolescente abrigada significava estar sob suspeita diante da comunidade em que vive. Quando perguntei a ela como era a sua relação com a comunidade, ela respondeu sobre o que não era: “Que eu sou safada esses trem assim, mas eu não sou não. Eles nunca reclamaram de mim” (Isabela, 12 anos). Para ela o seu bom comportamento rompe com a visão predominante de adolescente abrigada.

Isabela relatou que, quando se matriculou na escola próxima à Casa, teve dificuldades de contar para os colegas que morava na Casa, pois temia sofrer preconceito. “Antes eu não gostava que elas soubessem porque assim... elas ficavam mexendo comigo... Mas agora elas já sabem, eu não vejo problema nenhum, não” (Isabela, 12 anos).

De acordo com o relato de Isabela, podemos perceber que o cuidado e atenção das educadoras para com ela facilitaram que ela assumisse para os colegas da escola que estava acolhida. “Porque sempre quando pergunta quem é a mãe da gente a tia responde que é ela” (Isabela, 12 anos). Passa a ser menos sofrido ser uma adolescente acolhida no momento em que Isabela encontra na Casa uma referência que pode apresentar como família para os colegas. Nesse sentido, ela deixa de ser uma adolescente acolhida e passa a ser uma adolescente com uma referência familiar no ambiente de acolhimento.

As meninas relataram ter medo de sofrer preconceito na escola e na comunidade ou até mesmo já terem sofrido de fato, mas o que pude observar é que as meninas e as educadoras se relacionam muito bem com a comunidade e a escola. Em uma visita à Casa, observei que algumas colegas de Isabela passaram a tarde na Casa fazendo um trabalho escolar. As adolescentes acolhidas eram convidadas para aniversários dos vizinhos e também para novenas que aconteciam de modo itinerante na vizinhança.

Nicole encontrou na vizinhança uma família que a recebeu e se tornou referência para ela. A relação com essa família permitiu a Nicole se organizar como alguém que tem uma referência; ela passou a se sentir pertencida a um grupo, a se reconhecer como parte daquela família. Esse é o único movimento que observei Nicole fazendo para sair da sujeição a que estava exposta durante tantos anos. Antes da adoção, Nicole passava a semana na Casa e, nos finais de semana, ficava na casa da Sra. Ana.

Débora nos surpreende a todo o momento, a começar com as duas negativas de inserção em família substituta. O que para Nicole foi um sonho durante os 16 anos de acolhimento, Débora negou por duas vezes.

As adolescentes revelaram com suas falas o rompimento com o universal antropológico de adolescente acolhida, especialmente quanto compreendemos o processo de subjetivação vivenciado por cada uma delas diante das regras e das normas do acolhimento institucional. Nas entrevistas, as adolescentes falam de si e se diferenciam umas das outras, rompendo com a noção de “adolescentes abrigadas” como categoria única.

Estar acolhida significava acessar a bens materiais e simbólicos que as outras adolescentes que também são pobres não conseguiam acessar, pois não estavam acolhidas. Para as adolescentes entrevistadas, esse é um diferencial positivo que elas têm quando comparadas às colegas das escolas e às outras adolescentes da sua família que não foram acolhidas.

Para Marjore, a medida protetiva possibilita sua preparação para o futuro, pois lhes são oferecidas mais possibilidades do que as que ela teria em sua própria casa. Ela acredita que tem mais chances de acessar cursos e ofertas de trabalho do que suas colegas de escola, ou sua irmã, que permaneceram com as famílias: “Porque eu ganho muito privilégio por estar morando aqui. Trabalho, curso, assim que privilegiam nós que moramos aqui. Aí várias coisas” (Marjore, 15 anos). Marjore nos mostra o quanto a sua relação com a medida protetiva pode ser produtiva e por isso a aceita.

Já Isabela vivenciou essa experiência de outro modo. Apesar de Isabela ter considerado que a medida facilitava seu acesso à escola, a impossibilidade da convivência familiar tornou a medida protetiva uma punição para ela.

Nicole e Débora concordavam com Marjore e se sentiam mais amparadas para a preparação para o futuro do que suas colegas da escola, que, além de estudar, precisavam trabalhar, ainda que em condições precárias, para ajudar no sustento da família.

Acessar os cursos e possibilidades de trabalho protegido é uma positividade para as adolescentes acolhidas, principalmente quando se comparam com as outras adolescentes que conhecem.

Como posto nesta discussão, não é possível generalizar a experiência do acolhimento institucional, mesmo quando ela se pretende uniforme. Marjore, Nicole e Débora singularizaram a medida e a transformaram de maneira positiva, fizeram da medida de acolhimento um lugar de organização da vida e preparação para o futuro. Mas para Isabela a medida teve caráter punitivo. Diferente das outras adolescentes, Isabela não encontrou positivities da medida.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como ponto de partida o Código de Menores (1927) que foi a primeira lei brasileira destinada aos menores de 18 anos, em situação de pobreza. Em 1979, nova versão do Código de Menores introduziu a expressão “menores em situação irregular”. Esta categoria incluía os menores pobres, abandonados e delinquentes.

O ECA (1990) trouxe a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição de desenvolvimento que devem ter seus direitos resguardados com prioridade. As políticas de proteção que recorriam à institucionalização sofreram significativas mudanças após a promulgação do ECA. Surgiram então as Casas de acolhimento institucional, com o objetivo de proteger as crianças e adolescentes, preservando sempre que possível seus vínculos familiares. Diferente das instituições asilares de atendimento ao menor, as Casas de acolhimento institucional têm como princípio o de serem utilizadas de modo excepcional, transitório e provisório, até que o acolhido retorne para sua família de origem ou seja encaminhado para um lar substituto.

Vinte anos após a promulgação do ECA, cumprir os princípios (excepcional, transitório e provisório) da medida de acolhimento institucional, ainda era um desafio. Foi então promulgada em 2009 a Nova Lei de Adoção, com o objetivo de reduzir significativamente o período de acolhimento.

Ao nos depararmos com o contexto da casa de acolhimento institucional estudada, as adolescentes e as educadoras, ou seja, todo o universo desta pesquisa, percebemos que ele está em processo contínuo de mudanças. Começamos a observar essas mudanças antes mesmo da coleta de dados, quando recorremos a uma lista de Casas de acolhimento para adolescentes do sexo feminino em Belo Horizonte, que havia sido produzida em 2005 e em 2008 já estava ultrapassada, a ponto de não conseguirmos, através dela, uma Casa para desenvolver a pesquisa, ou seja, muitas delas já não existiam mais.

Essas mudanças constantes nas Casas de acolhimento nos impedem de generalizar os dados desta pesquisa. Por isso concluímos que este estudo trata de uma determinada Casa, em um período histórico específico, e de adolescentes com vivências muito singulares da medida de proteção. No entanto, este estudo pretende contribuir com outras pesquisas que se deparem com recorrências ou semelhanças nas vivências de outras adolescentes acolhidas institucionalmente.

Quando iniciamos a pesquisa na Casa selecionada, percebemos que as educadoras trabalhavam na Casa há pouco tempo, menos de dois anos, diferentemente das adolescentes, uma vez que algumas estavam na Casa há 10 anos. A baixa permanência das educadoras parecem relacionadas às condições de trabalho, tanto do ponto de vista das relações formais (carga horária, salário), quanto do desgaste emocional vivido por elas. Durante o período de desenvolvimento desta pesquisa, nenhuma adolescente foi acolhida na Casa estudada, até porque a Casa se propunha a receber prioritariamente crianças.

Como vimos anteriormente, há distinções na forma como cada adolescente entende sua chegada à Casa. Se para Marjore a Casa foi fundamental para sua proteção por permitir a construção de um futuro melhor, para Isabela a Casa era uma punição, significava a sua separação da sua família. Em Nicole e Débora observamos o efeito do abrigo prolongado, ou seja, os vínculos familiares eram inexistentes, e as meninas tinham a medida como a única possibilidade de acolhimento diante das suas histórias de vida. Após anos de acolhimento, a história da adolescente acolhida se perde e o retorno para a família de origem se torna cada vez mais difícil.

Os diferentes motivos do acolhimento, quais sejam, a violência doméstica, o abandono, a negligência, o alcoolismo dos pais e até mesmo o desconhecimento do motivo do acolhimento, por si só, já marcam as diferentes subjetividades que encontramos. Do mesmo modo que a chegada à Casa, a inserção forçada na medida protetiva, a escolha de ir para a Casa, ou até mesmo a ausência das lembranças desse momento alteram significativamente a noção de proteção proposta pela medida protetiva. Se para Isabela a medida é uma punição, pois a afasta da família, para Marjore a medida é proteção diante da violência sofrida em casa.

Então, considerando as histórias de cada adolescente, e os processos de subjetivação das adolescentes acolhidas, não podemos falar de um sujeito único, com características que englobam todas ou a maior parte das adolescentes. Os dados coletados nos mostraram que, para as adolescentes, a história de vida anterior ao acolhimento determina o modo como elas subjetivam a medida até o desligamento, ou seja, falamos de processo. Não é possível compreender a vivência da medida de acolhimento sem conhecer a história da adolescente e sua expectativa para o futuro.

Tomando a discussão proposta por Foucault (2004) e a prática da vivência cotidiana das adolescentes acolhidas, entendemos que não é possível falar de adolescentes acolhidas a partir do universal antropológico de adolescentes abrigadas. A

adolescente acolhida enquanto sujeito universal não existe. O que existe são subjetividades singulares que produzem em um espaço institucional, diferentes modos de ser adolescente e de ser acolhida. A partir da fala das adolescentes, podemos questionar as verdades produzidas sobre *adolescência acolhida*.

As adolescentes sabem escapar do poder exercido sobre elas. Dentro dos limites da condição de acolhidas, elas escapam das disciplinas da Casa para estabelecerem relações afetivas com outras pessoas que não as da Casa e também para manterem seus vínculos com a família, tal como faz Isabela, ao se afirmar evangélica quando está na casa da sua família.

O modo de subjetivação dessas adolescentes é único para cada uma delas, e pode ser completamente oposto para outra adolescente. A expectativa de vínculos afetivos que no contexto da medida também se tornam transitórios é outro aspecto que atravessa todo o período do acolhimento e compõe a subjetividade das adolescentes.

Devido à ruptura com os vínculos familiares, as adolescentes anseiam por novas relações de proteção e cuidado, mas, no decorrer da medida, elas descobrem que essas relações também são passíveis de rupturas. A pessoa com quem Nicole conviveu mais tempo durante sua vida foi Débora, visto que no tempo em que esteve acolhida Nicole presenciou a chegada e a saída de muitas adolescentes e educadoras. Como os acolhimentos de Nicole e Débora foram os mais longos da Casa, elas viveram tudo isso juntas. Contudo, com o retorno de Débora para sua família de origem que mora em outra cidade, provavelmente esta será mais uma relação sem continuidade, rompida pelos atravessamentos cotidianos.

Como vimos no Capítulo 2, a história de Débora é marcada por rupturas. Se assim como Nicole Débora conviveu com o desligamento de muitas acolhidas e educadoras, ela ainda passou pela quebra dos vínculos com seus pais, com sua tia, com a primeira instituição pela qual passou e também com a família adotiva.

Apesar de todo esse histórico de relações que se fazem e se desfazem, Nicole e Débora não falavam disso como um problema, elas pareciam ter aprendido que as relações tem início, meio e fim. Já para Marjore o desligamento das meninas com quem ela tinha um vínculo mais forte foi muito difícil. “Foi muito horrível, muito horrível! Uma pessoa que você estava conversando com ela, praticamente uma irmã, vai embora e a gente percebe... Sei lá, eu chorei muito, muito, muito” (Marjore, 15 anos).

Os laços eram feitos e desfeitos, as adolescentes passavam a conviver com vínculos transitórios e, por isso, muitos se tornaram frágeis.

Ah... Sei lá, eu não gosto de me apegar muito às pessoas, porque eu fico com aquilo na cabeça. Eu me apego muito a pessoa vai embora e vou ficar com ela na mente. Por isso é melhor eu ficar pensando nas pessoas que já estão aqui e quem elas são de verdade. Eu olho assim, cumprimento e é aquilo e fica até eu me relacionar melhor com esta pessoa. (Marjore, 15 anos)

Nesse relato, Marjore evidenciou seu receio de se dedicar a uma relação. Durante as visitas, pude observar que as crianças foram mais afetivas logo no primeiro encontro; já as adolescentes foram aceitando a minha aproximação com o tempo. A história de vida delas fez com que aprendessem a não se envolver imediatamente com uma pessoa. A transitoriedade dos vínculos da medida protetiva de acolhimento institucional se reflete no modo como as adolescentes passaram a se relacionar com as pessoas ao seu redor. “Ah... Pra mim, no começo era difícil, mas agora é normal. Chega menino, sai menino e continua a mesma coisa. Igual às meninas que tive apego e que eu gostei foram duas. Que eu gostava muito delas. Aí elas saíram. Pra mim o resto é normal” (Marjore, 15 anos).

Isabela sabia dizer o tempo exato que estava na Casa. O caráter transitório da medida era reafirmado por ela a todo o tempo. Desse modo, ela não falava sobre o que sentiria quando uma das meninas fosse desligada, ela considerava somente o seu desligamento e o seu retorno à família.

Essas diferentes singularidades bem como os diversos processos de subjetivação apresentados nesta dissertação exigem que as educadoras elaborem dispositivos de intervenção para cada adolescente. A elaboração de propostas que visem ao desligamento também é muito singular, específica para cada adolescente e para cada família. Isabela e Marjore tinham o retorno familiar como um destino quase certo; já Nicole e Débora não tinham a família como uma possibilidade *a priori*. Mas até mesmo para Isabela e Marjore o retorno à convivência familiar foi trabalhado de modo muito particular, pois suas relações familiares eram distintas.

O retorno de Isabela passava necessariamente pelo comprometimento de sua mãe com o cuidado dos filhos, visto que a negligência e a exploração do trabalho infantil foram apontados como os principais motivos para o acolhimento.

Após o desligamento das adolescentes da medida protetiva vimos que as educadoras permaneceram ligadas à elas, buscando informações sobre as suas atividades e relações familiares. Podemos supor que esta preocupação esteja relacionada

aos vínculos afetivos construídos entre as educadoras e as adolescentes, bem como, pelo temor das educadoras de que as condições que geraram a aplicação da medida protetiva não tivessem sido realmente superadas, como por exemplo, o alcoolismo dos pais.

Para Juliana, o educador é um mediador da família com os filhos e com o Juizado da Infância de Juventude. “Mediar também com as famílias pra ver o que pode ser feito, o que pode ser orientado pra que as crianças retornem, pra que eles tenham, é... aprendam uma outra forma de cuidar das crianças pra que elas fiquem menos tempo possível no abrigo”(Juliana, 47 anos).

No caso de Marjore, Juliana acreditava que a mediação da relação entre Marjore e sua mãe era fundamental para se conseguir o retorno da adolescente à sua casa.

A mediação precisava ser feita também entre a família que se propunha a adotar Nicole e o Juizado da Infância e Juventude, que suspeitava que o objetivo da adoção era ter acesso ao dinheiro que Nicole havia recebido.

As intervenções necessárias para o retorno de Débora para sua família tinham como objetivo trabalhar as relações familiares entre Débora e sua família de origem, visto que ela não tinha notícias da família há 10 anos.

Nesse sentido, entendemos que o modo como as relações entre as adolescentes e as educadoras se dá possibilita formar novos vínculos de confiança e afeto, determina a qualidade do atendimento, a garantia dos direitos das adolescentes, o respeito à sua condição peculiar de desenvolvimento e à possibilidade de construir projetos para o futuro.

A partir das diferentes histórias apresentadas, esta dissertação conclama o leitor a repensar a concepção de família como local de proteção por excelência, bem como de instituição de acolhimento como incapaz de possibilitar as adolescentes condições para um desenvolvimento saudável e vínculos afetivos que permitam relações de proteção.

Sugerimos que cada história seja analisada a partir dos processos de subjetivação vividos por cada adolescente. Desse modo, não podemos dizer se a Casa de acolhida ou a família possibilitará práticas libertadoras para as adolescentes. A principal conclusão a que chegamos é que, em um mesmo contexto, múltiplas vivências singulares podem existir e coexistir. Assim, cada adolescente fará da sua experiência familiar e institucional uma vivência única, seja a partir das práticas de sujeição ou das práticas de liberdade.

Ao final desse estudo compreendemos que a realidade das instituições de acolhimento institucional e dos atendimentos realizados tem mudado. As histórias

apresentadas nessa dissertação nos levam a crer que mudanças positivas têm acontecido no contexto do acolhimento institucional. Ainda temos muito que caminhar e aprender sobre as famílias, as adolescentes, as Casas, as educadoras, mas é possível avaliar que após a promulgação do ECA, temos tido avanços na política de atendimento.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Sônia. **Infâncias Perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão**. Rio de Janeiro: Xenon, 1990. 271p.

ARPINI, Dorian Mônica. **Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. mar. 2003, vol.23, no.1 [citado 17 Outubro 2009], p.70-75. Disponível na World Wide Web: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-9893.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Lei 6.697, de 10.10.1979. **Código de Menores**. Disponível na https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm. Acessado em 15 de fevereiro de 2010.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Disponível em http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/associal/arquivos/orientacoes_tecnicas_crianca_adolescente.pdf?PHPSESSID=31e2f35c386228c260be198e430ebbe4 Acessado em 15 de agosto de 2009.

BRASIL. Lei 8069, de 13.07.1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Belo Horizonte: ISBJ/CESAP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CUNEO, Monica Rodrigues. **Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento: a institucionalização de crianças e as marcas que ficam**. Publicação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007. p. 24.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.24, p. 40-52. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300004&script=sci_pdf. Acessado em: 20 de maio de 2010

FERREIRA NETO, João Leite; KIND, Luciana; BARROS, Jairo Stacanelli, et al. Apontamentos sobre promoção da saúde e biopoder. In: **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18, n.3, p.456-466, jul.-set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/10.pdf>. Acessado em 21 de maio de 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV Estratégias, Poder – Saber**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V Ética, Sexualidade, Política**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade I: A vontade de Saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade II: O uso dos prazeres**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. (1979) 23.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007a

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. (1987) 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.

MACHADO, Marília Novais da Matta. **Entrevista de Pesquisa: A interação Pesquisador/Entrevistado**. Belo Horizonte, C/Arte. 2002

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. (1979) 23.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007

MAIA, António C. **Sobre a analítica de poder de Foucault** in **Tempo Social, Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 7 (1-2): 83-103, Outubro de 1995.

MARCÍLIO, M.L. **História Social da Criança Abandonada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Relatório Circuntanciado**. 2007

MIRANDA JR., Hélio Cardoso de. A “pessoa em desenvolvimento” – o discurso psicológico e o sujeito de direito nas leis brasileiras para a infância e juventude. In: FERRARI, Ilka Franco e ARAÚJO, José Newton Garcia de (orgs.). **Psicologia e Ciência na PUC Minas**. Belo Horizonte : PUC Minas, 2004

MOREIRA, Maria Ignez Costa & STENGEL, Márcia. **Narrativas Infanto-Juvenis Sobre o Trabalho Doméstico**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

PEIXOTO, Maria Amélia Barreto; CARNEIRO, Rosa. Reflexões Sobre o 3º Censo da População Infantojuvenil Abrigada no Estado do Rio de Janeiro. In: **Censo da população infantojuvenil abrigada no Estado do Rio de Janeiro**. pp.439 a 452. 2009. Disponível em http://www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/MCA/Censo/Terceiro_Censo/9_Reflexoes.pdf. Acessado em 01 de março de 2010

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Da “virtude” à violação de direitos: o agendamento contra o trabalho infantil no Brasil – uma perspectiva histórico-analítica. In: SOUSA, Sônia M. Gomes (org.). **Infância, adolescência e família**. Goiânia: Cênone Editorial, 2001.

ANEXOS

APENDICE A

Roteiro temático utilizado nas entrevistas das educadoras:

Data da entrevista:

Dados pessoais:

Nome:

Nome fictício:

Idade:

Religião

Escolaridade:

Estado civil:

Filhos () Sim () Não

Se Sim: quantos/idade e sexo:

Função:

Quanto tempo trabalha no abrigo?

Já trabalhou em outro abrigo?

1. Trajetória de trabalho
2. Cotidiano do abrigo
3. História da entidade ou da casa abrigo.
4. Trabalho
5. Objetivo do trabalho
6. Rede – Órgãos de Justiça /Escola / Saúde / Outros abrigos
7. Família de origem / substituta
8. Comunidade
9. Relacionamento com as adolescentes
10. Adolescência
11. Feminino
12. Proteção / Medida de Proteção
13. Expectativa de vida das adolescentes
14. Há mais alguma informação ou comentário que gostaria de acrescentar?

APENDICE B

Roteiro temático utilizado nas entrevistas das adolescentes acolhidas

Data da entrevista:

Dados pessoais:

Nome:

Nome fictício:

Idade:

Filiação: Nome/idade/profissão/escolaridade

Quanto tempo está no abrigo?

Já esteve em outro abrigo?

Escolaridade

Religião

Tem irmãos?

Quantos?

Idades?

Sexo?

Tem namorado?

Tem filho?

1. Trajetória de vida
2. Cotidiano do abrigo
3. Regras do abrigo
4. Outros irmãos abrigados?
5. Relação com a irmã no abrigo:
6. Rede – Órgãos de Justiça / Saúde / Outros abrigos
7. Família de origem / substituta
8. Comunidade
9. Relacionamento com as adolescentes
10. Adolescência
11. Feminino
12. Proteção / Medida de Proteção
13. Relação com os funcionários
14. Relação com as demais adolescentes
15. Expectativa de vida
15. Há mais alguma informação ou comentário que gostaria de acrescentar?